

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

Ubiratan Borges Daniel

**A ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DO
MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO DO POVO TERENA**

Campo Grande - MS
2025

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ANTROPOLOGIA SOCIAL

UBIRATAN BORGES DANIEL

**A ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DO
MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO DO POVO TERENA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - Faculdade de Ciências Humanas como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Linha de Pesquisa: Povos e comunidades tradicionais, fluxos e fronteiras.

Orientadora: Dr.^a Priscila Lini

Objetivo de Desenvolvimento Sustentável:

Com base nos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Organizações das Nações Unidas, se fundamenta no item 10 Redução das Desigualdades.

Campo Grande - MS

2025

Ubiratan Borges Daniel

**A ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA: UMA SISTEMATIZAÇÃO DO
MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO DO POVO TERENA**

Trabalho acadêmico apresentado ao Programa de Pós-graduação em Antropologia Social da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – *Campus* Campo Grande como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Antropologia Social.

Campo Grande/MS 14 de maio de 2025.

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Priscila Lini
Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^o Dr. Antônio Hilário Aguilera Urquiza
Faculdade de Ciências Humanas
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Prof.^a Dr.^a Fábria Ribeiro Carvalho de Carvalho
Programa de Pós-graduação em Direito
Universidade Católica de Salvador

Membro suplente

Prof.^o Dr. Asher Grochowalski Brum Pereira
Faculdade de Ciências Sociais
Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

Dedico esse trabalho aos meus filhos Eduardo Roque Borges Daniel, Charlize Borges Daniel e a minha esposa Ana Paula Guimarães Daniel vocês são a luz na minha vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a deus e aos meus irmãos e pela oportunidade de poder viver esse momento. Ao meu pai Roque Borges Daniel Filho (*in memoria*) e a minha mãe Erotildes Corrêa Nunes pela ajuda e dedicação.

A minha esposa Ana Paula Guimarães Daniel pela ajuda e cooperação nesta pesquisa e por ter sempre me incentivado. Um agradecimento especial para minha orientadora, Priscila Lini pela atenção, ajuda e generosidade ao longo dessa caminhada, minha formação e por ter me guiado nos caminhos da Antropologia Social e da Bioantropologia gratidão.

Gostaria de agradecer aos Professores Francesco Romizi, Antônio Hilário Aguilera Urquiza, Maria Raquel da Cruz Duran e Ricardo Luiz Cruz por terem aberto as portas da Antropologia Social. Bem como ao Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social/UFMS e aos meus colegas do Mestrado foi um privilégio poder ter vivido essa experiência com vocês.

Agradecimento especial ao amigo Elviscley Polidório e a Liderança Terena da Aldeia Urbana Marçal de Souza (J.J.R Interlocutor) pela ajuda e generosidade em nos receber e compartilhar a sua cultura e história de vida conosco, sem vocês não seria possível a realização deste trabalho.

Gostaria de agradecer ao professor Antônio Hilário Aguilera Urquiza e a professora Fábria Ribeiro Carvalho de Carvalho (Universidade Católica de Salvador/BA) pelas orientações e grande contribuição para a efetivação e conclusão desta pesquisa.

Meu reconhecimento e gratidão para a Senhora Gisele Francelino (filha do Senhor Calixto Terena) pela cooperação e apoio.

Meu muito obrigado especial para minha amiga Taciana Afonso Silvestrini Arantes da Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Diretos Humanos/SEADMS pela sua amizade e contribuição nessa pesquisa. E um agradecimento especial a minha tia Maria Fernanda Borges Daniel Alencastro pela revisão ortográfica dessa pesquisa.

E finalizo esse registro com meu maior agradecimento e gratidão eterna ao meu amigo, irmão e pai Roque Borges Daniel Filho (*in memoria*) que foi o meu primeiro professor e desde a minha infância me ensinou sobre a vida, na música e me mostrou um caminho nos estudos *Obrigado Papai!*

Se alguém um dia quiser contar a minha história, diga que a minha maior felicidade foi ter sido pai do Dudu e da Lize. Que eu caminhei ao lado da Aninha (a Judoca); que eu trabalhei e vivi o tempo do Roquinho (Coca), o construtor de sonhos. Que eu toquei e pesquei com o Professor Bira, o contrabaixista. Diga que eu rezei com a Dona Neca, a Siana, o Birinha, o Tchezão e a Juca Pêra. Que eu vivi o tempo do Seu Eduardo e da Dona Maria. Que eu fui feliz!

“O que fazemos na vida ecoa pela eternidade”

(Marco Aurélio o estoico).

RESUMO

A presente pesquisa visa desenvolver um estudo sobre as perspectivas do Movimento de Urbanização do Povo Terena, dentro do processo de deslocamento e edificação da Aldeia Urbana Marçal de Souza no município de Campo Grande/MS. Tem como finalidade evidenciar a importância e os desafios da migração e urbanização do povo Terena, em uma conjuntura de desterritorialização tradicional e deslocamento ao ambiente da cidade, sendo reconhecida nacionalmente como a primeira Aldeia Urbana Indígena do país. Esta configuração sugere, em uma primeira análise, uma série de adaptações e negociações na execução de políticas públicas no Estado de Mato Grosso do Sul, somada a estratégias de legitimação e demandas sociopolíticas locais e municipais, como forma de resistência em um novo espaço de construção da existência e reprodução da vida material. Também podem-se observar graves violações de direitos em relação a vários povos presentes nesse mesmo estado, que é o terceiro maior em número de população indígena do País, que de alguma maneira também buscam novas formas de existir em face aos despojos territoriais e a necessidade de habitar o espaço urbano como forma de acesso a serviços públicos essenciais. Para o desenvolvimento da presente pesquisa empregou-se o método etnográfico como balizador e aporte metodológico, visando a abordagem e vivência no trabalho de campo, somado à sistematização bibliográfica e demais referenciais normativos vigentes reguladores dessa política.

Palavras-chave: Política Indígena; Povo Terena; Aldeia Urbana.

ABSTRACT

This research aims to develop a study on the perspectives of the Terena People's Urbanization Movement, within the process of displacement and construction of the Marçal de Souza Urban Traditional Village in the municipality of Campo Grande/MS. Its purpose is to highlight the importance and challenges of the migration and urbanization of the Terena people, in a context of traditional deterritorialization and displacement to the city environment, being nationally recognized as the first Indigenous Urban Village in the country. This configuration suggests, in a first analysis, a series of adaptations and negotiations in the execution of public policies in the State of Mato Grosso do Sul, added to strategies of legitimization and local and municipal sociopolitical demands, as a form of resistance in a new space of construction of existence and reproduction of material life. Serious violations of rights can also be observed in relation to several peoples present in this same state, which is the third largest in terms of indigenous population in the country, who in some way also seek new ways of existing in the face of territorial dispossession and the need to inhabit urban space as a way of accessing essential public services. To develop this research, the ethnographic method was used as a guide and methodological contribution, aiming at the approach and experience in the fieldwork, in addition to the bibliographic systematization and other current normative references regulating this policy.

Keywords: Indigenous policies; Terena people; Urban traditional village.

LISTAS DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 –	Lei n. 1.416, de janeiro de 1973	55
Figura 2 –	Ata n. 01	56
Figura 3 –	Imagem de caráter ilustrativo Arquivo n.1	76
Figura 4 –	Imagem de caráter ilustrativo Arquivo n.2	76
Figura 5 –	Imagem de caráter ilustrativo Arquivo n.3	77
Figura 6 –	Imagem de caráter ilustrativo Arquivo n.4	77
Foto 1 –	Rua 25 de dezembro com a Rua São Paulo	20
Foto 2 –	Escola Sullivan Silvestre/Aldeia Marçal de Souza	20
Foto 3 –	Rua 14 de julho 1923	23
Foto 4 –	Trem de 1940	24
Foto 5 –	Soldados Terena na Força Expedicionária Brasileira II Guerra Mundial/ 9ª Batalha de Engenharia	42
Foto 6 –	Guerra do Paraguai Soldados Terena	43
Foto 7 –	Marçal de Souza	50
Foto 8 –	Marta Guarani	52
Foto 9 –	Busto Marçal de Souza e Marta Guarani	53
Foto 10 –	Desbarrancado 1995	57
Foto 11 –	Desbarrancado 1995	57
Foto 12 –	Aldeia Marçal de Souza Panorâmica	80
Foto 13 –	Rua da Serra	80
Foto 14 –	Avenida Marquês de Pombal	81
Foto 15 –	Rádio Comunitária Terena	81
Foto 16 –	Memorial da Cultura Indígena de Mato Grosso do Sul	82
Foto 17 –	Escola Sullivan Silvestre Oliveira	82
Foto 18 –	Casa Aldeia Urbana Marçal de Souza padrão original modelo de 1998	84
Foto 19 –	Casa Aldeia Urbana Marçal de Souza padrão modificado 2024	85
Foto 20 –	Casa Terena Aldeia Cachoeirinha 1972	88
Foto 21 –	Cerâmica Terena	90
Foto 22 –	Calixto Francelino	91
Foto 23 –	Enir Terena	96

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 –	Estrutura normativa da política indigenista	28
Quadro 2 –	Histórico do povo Terena	39
Quadro 3 –	Mapeamento das aldeias terenas e seus municípios	46
Quadro 4 –	Levantamento Demográfico Desbarrancado de 1995	58
Quadro 5 –	Perfil das Famílias Terena da Aldeia Urbana Marçal de Souza em 2025	74
Quadro 6 –	Região, Bairro e Comunidade	78

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ADN - Ácido desoxirribonucleico material que possibilita o estudo genético
Cimi – Conselho Indigenista Missionário
CONAMI - Conselho Nacional de Mulheres Indígenas
NOB - Ferro Noroeste do Brasil
Funai – Fundação Nacional do Índio
Funasa – Fundação Nacional de Saúde
IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IPHAN - Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
OIT – Organização Internacional do Trabalho
OMS – Organização Nacional de Saúde
ONU – Organização das Nações Unidas
Sesai – Secretaria Especial de Saúde Indígena
Siasi – Sistema de Informação da Atenção à Saúde Indígena
SPI/LTN - Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais
UFMS – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	13
I – OS ELEMENTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS QUESTÕES INDÍGENAS	18
1.1 ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA, REGIONALISMO E IDENTIDADE ÉTNICA	18
1.2 CAMPO GRANDE, UMA CAPITAL INTERIORANA E INDÍGENA	26
1.3 A COLONIALIDADE E AS MINORIAS ÉTNICAS EM CONTEXTO URBANO	32
1.4 O MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO DO POVO TERENA	37
II –A MARÇAL DE SOUZA CAMPO GRANDE/MS A PRIMEIRA ALDEIA INDÍGENA URBANA DO BRASIL	49
2.1 DAS ALDEIAS TERENA AO BAIRRO DO DESBARRANCADO OS PRIMEIROS PASSOS	49
2.2 O TRABALHO DE CAMPO NA ALDEIA INDÍGENA URBANA MARÇAL DE SOUZA	64
2.3 ETNOGRAFANDO DOCUMENTOS E REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES	73
III – AS MUDANÇAS FÍSICAS DA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA NO DECORRER DO TEMPO	79
3.1 O PERÍMETRO URBANO HABITACIONAL DA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA	79
3.2 AS ALDEIAS TERENA QUE FORMARAM A MARÇAL DE SOUZA	86
3.3 OS GRANDES LÍDERES E PIONEIROS DA MARÇAL DE SOUZA	91
CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
REFERÊNCIAS	103

INTRODUÇÃO:

O Povo Terena é uma das 9 etnias que seguem semeando suas histórias e a sua cultura pelo Estado de Mato Grosso do Sul, sendo grandes agricultores e ceramistas. Têm a sua origem ancestral nos Aruak, povo oriundo do Norte da América do Sul e da região do Caribe, que logo passou a se dispersar em grupos por vários países da América do Sul como o Brasil, Bolívia, Colômbia, Guiana, Paraguai, Peru, Venezuela e Antilhas (Brinton, 2008).

Habitando essas terras bem antes de se lavrar tanto o Tratado de Tordesilhas quanto o Tratado de Madri – documentos pactuados entre Portugal e a Espanha para definir os limites das divisas e fronteiras dos territórios dominados por cada país – a história do Povo Terena se funde ou se entrelaça com os principais marcos e fatos do Estado de Mato Grosso do Sul como a Guerra do Paraguai, que aconteceu dentro das terras dos Terena, em que vários deles lutaram lado a lado com Exército Brasileiro, inclusive muitos na condição de conscritos, e na qual muitos perderam as suas vidas por este país, seu povo e pelas suas terras (Amado, 2020).

No início do Século XX, com a construção das Linhas Telegráficas para conectar o Brasil aos países vizinhos como a Bolívia e o Peru, a frente de expansão liderada por Cândido Mariano Rondon passou pelo Estado de Mato Grosso do Sul o Povo Terena trabalhou ativamente nesse processo. Na construção da estrada de Ferro Noroeste do Brasil/NOB para a implementação da malha de trem direcionada ao Porto de Corumbá-MS muitos Terena trabalharam para a edificação do transporte desse estado, abrindo estradas, na derrubada de matas, ou nas frentes de colheitas de várias produções agrícolas. Em suma, o Povo Terena faz parte da concepção de crescimento desse Estado (Amado, 2020).

Entretanto, como uma grande maioria dos Povos Indígenas do Brasil, o Povo Terena carrega em sua história as memórias de violência e violações de direitos de toda espécie, praticadas dentro desse mesmo país e do estado que sempre compuseram e estiveram presentes. Com a Lei de Terras oficializada no período do chamado segundo reinado de Dom Pedro II, em 1850, por ação intencional da mercantilização da terra e sem o devido planejamento de longo prazo, promulgou-se uma lei que impulsionou a criação de grandes latifúndios e expropriou todos os povos sem acesso ao capital, inclusive este povo (Bittencourt e Ladeira, 2000).

Com o término da Guerra do Paraguai, devido a uma política da Coroa Brasileira, tiveram suas terras invadidas por ex-militares, comerciantes e aventureiros de toda ordem. Nesse passo, os Povos Indígenas passaram por uma política assimilacionista, morrendo muitos indígenas ou tiveram seus territórios invadidos e roubados. Foi o *Tempo do Esparramo*, da

escravidão e do afastamento da cultura do Povo Terena. E logo chegou à criação do Serviço de Proteção ao Índio/SPI, direcionado à criação das reservas indígenas e da noção de integração nacional. Nesse processo, restaram apenas pequenos pedaços de terras improdutivas que foram repassadas ao Povo Terena (Amado, 2020).

Com base na realidade socioeconômica brasileira, em que o país por muito tempo foi considerado como uma grande fazenda, devida à sua principal atividade produtiva agroexportadora, todas as mudanças nesse processo agrário influenciaram na movimentação social das cidades. O impulsionamento da automação no campo gerou a perda de mão de obra nesta área, promovendo êxodo rural e a expansão do urbanismo que foram lotando as cidades, formando e transformando os grandes centros urbanos (Santos, 1993).

O primeiro aspecto dessa equação social da urbanização, foi a pobreza nas classes sociais menos favorecidas: o mundo do trabalho cada vez mais especializado e excludente propiciou a informalidade e as violações no mercado de trabalho. Favelas e periferias cada vez mais ocupadas por famílias abaixo da linha da miséria, impulsionaram os problemas sociais no Brasil. Essa realidade passou a ser comum em qualquer região do território nacional como no Estado de Mato Grosso do Sul (Santos, 1993).

Os conflitos da ordem agrária pela destituição de terras e o assassinato de pessoas indígenas, a miséria e a fome nas aldeias e a falta de perspectivas, o elevado índice da taxa de suicídios, a entrada do tráfico de drogas nos territórios gerando a dependência em álcool, crack e outras drogas, a prostituição de adolescentes indígenas, a despersonalização da cultura tradicional nas aldeias e o afastamento dos serviços de assistência e auxílio do estado são alguns retratos da vida dos Povos Indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul (Conselho Indigenista Missionário, 2024).

Outro dado lamentável para este Estado é a ocorrência e o registro de que 39% dos óbitos de lideranças indígenas no território nacional aconteceram neste estado, dos 1.367 assassinatos de lideranças indígenas ocorridos no Brasil entre 2003 e 2019. No ano de 2019 o estado registrou 10 mortes o maior número entre as 35 observadas nacionalmente (IBGE, 2021).

Fundamentado pelos indicadores supramencionados, observamos a acentuada fragilidade e as violações de direitos que acompanham os Povos Indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul, mesmo com o adendo de uma considerável legislação em voga como o Estatuto do Indígena, a Constituição de 1988 e a Convenção nº 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). É como se não tivessem efeito, frente aos crimes cometidos e perpetrados contra o Povo Terena e demais Povos Indígenas do estado (Amado, 2020).

O Estado de Mato Grosso do Sul tem uma população de 116.346 mil indígenas de acordo com o Censo Demográfico do IBGE do ano de 2022, e é o terceiro maior estado brasileiro em número de habitantes indígenas, ficando atrás do estado do Amazonas e da Bahia; com a presença de 9 etnias *Guarani, Kaiowá, Terena, Kadiwéu, Ofaié, Guató, Kinikinau, Atikun e Kamba* (IBGE, 2022).

Com base nos dados supracitados observamos o movimento de um fenômeno no comportamento social nos Povos Indígenas, que não é novo no Brasil e que também se tornou uma realidade única no Estado de Mato Grosso do Sul, que é a migração de famílias indígenas de suas aldeias em direção aos grandes centros urbanos – e o Povo Terena é um deles. Presente nas origens de seu povo nesse estado, o Povo Terena demonstra em seus registros a presença efetiva nos meios urbanos de vários municípios; bem como na cidade de Campo Grande/MS ainda anos de 1940 (Cardoso Oliveira, 1968).

Essa urbanização do Povo Terena gerou mudanças acentuadas dentro da dinâmica urbana da cidade de Campo Grande/MS e uma delas foi a criação da primeira Aldeia Indígena Urbana do Brasil, a Aldeia Indígena Urbana Marçal de Souza. Sua localização se encontra na região municipal Bandeiras, a leste do centro urbano de Campo Grande/MS, localizada dentro do perímetro de Bairros como Tiradentes, Flamboyant e Dalva de Oliveira (Mussi, 2006).

Inicialmente ocupada por 20 famílias Terena no ano de 1995, essas famílias montaram um acampamento com barracos de lona, sem a mínima estrutura. Essa área que foi doada pela Prefeitura para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI teria como objetivo construir *A Casa do Índio*; um espaço para abrigar os Povos Indígenas em trânsito para tratamento de saúde em Campo Grande/MS. Contudo, no ano de 1998 foi oficializada a entrega de 145 casas com características de uma *Oca Indígena* da primeira aldeia urbana planejada do Brasil (Mussi, 2006).

Essa pesquisa tem como o objetivo em primeira instância, de apresentar o estudo realizado na Aldeia Urbana Marçal de Souza no município de Campo Grande/MS realizado no ano de 2024; visando os processos e dinâmicas históricas do Povo Terena que promoveram a sua construção e finalização desse projeto social habitacional. Bem como, produzir dados e gerar indicadores complementares do movimento de migração e urbanização do Povo Terena para a cidade de Campo Grande/MS se aproximando de sua história, do seu sistema social primário e da sua cultural (Campo Grande, 2025).

Com base no último censo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE no Brasil temos uma população indígena de 1.694.836 (*Um milhão seiscientos e noventa e quatro*

mil, oitocentos e trinta e seis) pessoas indígenas aferidas e computadas no Censo Indígena 2022 mais da metade, residem na zona urbana ou totalizando 1.071.992 (*1 milhão e setenta e um mil, novecentos e noventa e dois*) 63,25% da população indígena reside em alguma cidade desse país (IBGE, 2022).

Residem em terras indígenas na zona rural dos municípios 622.844 (*Seiscentos e vinte e dois mil, oitocentos e quarenta e quatro*) equivalente a 36,75% de pessoas indígenas em aldeias na zona rural. Dentro do exposto, a questão da urbanização indígena passa a ser uma característica preponderante na população indígena brasileira e um dos pontos a ser considerado, pois é o processo que abrange e impulsiona o movimento de migração das aldeias para as cidades, são as dinâmicas e os processos vivenciados pelos Povos Indígenas em contexto urbano (IBGE, 2022).

Ao olharmos os dados supramencionados, podemos sugerir que se torna evidente que o panorama das cidades mudou; bem como a sua dinâmica social no que diz respeito as políticas Públicas direcionadas aos dos Povos Indígenas, pois a realidade atual é que eles não estão mais em uma aldeia, com aquela forma estereotipada e ‘esquecidos’ no meio de uma floresta. A exemplo do nosso Estado eles estão com uma aldeia indígena urbana, com toda a sua história e cultura dentro da cidade, nas universidades, em cargos públicos exercendo a sua cidadania sem abandonar a sua essência. E a ciência precisa aproximar as suas lentes, e se aprofundar para conhecer melhor esta realidade das cidades e dos Povos Indígenas (Amado, 2020).

O capítulo I apresenta uma breve perspectiva do processo que gerou o sistema de urbanização no Brasil, passando por aspectos do período colonial ao contemporâneo e os sistemas socioeconômicos e políticos que geraram os impactos sociais nas cidades e no meio rural. Logo adentramos no espaço do regionalismo e na realidade do Estado de Mato Grosso do Sul e os seus primórdios no processo de urbanização da cidade de Campo Grande/MS abordando conceitos sobre identidade étnica.

Em continuidade exploramos a Antropologia e um estudo em perspectiva comparativa do Povo Zulu na África do Sul que vivencia uma realidade em contexto urbano como o Povo Terena, alicerçados pela base do que preconiza a colonialidade e a decolonialidade; bem como os aspectos e características das minorias étnicas. E finalizamos abordando a história genealógica do Povo Terena; bem como o seu processo de urbanização.

O Capítulo II apresenta um panorama geral sobre a Aldeia Urbana Marçal de Souza fundamentado pelos parâmetros metodológicos da Antropologia Social por meio da etnografia, apresenta os dados produzidos com a Liderança Terena da aldeia urbana, na qual produzimos

dados que retrata as questões desta aldeia urbana indígena. Finalizamos com uma etnografia de documentos que fazem parte da construção histórica que veio a ser a Aldeia Marçal de Souza; com alguns dados complementares em relação ao perfil socioeconômico das famílias Terena da aldeia.

No Capítulo III apresentamos o Trabalho de Campo realizado no perímetro urbano da aldeia, na qual evidenciamos as mudanças que ocorreram nesses 30 anos da sua inauguração; bem como os aspectos sociais da vida na aldeia urbana. Em continuidade registramos as aldeias que formaram a Aldeia Urbana Marçal de Souza, em relação das famílias Terena que migraram para Campo Grande/MS; na qual abordamos um pouco da história e da sua cultura no passado somada a aspectos do presente.

Finalizamos essa pesquisa ressaltando dois grandes líderes da Aldeia Urbana Marçal de Souza o Senhor *Calixto Terena* e a Senhora *Enir Terena*. Trabalharam em prol do Povo Terena e por sua dedicação e testemunho ajudaram a construir e a mudar as suas vidas e a vida das Famílias Terena que chegaram no Lote nº 13 do Bairro Desbarrancado no ano de 1995.

Acreditamos que a possibilidade de se estudar Antropologia Social e de promover e produzir dados a favor das Ciências Humanas, se materializa como um dos caminhos possíveis para começarmos a reverter as estatísticas negativas e as mazelas históricas cometidas contra os Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul.

CAPÍTULO I – OS ELEMENTOS DO PROCESSO DE URBANIZAÇÃO E AS QUESTÕES INDÍGENAS

Temos como objetivo neste primeiro capítulo apresentar um breve panorama sobre o processo da urbanização que se desenvolveu no território nacional, e a sua dinâmica que foi transformando os estados e as regiões do país. Somado aos impactos na sociedade devido às imposições econômicas, políticas e sociais que afetaram diretamente as minorias étnicas, fato que impulsionou para novos reordenamentos na identidade étnica e cultural dos Povos Indígenas.

Em um segundo plano, evidenciamos uma breve análise em relação aos estudos étnicos sobre colonialismo e os seus desdobramentos sendo um deles a aproximação sociocultural e a migração das aldeias para os grandes centros urbanos, e os elementos teóricos da Ciência Antropológica que propiciaram um maior conhecimento, avanço e acesso para compreensão desses fenômenos.

Concluimos este capítulo ressaltando os parâmetros do movimento de urbanização do Povo Terena para várias cidades do Estado de Mato Grosso do Sul sendo uma delas para a cidade de Campo Grande/MS gerando a construção da primeira Aldeia Indígena em contexto urbano do Brasil.

1.1 ASPECTOS DA URBANIZAÇÃO BRASILEIRA, REGIONALISMO E IDENTIDADE ÉTNICA

Antes da chegada dos colonizadores Europeus a estimativa é que no Brasil a população indígena gravitava em torno de 5 milhões de habitantes. Todavia, os efeitos do contato com os colonizadores Europeus passam pela ordem de uma mudança em toda a estrutura cultural existente entre os habitantes dessas terras, com o agravamento do fator sanitário desses povos, gerando o acometimento de epidemias como da *Varíola* que dimensionou um alto grau de mortalidade indígena (Salzano, 1998).

Como resultado dos despojos históricos impressos pela ação colonialista temos as estruturas urbanas que sofreram grandes transformações no decorrer desse processo, e se tratando especificamente do Brasil o ponto é que durante séculos, esse país foi uma grande

‘fazenda’ na América Latina, tendo como sua característica principal o manejo agrário e saindo da centralidade natural como referência dos grandes centros brasileiros, o estado da Bahia, por intermédio de sua capital Salvador, foi o estado pioneiro no desenvolvimento de urbanização nesse país, gerando pontos comerciais de grande fluxo utilizando a sua bacia hidrográfica como apoio (Santos, 1993).

Ao observarmos os princípios da urbanização no Brasil podemos destacar 3 períodos fundamentais que impulsionaram mudanças significativas nos territórios brasileiros: o primeiro ocorreu entre 1530 e 1570 tendo como principal destaque a fundação do Rio de Janeiro, a Filipeia de Paranaíba e a instalação de Iguape. O segundo período, entre 1580 a 1640 com a inauguração de várias vilas e uma urbanização sistêmica da costa norte na direção da Amazônia, ações que ocorreram durante o domínio da invasão espanhola.

E o terceiro período, que ocorreu de 1650 à 1720, cujo principal destaque foi a transformação da Vila de Olinda e São Paulo na categoria de cidades, constituindo uma urbanização com a existência de sessenta e três vilas e oito cidades neste período no Brasil (Santos, 1993).

Analisando o primeiro período de urbanização do Brasil sob a ótica da *toponímia* ficam evidentes os signos e os símbolos da cultura indígena registrada nos nomes de vilas, ruas e demais espaços já naquele período. É válido ressaltar que Toponímia se define como o estudo dos nomes próprios de lugares, e a *antroponímia* é o estudo dos nomes próprios de pessoas, na qual ambas se vincula a uma área de investigação mais vasta, a *onomástica* que se direciona ao estudo e abordagem linguística dos nomes próprios em geral (Isquerdo, 2019).

A instalação da vila Iguape é um exemplo, registrada no primeiro período de urbanização brasileira em 1530 essa palavra *Iguape* é oriunda do idioma Tupi antigo que significa na enseada do rio. Tal menção é devido ao recorte do espaço geográfico da localidade deste município ser no litoral paulista, essa citação como exemplo pode ser ilustrada em várias outras capitais do estado brasileiro que nomeiam seus quadriláteros urbanos utilizando idiomas indígenas (Navarro, 2005).

No estado de Mato Grosso do Sul na cidade de Campo Grande, podemos encontrar vários signos dos Povos Indígenas que habitam essas terras há centenas de anos, e que têm a sua história entrelaçada, sendo um deles o Povo Terena. Localizada na região urbana municipal nomeada como Bandeira, que abrange as regiões sudeste e sul de Campo Grande, dentro dos limites do Bairro Tiradentes se encontra a Escola Municipal Sullivan Silvestre Tumune Kalivono que no idioma Terena significa “*Crianças do Futuro*”. E uma das ruas que fornece

acesso a essa escola se chama Rua Terena, que se atribui a etimologia dessa palavra é *Poke'e 'terra'*; essa escola e a rua estão localizadas na Aldeia Urbana Marçal de Souza reconhecida como a primeira aldeia em contexto urbano do Brasil (Butler; Ekdahl 1979).

Foto 1 - Rua 25 de dezembro com a Rua São Paulo



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Foto 2 - Escola Sullivan Silvestre/Aldeia Marçal de Souza



Fonte: Arquivo pessoal, 2025.

Ao observarmos o processo da construção da urbanização das cidades somados aos signos e símbolos indígenas, sendo suas marcas nos territórios e espaços que no passado tinham outra conotação e realidade, podemos usar o conceito de cultura do Antropólogo americano Clifford James Geertz, que passa pela semiótica e registra que o homem é um ser preso em sua rede ou teia de significados, que ele mesmo criou, modulando a cultura não como uma ciência

especulativa, mais claramente uma ciência interpretativa de seus fenômenos e significados (Geertz, 1989).

O Brasil após este período sofreu transições que alteraram substancialmente a dinâmica em seus territórios. Antes, podíamos compreender a sociedade através do Sistema Social Colonial, que consistia na Organização Política Administrativa gerenciava as capitanias e o governo geral, bem como a Organização Municipal e os serviços de economia rural. As classes sociais eram constituídas por produtores rurais e demais atores da estrutura urbana como comerciantes, o funcionalismo, profissionais liberais como mecânicos, mineradores e outros. A partir do século XVIII a cidade ganha um status diferenciado de prestígio e destaque para duas atividades comerciais o Fazendeiro e o Senhor de Engenho este período é retratado como a Revolução da urbanização (Santos, 1993).

Em 1815 no estado da Bahia surge a primeira máquina a vapor no Brasil, de forma que os padrões de funcionamento dos antigos engenhos com o apoio de tração animal ou de pressão à água são extinguidos, mas o modo de produção ainda permanece, à base de mão de obra escravizada e os alicerces da sociedade se instituem em modelos de famílias patriarcais, período classificado como a Revolução Técnica (Santos, 1993).

Com o surgimento das usinas e desaparecendo os engenhos no final do século XIX gerou-se uma movimentação financeira e social novamente diferente no Brasil, a mecanização dos meios de produção, tanto da cana de açúcar como de trânsito no território, passam a promover uma outra lógica de se conceber o processo; somado ao aspecto político do fim da monarquia, a implementação da República, o decreto de abolição da escravidão e a inserção de mão de obra de imigrantes na transição da agroexportação predominante para o café, foram de extrema relevância para grandes mudanças no Brasil.

E elas vieram visivelmente com a construção de meios de transporte visando a logística para escoamento da produção com as estradas de ferro, a melhoria dos portos, o sistema de comunicação; bem como dos pequenos centros urbanos do interior dos estados e os financiamentos de empresas mercantis de capital privado, gerando a edificação de postos de gasolina, postos de armazéns para a comercialização de sementes e implementos agrícolas impactando nos aspectos sociais, políticos, econômicos e culturais dessas regiões (Santos, 1993).

Até 1900 a população brasileira urbana correspondia a 10% do total, algo em torno de 900.000 (novecentas mil) pessoas desenvolvendo suas vidas nas cidades. Já no período de 1940 essa taxa já estava na casa de 6.208.699 (seis milhões, duzentos e oito mil, seiscentos e noventa

e nove) pessoas nas zonas urbanas. Até 1945 com o fim da Segunda Guerra Mundial a principal atividade econômica das capitais ainda estava na agricultura, o comércio e a extração da borracha, a cultura do cacau, a cana de açúcar e a produção do café influenciavam o crescimento e o decréscimo dos centros urbanos através do êxodo rural nas regiões (Santos, 1993).

A partir dos anos 1950 uma nova lógica passa a tomar forma na estrutura de mercado do país, que seria o início do processo de industrialização, com a formação de um mercado nacional, ações para a integração dos territórios e um trabalho social para o aumento das bases de consumo. Essa nova base econômica sai da escala de nível regional, para uma abrangente fonte de escala nacional. Tal fato propiciou uma urbanização cada vez maior e atraente apresentando possibilidades de acesso de formação e bens de consumo, possibilitando um crescimento demográfico contínuo das cidades médias e grandes dos estados (Santos, 1993).

Muitos foram os impactos positivos de toda essa preambulação histórica do processo de urbanização no Brasil, que se refletiram nos avanços e no acesso tecnológico e em vários marcadores no âmbito social e na gestão desse vasto território. Contudo o maior fenômeno negativo em vista deste processo foi o acometimento da pobreza e da desigualdade social, principalmente nos períodos mais recentes, a urbanização brasileira passou a ser associada e a dar visibilidade a uma crescente massa de pobreza cujo marco zero são as grandes cidades (Santos, 1993).

As oportunidades de trabalho nas indústrias se reconfiguram com uma pequena margem disponível de vagas especializadas, que mais excluem os trabalhadores do campo ou os citadinos, e os serviços terceirizados dotados de uma base moderna – mas com uma característica primitiva – remuneram precariamente e cometem violações de direitos. A cidade se tornou um palco de inúmeras demandas emergentes, complexas e de conflitos, mas que ainda se posiciona como um espaço geográfico político da possibilidade de soluções em parâmetros individuais e coletivos (Santos, 1993).

Ao fecharmos um pouco mais as lentes e entrarmos em um alicerce regional, podemos encontrar todas essas demandas emergentes, complexas e de conflitos em qualquer capital de estado do território nacional, naturalmente. E um outro ponto a se considerar é que, os descendentes daqueles 5 milhões de indígenas que colonizaram o Brasil e que já estavam aqui, antes da chegada dos colonizadores Europeus ainda permanecem, sobrevivendo com a sua dignidade e a sua cultura como povos indígenas diferenciados em suas aldeias ou no meio urbano (Cardoso de Oliveira, 1968).

Mesmo que, por muito tempo, era como se não estivessem mais, especialmente aos olhos das Políticas Públicas ou do inconsciente coletivo da sociedade envolvente. E, muitos deles hoje, se encontram nessas grandes cidades morando em periferias, em barracos ou em assentamentos sendo classificados como minorias étnicas segundo Baines:

“[...] a falta de terras adequadas para sua sobrevivência é um dos fatores que leva a migração indígena e a busca de trabalho assalariado em fazendas e cidades”, com isso os índios vão gradativamente perdendo suas origens, pois se veem obrigados a buscar novos recursos para a sua sobrevivência e manutenção familiar. Com a falta de políticas voltadas para essa população, infelizmente a invisibilidade os cerca perante toda sociedade (*apud*, Souza; Calderoni, p. 246).

Essa realidade passou a tomar uma outra protoforma social a partir do surgimento das chamadas Aldeias Urbanas, no estado de Mato Grosso do Sul, em sua capital, a cidade de Campo Grande, que impulsionou uma urbanização e uma ressignificação da cultura dos Povos Indígenas, sendo um deles o Povo Terena, que, devido à mobilidade de seus territórios para os centros urbanos, promoveu a edificação da Aldeia Urbana Marçal de Souza (Mussi, 2006).

Aprofundando um pouco mais no alicerce regional, e na dinâmica dessas minorias étnicas em contexto urbano, primeiramente passamos pelo processo de urbanização da cidade de Campo Grande, que se estabelece como um município na região Centro-Oeste do Brasil e a capital do estado de Mato Grosso do Sul. O seu fundador foi José Antônio Pereira oriundo do estado de Minas Gerais, mais precisamente do *Arraial de Nossa Senhora da Piedade da Borda do Campo* atualmente cidade de Barbacena, que chegou nesta região em 1872 e retornou em 1875 (IPHAN/MS, 2009).

Foto 3 - Rua 14 de julho 1923



Fonte: Campo Grande, 2025.

Foto 4 - Trem 1940



Fonte: Campo Grande, 2025.

Com o término da Guerra do Paraguai, o senhor José Antônio Pereira estava em busca de terras adequadas para poder produzir e acolher a sua família e se direcionou para essas cercanias, iniciando culturas de plantios como café e cana-de-açúcar, que deu início ao processo de urbanização dessa região e o primeiro nome que esta cidade recebeu foi *Arraial de Santo Antônio de Campo Grande da Vacaria* (IPHAN/MS, 2009).

Criado em 1889 o distrito de Campo Grande foi elevado à classificação ou categoria de vila em 1899, que teve a sua publicação do decreto de emancipação na época pela Gazeta Oficial de Mato Grosso da Vila de Santo Antônio de Campo Grande, assinado pelo Coronel Antônio Pedro Alves de Barros – então presidente do estado. Foram surgindo as divisões e setores que compunham o Executivo Municipal: primeiro a prefeitura, inicialmente tendo seu prédio de funcionamento na residência do primeiro prefeito de Campo Grande, Francisco Mestre, sem uma equipe de Recursos Humanos (IPHAN/MS, 2009).

Os representantes do legislativo municipal foram empossados em seus cargos de Vereadores somente em 1905. Contudo, ainda não existia uma Câmara Municipal de Vereadores, as reuniões do plenário e os despachos eram feitos na residência do Presidente daquela Casa, na época o Senhor Jerônimo José de Santanna. O primeiro prédio público de Campo Grande foi construindo em 1910, 11 anos após o decreto de emancipação (IPHAN/MS, 2009).

O Governo Federal impulsionou o desenvolvimento e um grande progresso na região, gerando empregos e redimensionando a importância política, com a construção da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil no ano de 1914; e sendo estabelecida na condição de cidade em 16 de

julho de 1918. Com a conclusão da construção da ferrovia e a chegada dos quartéis do Exército Brasileiro, Campo Grande teve um impulso no crescimento e no desenvolvimento da sua urbanização na década de 1920 (Souza, 2014).

O Estado de Mato Grosso do Sul teve suas análises técnicas concluídas pela equipe do governo federal, e foi votado o projeto de Lei da divisão do estado de Mato Grosso em setembro de 1977, pelo Congresso Nacional e o presidente Ernesto Geisel sancionou a Lei Complementar Nº 31, no dia 11 de outubro promovendo assim, a divisão do Mato Grosso e criou oficialmente o estado de Mato Grosso do Sul em 1977 sendo um dos principais marcos do histórico desse estado. Contudo, Campo Grande se tornaria a Capital do Estado de Mato Grosso do Sul em 1979 por forças políticas do então presidente da 1ª Legislatura da Câmara Municipal de Campo Grande/MS sendo o Senhor Albino Coimbra Filho (Souza, 2014).

O estado de Mato Grosso do Sul até nos anos de 1960 era um mercado predominantemente rural a porcentagem de urbanização era de 42%, e na década de 1970. A demanda da mão de obra no setor primário apresentou perdas, recuperando somente no decorrer do período de 1980, chegando a um percentual de 67%. As mudanças foram atribuídas aos novos arranjos no modo de processamento das culturas, devida à implantação de tecnologias, pois mesmo com a queda na força de trabalho foi registrada uma relevante expansão no mercado agrícola (Machado, 2020).

A concentração fundiária, atrelada principalmente a produção da agricultura moderna, visando sempre os interesses de abastecimento e lucro para o mercado externo, foi a grande problemática deste setor, gerando a concentração fundiária e produtiva e queda na produção do abastecimento de alimento interno. Um retrato desta concentração pode ser observado em números: 63% das estruturas agropecuárias possuíam somente 2% da área total das terras sul-mato-grossenses; já 12% dos estabelecimentos agropecuários estavam sob posse de 84% da área total do território ativo. A dinâmica totalitária da posse das terras é a marca da ocupação deste estado (Machado, 2020).

Mas essa estrutura fundiária concentradora impetrou um rápido processo de urbanização, sem a devida atenção da gestão do estado e do poder privado somado a um baixo índice de investimentos sociais, promovendo uma deterioração da qualidade de vida das famílias nas cidades. Outro aspecto é a má distribuição salarial, refletida nas políticas do mercado de trabalho – o estado de Mato Grosso do Sul apresentava grandes distorções no modo de remuneração da força de trabalho, semelhantes ao padrão nacional (Machado, 2020).

Em suma, os impactos da estrutura socioeconômica impressos no estado de Mato Grosso do Sul deixaram um quadro muito claro e evidente, estabelecendo a concentração do direito às terras para uma minoria, com um manejo voltado a aquisição acelerada da pecuária de corte e do agronegócio; seguindo uma rápida urbanização sem a promoção e o acesso de políticas ao mercado de trabalho e políticas sociais, necessárias para o acolhimento e apoio para a vida nas cidades. Contudo, essa realidade chegou nas Aldeias Indígenas impondo mudanças graves na subsistência, no direito e acesso as suas terras e no modo de vida dos Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul (Machado, 2020).

1.2 CAMPO GRANDE, UMA CAPITAL INTERIORANA E INDÍGENA

As mudanças e os efeitos supracitados dos fatores socioeconômicos nos Povos Indígenas trouxeram à tona uma das questões mais graves que é o acesso e a permanência nos territórios indígenas. O histórico da política indigenista brasileira com um determinismo equivocados, evidencia padrões etnocêntricos e higienistas, que serviram como base para regular e imprimir violações de direitos graves que resultaram na redução drástica dos territórios indígenas. E o estado de Mato Grosso do Sul se enquadra em tal contexto, sendo atualmente um dos estados brasileiros que apresenta diversos conflitos fundiários envolvendo proprietários rurais e os Povos Indígenas sendo um deles o Povo Terena (Ximenes, 2017).

Um dos pontos dessa questão no estado de Mato Grosso do Sul passa pela criação das Reservas Terena que ocorreu no início do século XX, sob a gestão do Serviço de Proteção ao Índio/SPI a regularização dessas terras no estado, priorizou a interesses privados, ideológicos e econômicos e nada favorável as necessidades do Povo Terena. Com o agravante dos proprietários rurais e suas propriedades, avançarem sobre as terras Terena, gerando a migração de muitas famílias abandonando suas vidas (casas, roças, locais de reza e cemitérios) devido a pressões e violências promovidas por proprietários rurais com o apoio do estado (Ximenes, 2017).

Os fatores que agravam os problemas territoriais do Povo Terena são os que terminam em gerar o movimento de migração para os centros urbanos, passando a viver em aldeias urbanas ou nas periferias das cidades como Campo Grande, Miranda, Aquidauana e outros. É válido ressaltar o movimento de migração para o meio urbano é um dado importante e significativo na realidade do panorama atual do Povo Terena. No entanto, as famílias que

passam a viver em contexto urbano, mantêm seus vínculos e relações com as suas aldeias de origem, com seus territórios e a sua cultura. Alguns retornam depois de um tempo, ou mantêm essa vontade ou impulso, de um dia voltar para a sua terra (Ximenes, 2017).

Poderíamos dizer que o crescimento demográfico das populações indígenas, combinado com as características e tendências econômicas e sociais regionais e nacionais, estão levando a uma redução drástica da média de terras disponíveis a reprodução econômica e cultural dos Terena (estando muito abaixo da média histórica do SPI, de 8 hectares). Este é um dos fatores a produzir um fluxo contínuo de migração dos Terena para as principais cidades do estado. A redução proporcional das terras indígenas faz que a atividade econômica de subsistência exercida no próprio local de moradia (as aldeias) seja virtualmente inacessível para a totalidade da população existente. Além disso, mesmo aqueles que estão ocupados nesta atividade econômica dificilmente conseguem tirar sua subsistência exclusivamente dela, já que a atividade de produção em áreas de menos de 10 há tem uma renda média muito baixa (Ximenes, 2017, p. 143).

No entanto, o reordenamento nos parâmetros legislativos indigenistas somado ao contexto de abertura política, produziu no Povo Terena um processo de ressignificação no modo de expressar e exercer a sua cultura e *indianidade* junto ao ordenamento da sociedade, visando a aquisição de ressarcimento dos seus direitos violados e exigir a efetivação da demarcação de seus territórios tradicionais. Essa nova postura de oposição e luta pelos seus territórios ficou classificado pelos Terena como a *retomada*, movimento que teve início a partir dos anos de 1990 (Ximenes, 2017).

A questão territorial do Povo Terena já deixou várias marcas trágicas no decorrer de sua história – algumas mais recentes, na qual uma delas foi o óbito de Oziel Gabriel Terena, de 36 anos. Ele morreu no dia 30 de maio de 2013, em uma ação de reintegração de posse na terra indígena Buriti, localizada no município de Sidrolândia-MS a 70 Km da cidade de Campo Grande. Durante um conflito entre indígenas e Policiais Federais, o mesmo foi alvejado por um disparo de arma de fogo; este episódio, como vários outros, deixa evidente a aplicação de uso violento e desproporcional de força, pela Polícia Federal, somada a uma ação mal planejada, com o uso de bombas de efeito moral, spray de pimenta e disparo de armas letais e não letais; Oziel Gabriel Terena deixou uma esposa, a senhora Samir Mamedes Gabriel, e dois filhos (Amado, 2020).

Tal fato ou violência, não deveria mais ser aplicado contra o Povo Terena, frente à grande extensão histórica legislativa que vem se desenhando sobre as questões da defesa dos direitos dos Povos Indígenas no Brasil, mesmo que com pontos divergentes no modo de reconhecer, assegurar e processar esses direitos. A título de exemplo, temos a Lei nº 6.001 de 21 de dezembro de 1.973, também conhecida como *Estatuto do Índio* – atualmente mencionada

como Estatuto dos Povos Indígenas – que fora concebida num dado momento histórico brasileiro, cujo objetivo era a ação integracionista na chamada comunhão nacional. Ou seja, incorporar, integrar, capacitar e civilizar. Já a Constituição de 1988 veio reconhecendo e assegurando aos Povos Indígenas o direito de permanecer e ser diferente (Amado, 2020) a seguir, um quadro demonstrativo da estrutura normativa da política indigenista

Quadro 1 - Estrutura normativa da política indigenista

	ANO	ATO	CONTEÚDO / OBJETIVO
Visão Integracionista: - Superioridade da cultura hegemônica; - Caráter transitório da identidade sócio-político-cultural Indígena.	1916	Código Civil	Os índios como relativamente incapazes, sujeitos ao regime tutelar enquanto não fossem adaptados à civilização do país.
	1934	Constituição Federal	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1937	Constituição Federal	Omissão em relação ao status jurídico dos índios
	1946	Constituição Federal	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1966	Convenção 107 da OIT	Proteção e integração das populações tribais e semitribais de Países Independentes
	1967	Constituição Federal	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1969	Emenda Constitucional	"Incorporação dos silvícolas à comunhão nacional"
	1973	Estatuto do Índio	"... preservar a sua cultura e integrá-los progressiva e harmoniosamente à comunhão nacional"
Visão pluriétnica e multicultural: - proteção e valorização das diferenças; - convivência respeitosa; - reconhecimento das instituições indígenas próprias, submetidas apenas ao marco jurídico do Estado soberano.	1988	Constituição Federal	- Reconhecimento da organização social, costumes, línguas, crenças e tradições; - Reconhecimento do uso das línguas maternas e processos próprios de aprendizagem no ensino fundamental; - Reconhecimento dos direitos originários (de posse e usufruto exclusivos) sobre as terras que tradicionalmente ocupam; - Consulta às comunidades sobre projetos de exploração mineral; - Reconhecimento da capacidade de postulação em juízo para a defesa de seus direitos e interesses; - Dever da União em demarcar as terras e proteger e fazer respeitar todos os bens indígenas;
	1989	Convenção 169 da OIT, (promulgada no Brasil pelo Dec. 5051 de 19.04.2004)	- Sobre povos indígenas e tribais em países independentes. - Reconhece suas aspirações a "assumir o controle de suas próprias instituições e formas de vida e seu desenvolvimento econômico, e manter e fortalecer suas identidades, línguas e religiões, dentro do âmbito dos Estados onde moram". - Direito de usufruto das riquezas naturais. - Consulta às comunidades sobre projetos de exploração mineral.
	1996	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional	Educação escolar bilingüe e intercultural

Fonte: Amado, 2020 *apud* Assessoria Jurídica/CIMI

Destacamos o *Estatuto do Índio* de 1973, a Constituição Federal de 1988 e a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho/OIT normativas que regulam os direitos dos povos indígenas (Amado, 2020).

Esse enfraquecimento e vulnerabilidade na defesa dos direitos, da cultura e da cidadania dos Povos Indígenas se reflete nos dados levantados pelos indicadores sociais. O Estado de Mato Grosso do Sul ocupa o terceiro lugar no Brasil, em número de pessoas indígenas

totalizando 116.469 (Cento e dezesseis mil, quatrocentos e sessenta e nove) pessoas indígenas, desse total 68.682 (Sessenta e oito mil, seiscentos e oitenta e dois) residem em terras indígenas sendo que 34.748 são homens (50,59%) e 33.934 são mulheres (49,41%). E residindo fora das Aldeias em contexto social urbano 47.787 (Quarenta e sete mil, setecentos e oitenta e sete) evidenciando que 59% da população indígena sul-mato-grossense residem nas Aldeias Indígenas e 41% migraram para os centros urbanos. Com base no Censo Demográfico Indígena 2022, existem hoje no Brasil 1.693.535 (Um milhão seiscentos e noventa e três mil, quinhentos e trinta e cinco) que representa 0,83 % da população total do país (IBGE, 2022).

Dentro do exposto, a questão da urbanização indígena passa a ser claramente uma característica preponderante nos povos brasileiros, e, um dos pontos a ser considerado, é o processo para sanar as disfuncionalidades que se impulsionam para fragilizar e gerar as violações de direitos, resultando no movimento de migração das aldeias para as cidades. E uma outra demanda são as sucessivas questões práticas que são geradas àqueles que vivem em um contexto urbano (Amado, 2020).

Nesse sentido, destacamos o movimento de migração dos Povos Indígenas aos grandes centros urbanos:

Os índios estão migrando para a cidade buscando o que falta na aldeia – como mercadorias e educação formal, principalmente. O mundo dos brancos é representado por bens simbolicamente importantes: as mercadorias e a escola. Ir para a cidade significa escolarização, inserção no mercado de trabalho e, muitas vezes, casamentos interétnicos (Souza *apud* Nascimento Vieira p. 248).

O grande desafio nesse processo em estar no contexto urbano, perpassa pela sua identidade cultural e no interpessoal, vivendo em uma sociedade com uma outra cultura. De acordo com Souza (2020) as identidades são constituídas e formadas pelas diferenças, e são construídas pela marcação dessas diferenças que ocorrem por meio da representação e por exclusão, naturalmente reflete uma relação de dominação e poder no bojo do projeto colonial (Souza, 2020 *apud* Woodward 2006, p. 39).

A forma de interpretação conceitual da pessoa indígena pela sociedade é aquela presente em seu imaginário informal, como um ser pertencente e preso em um ecossistema da natureza cercado por florestas e distante da vida em sociedade, estereotipado e ainda gravitando nos elementos do período do Brasil colonial logo, entendesse que é indígena somente aquela pessoa que reside na floresta, se encontra nu e com arco e flecha, e todos aqueles que não se enquadram nesse estereótipo não são indígenas (Souza, 2020).

São pessoas presentes em uma sociedade que não está ambientada com pessoas indígenas gerando diferenças, obstáculos e exclusão. Esse quadro invisibiliza suas identidades, sua cultura, conhecimentos, crenças e a história de seu povo; compreendemos que a questão da luta pelos territórios e seus recursos, potencializando a negação da humanidade e singularidade do outro, como um ser pleno dotado de sua dignidade e valor próprio e único e com os mesmos direitos (Souza, 2020).

Segundo Rivas (2011), a luta dos Povos Indígenas se ressignificou não permanecendo somente nas reintegrações de posse ou retomadas de seus territórios, mas o novo cenário ou *front* está nas grandes cidades e a luta é para conquistar o seu espaço, a defesa de seus direitos e o reconhecimento e a valorização da sua cultura. Contudo, o ponto de partida se inicia no fortalecimento das bases do que lhe constituem enquanto Nação Indígena, a sua identidade étnica, somada à força da sua cultura.

Considera-se indígena toda pessoa nascida em uma comunidade indígena, que descende de populações que habitavam o atual território do país no início da colonização e que conservam parte de suas próprias instituições sociais, econômicas, culturais e políticas e que mantêm a consciência de sua identidade indígena, auto-identificando-se como tal (Esteban Guitart; Rivas Damian; Perez Daniel, 2011).

A concepção de identidade étnica é parte e vai ao encontro da identidade social do indivíduo, ou seja, o autoconceito ou a autodefinição devido ao sentimento de pertencimento e vínculo com um determinado grupo social, sendo nacional, linguístico, religioso, esportivo ou étnico. Todavia, identidade étnica se compreende com base no reflexo individual para o coletivo, e projeção do sentido de pertencimento e a identificação a um grupo étnico específico podendo ser de qualquer etnia afro-americano, chinês ou indígena (Esteban Guitart; Rivas Damian; Perez Daniel, 2011 *apud* Phinney e Ong, p. 100).

Podemos refletir sobre a essência da etnicidade retratada no Indígena Terena que migrou da Aldeia Cachoeirinha, e se encontra em contexto urbano em meio à sociedade da cidade Campo Grande, permanecendo imerso em uma outra cultura com unidade e função dentro deste quadrilátero social. Contudo, esse Indígena Terena não perdeu a sua identidade étnica, as teorias passadas afirmavam ao contrário, mas se compreendeu que a existência de grupos étnicos está ligada a questões de fronteiras: o indivíduo mantém a essência da sua cultura, sendo que a cultura não define um grupo étnico, reforça a sua identidade étnica. O grupo étnico tem fronteiras a cultura não, ela se movimenta (Barth, 2005).

Um outro elemento a se considerar encontrada na teoria da identidade social de Tajfel (1981) que destaca a realidade de dois grupos presentes em uma sociedade: o majoritário e o

minoritário. Quando o grupo minoritário toma ciência de sua posição de inferioridade em relação ao âmbito do grupo majoritário, essa realidade pode acionar processos de reafirmação, revalorização e reivindicação no grupo minoritário com o objetivo de se proteger contra os estereótipos ou preconceitos sociais promulgados pelo grupo majoritário (Esteban Guitart; Rivas Damian; Perez Daniel, 2011).

O que se evidencia é que a identidade étnica se torna claramente relevante em grupos minoritários, devido à dinâmica espontânea que no seu coletivo se expressa, propiciando a resolução de dois conflitos; o primeiro é o posicionamento e o fortalecimento do grupo minoritário em elaborar estratégias para enfrentar os estereótipos e preconceitos da população dominante. O segundo ponto se direciona na manutenção, empoderamento e prática de promover a herança cultural do grupo se opondo ao sistema de crenças e valores do grupo dominante (Esteban Guitart; Rivas Damian; Perez Daniel, 2011).

Com base em Castro (2005) ao abordarmos as políticas indigenistas começamos a caminhar em uma linha tênue, pois, para o estado de direito, o primeiro passo para se assegurar os direitos dos Povos Indígenas é a comprovação que aquele território estava ocupado desde tempos ancestrais, e se aquelas pessoas são realmente indígenas passando sempre por identidade e fronteira. Essa pergunta se estabelece em um patamar jurídico, formulado por um ordenamento do estado constituído logo, o Estado continua tutelando e selecionando ou imprimindo ‘a ferro’ o controle sobre os povos indígenas: “Acho que ninguém tem o direito de dizer quem é ou quem não é índio, se não diz (porque é) índio se não ele próprio” (Castro, 2005).

Os parâmetros da mobilidade ou da permanência dos Povos Indígenas em seus territórios, sua identidade ou cultura; enfim, o seu protagonismo dentro ou fora da sociedade deve ser exercido pelos próprios povos indígenas e respeitado pela sociedade e pelo estado; bem como no modo de compreender quem é o que define essas pessoas (Castro, 2005).

Não existe mais o termo ou adjetivo “Índio” fragmentado e estereotipado, o que o legislador ou o Chefe de Estado deve entender é que essa palavra designa a plataforma de um coletivo, estabelecidas como comunidades, com parentescos, com seus territórios com a sua cultura e a sua história ceifada nessas terras. E um outro ponto a se considerar é que os descendentes daqueles 5 milhões de indígenas que colonizaram o Brasil e que já estavam aqui, antes da chegada dos colonizadores Europeus ainda continuam aqui e hoje residem em Aldeias Urbanas e uma delas se chama Marçal de Souza e se localiza em Campo Grande (Castro, 2005).

1.3 A COLONIALIDADE E AS MINORIAS ÉTNICAS EM CONTEXTO URBANO

Todos os eventos mais remotos, ou a cadência das manifestações sociais mais modernas expressadas pelo ser humano, se tornam indispensável para as lentes que mantem a Ciência Antropológica vivaz e em pleno funcionamento. Se fôssemos mensurar de maneira simbólica o nascimento das bases da Antropologia, poderíamos compreender que essa ciência se manifestou no apogeu das mais variadas ações e marcas da existência humana registradas no mundo (Cunha, 1998).

No entanto, as portas que a Antropologia nos trazem à tona as mais variadas realidades, expressadas por meio do comportamento humano impulsionado pelos seus valores crenças e a sua cultura. O aprimoramento e a evolução das ciências humanas como um todo favoreceu a sua aproximação das questões que envolvem o homem nas suas formas, complexidades e universos (Reinhardt, 2014).

A Antropologia peregrinou nos pontos mais longínquos e trouxe ao Mundo Ocidental o modo como outras civilizações e etnias exerciam a sua forma de viver em grupo ou em sociedade. Porém, a reminiscência das ações de colonização, dominação e do mercantilismo Europeu propagadas desde o século XIV, passou e ainda está no foco das lentes das Ciências Humanas sendo evidentemente uma delas a Ciência Antropológica (Reinhardt, 2014).

E uma dessas realidades atestamos mediante a supremacia moderna europeia e a sua tradicional filosofia política, que produziu o domínio e a subalternidade dos povos indígenas, como seres, a cultura, e a sua história avaliada e renegada como irrelevante. No âmbito colonizado, estabeleceram tipificações e referências universais impostas como sendo legítimas e únicas, que constituíram a inferioridade dominante dos outros, pois estavam situados fora dos seus parâmetros etnocêntricos. Com a perspectiva racional iluminista, tivemos aqueles que se consideravam iluminados, que detinham o conhecimento “*verdadeiro*” e, do outro, aqueles que eram considerados obscuros, ignorantes, insensatos e supersticiosos (Castro, 2024).

Entretanto, se os colonizadores tivessem um projeto para perpetuar o poder e o controle de servidão e violações das minorias étnicas, deveríamos nos debruçar para compreender todo o conjunto de percepções e representações negativas contemporâneas direcionados aos Povos Indígenas e seu território, sua cultura, conhecimento e história passam necessariamente pelo entendimento daquilo que os estudiosos latino-americanos chamam de *colonialidade* do poder, do ser e do saber (Castro, 2024).

A referência de colonialidade como processo, que vai além do quadrante jurídico administrativo da colonização clássica, se apresenta como uma construção teórica aplicada por estudiosos latino-americanos; que se torna uma ferramenta de esclarecimento aos povos indígenas¹. Dessa maneira as mais variadas violências cometidas contra os Povos Indígenas, vêm sendo combatidas desde as últimas décadas, tanto pelos canais teóricos se opondo à teoria cartesiana (*lógica e razão*) quanto pela ação daqueles que definiram a subalternidade de uma raça inteira. Os integrantes desse grupo, classificados de *Modernidade e Colonialidade* acreditam em uma ação *decolonial*, analisando as relações de poder que foram impostas a partir de 1492 na América com a predominância de um sistema de controle econômico político evidenciando a Europa como centro geopolítico de poder (Castro, 2024).

A colonialidade um dos elementos constitutivos e específicos do padrão mundial capitalista. Sustenta-se na imposição de uma classificação racial/étnica da população do mundo como pedra angular do referido padrão de poder e opera em casa um dos panos, meios e dimensões, materiais e subjetivos, da existência social cotidiana e a escala societal (Castro, 2024 *apud* Quijano, 2010, p. 84).

Esse novo padrão de dominação e poder global mediante a inserção de novos sujeitos pela a inserção Europeia em terras continentais, produziu a ideia de raça como substantivo de diferença entre colonizador e colonizado, com uma evidente interpretação e classificação contínua de inferioridade ao colonizado, potencializado pelos protocolos de controle dos recursos do trabalho e produtos; em torno do mercado mundial manipulando o capital e projetando a Europa como o centro do mundo capitalista (Castro, 2024).

Essa lógica universal que sustenta o projeto de dominação sugerindo a linearidade histórica, com base no modelo Europeu – e posteriormente dos Estados Unidos – são vistos como o ideal a ser alcançado considerando as outras formas de organização da vida e do mundo como atrasadas e equivocadas. Todavia, a conceituação de colonialidade do poder apresentado por Aníbal Quijano, não se limita apenas ao controle da economia, mas atua também no controle da autoridade, o estado e suas instituições –, da raça, do gênero, da sexualidade, do conhecimento, do território e da natureza (Castro, 2024 *apud* Bernardino-Costa, 2018).

Dentro deste contexto, o conceito de minoria tem sido direcionado com maior frequência para relacionar um grupo de pessoas que em algum setor das relações sociais, se encontram numa situação de disfuncionalidade ou dependência em relação a um grupo majoritário; na qual ambos estão gravitando em uma sociedade. E os efeitos ou impactos são

¹ Antropólogos Arturo Escobar e Fernando Coronil e os Sociólogos Anibal Quijano, Edgardo Lander e Ramón Grosfoguel e demais Semiólogos, Filósofos e Pedagogos (Castro, 2024).

justaposições de um tratamento discriminatório por parte do grupo majoritário. Nesse sentido, podemos elencar denominadas "minorias nacionais", grupos raciais ou étnicos que, sendo a minoria, cointegram juntamente com uma maioria um determinado estado (Chaves, 1971).

Dentre várias fontes existentes, um dos teóricos que retrata sobre os espólios da *Colonialidade Imperial* foi Herman Max Gluckman (1911-1975) nascido em Johannesburgo. Ele foi um Antropólogo Sul-Africano naturalizado Inglês, que, com seu trabalho de pesquisa *Análise de uma Situação Social na Zululândia Moderna* em 1936/1938 apresentou as reformulações e arranjos nas estruturas sociais vivenciadas pelo povo africano Zulu (Império Zulu estado pré-colonial na África do Sul) devido à continuidade no domínio colonial da Inglaterra acerca daquela região (Gluckman, 1987).

No ensaio científico apresentado pelo autor, realizado no Norte da Zululândia, em um sistema social da África do Sul, um dos pontos centrais é o reordenamento social frente às diferenças raciais e de dominação, e a equivalência da urbanização das cidades em relação ao acesso dos nativos Zulus se deslocando de suas reservas empobrecidas, para ocuparem as vagas no mercado de trabalho criado e regulado pelos Ingleses, contudo, com relatos de violência física e violência verbal dirigida aos cidadãos Zulus que trabalhavam em fazendas. A base da economia do Povo Zulu girava na criação de gado e agricultura, que detinha um vasto conhecimento no manejo de gado (Gluckman, 1987).

Em efeito analógico, podemos comparar os parâmetros dos aspectos de colonialidade sofrida pelo Povo Zulu com o Povo Terena no Brasil, presentes no estado de Mato Grosso do Sul, na qual estão nessas terras há centenas de anos, mas que ainda lutam para derrubar o domínio e o controle de seus territórios no decorrer de sua história. Com uma relação profunda com a terra são excelentes agricultores; que foram sucessivamente espoliados por um desenvolvimento ocorrido em um projeto de estado permanentemente em colonização (Amado, 2020).

A ausência do Estado nas causas dos Povos Indígenas é recorrente e histórica, fato que fortalece esse projeto da colonialidade. No caso do Povo Terena que teve uma participação heroica na guerra do Paraguai, não foi diferente com a guerra acontecendo dentro do seu território (*front platino*). Eles aderiram à guerra servindo como soldados ou guias na região, ou como informantes, produtores de alimentos e as Aldeias Terena serviram como refúgios para o Exército; contudo, a Coroa Imperial Brasileira não protegeu ou atestou a favor da permanência do Povo Terena em seus territórios (Amado, 2020).

Outro ponto evidente sobre o domínio do projeto da colonialidade, são os dados numéricos, na qual a minoria branca tem o domínio da raça classificada como inferior. Registros de um dado específico na obra de Gluckman, sucintamente, informam que o Estado Nacional da África do Sul era habitado por 2.003.512.000 (Dois milhões e três mil, quinhentos e doze) de brancos, e africanos nativos daquela terra somavam um total de 6.597.241 (Seis Milhões, quinhentos e noventa e sete mil, duzentos e quarenta e um). Nesta informação, aparentemente objetiva, podemos conotar um aspecto de dominação e poder devido ao número reduzido de pessoas brancas frente aos cidadãos nativos Zulu, pois obviamente eram a minoria, contudo, eram eles que governavam a Zululândia (Gluckman, 1987).

Ao relatar os procedimentos e acontecimentos de um evento para a inauguração de uma ponte, o autor consegue expressar basicamente a estrutura social dos grupos que compunham a sociedade Zulu, dividida com base na classificação racial: de um lado os brancos Europeus colonizadores e do outro os zululandeses nativos. Mesmo com as diferenças que eram inúmeras: língua, religião, cultura formação profissional, status social entre outros, se conotava uma justaposição de equilíbrio, que a doutrina dominante gerou no Povo Zulu de forma geral, evidente nas relações sociais, haja vista era o Magistrado do Governo Europeu que exercia o poder máximo (Gluckman, 1987).

Foi esse domínio colonial que permitiu a alguns definirem a si mesmos como possuidores do conhecimento válido e verdadeiro, e a outros como destituídos de conhecimento. Deste modo, as múltiplas tradições indígenas, africanas, asiáticas, muçulmanas, hindus, entre outras, sofreram um longo processo de deslegitimação no âmbito da modernidade/colonial (Castro, 2024 *apud* Bernardino-Costa, 2018, p. 122).

Para se fazer frente à continuidade do complexo processo de enraizamento dos expedientes de colonização, controle e dominação Euroamericana, o *projeto decolonial* se define por meio de uma estratégia de aplicabilidade do conhecimento e participação política de resistência à colonialidade do poder, do saber e do ser, e que apresenta uma realidade voltada para a *resistência e reexistência* política que supera os processos e as lutas pela independência e descolonização que se efetivaram nas Américas no início do século XIX e na segunda metade do século XX na África, Ásia e Caribe (Castro, 2024)

Representa um confronto e oposição direta aos padrões de hierarquias raciais, de gênero, de sexualidade, religiosas e estéticas que estruturam e serve como base, ao sistema de controle, dominação e exploração do sistema-mundo moderno/colonial, intitulada colonialidade do poder. Em análise crítica, a decolonialidade propõe o enfrentamento do mundo contemporâneo, a política globalizada e as relações sociais a partir de uma outra abordagem e modelo de ciência.

Como objetivo, visa “*descolonizar*” a lógica da colonialidade, a que promove diferenças em valores e acaba por possibilitar a classificação e hierarquização de espaços, culturas e pessoas (Castro, 2024 *apud* Mignolo, 2011).

Estudos e desenvolvimentos subsequentes aos conceitos de colonialidade do poder e colonialidade do saber, utilizados como centro do projeto decolonial, mostram propostas de ampliação do seu campo de atuação, como podemos observar na proposição da “*interculturalidade e colonialidade do poder*” de Catherine Walsh:

A interculturalidade crítica [...] é uma construção a partir das pessoas que sofreram uma experiência histórica de submissão e subalternização. Pensada desta maneira, a interculturalidade crítica não é um processo ou projeto étnico, nem um projeto da diferença em si. [...], é um projeto de existência, de vida (Castro, 2024 *apud* Walsh, 2007, p. 8).

As ações das minorias étnicas atuando dentro do espaço da decolonialidade intercultural passou a ser um caminho de proteção, reivindicação e luta fora dos padrões passados, de embates diretos e perdas sofridas pelas minorias étnicas. A título de exemplo podemos citar a política do Conselho Terena, que foi criado a partir do desenvolvimento das primeiras assembleias e reuniões que promoveram o surgimento do Conselho Tribal de Mato Grosso do Sul, nos anos de 1980, como associação ligada a União Nacional Indígena/UNI, que tinha como escopo formar uma Rede Ativa de contatos e coordenar o empenho indígena na luta pelos direitos na constituição de 1988 (Castro, 2024).

Já no andamento decolonial do Povo Zulu além de um Conselho Regional para discutir os melhoramentos e as questões das Aldeias, os trabalhadores começaram a usar o próprio mercado ativo de leilão de gado contra os Fazendeiros Ingleses, devido ao seu conhecimento no manejo do gado e criação, passaram a lucrar nos leilões com os animais de melhor porte e assim, obter ganhos e a se negarem a trabalhar nas fazendas inglesas. Isso gerou escassez na mão de obra e forçou os patrões a aceitarem as exigências nas melhorias das condições de remuneração e no interpessoal entre patrão e empregado (Gluckman, 1987).

No entanto, o Povo Terena foi muito mais além, a sua projeção dentro das instituições como nas Universidades, Repartições Públicas e demais autarquias demonstra o avanço e o aprendizado desse Povo em gravitar em uma outra cultura sem abandonar ou perder a sua própria. O Advogado e Antropólogo Terena *Luiz Henrique Eloy Amado* é um exemplo ocupando o cargo de Secretário Executivo no Ministério dos Povos Indígenas, com produções acadêmicas de referência como a Revista *Vukápanavo* tendo sua primeira edição em 2018 e atualmente se

encontra em sua terceira edição com apoio da Articulação dos Povos Indígenas e da Fundação Oswaldo Cruz retratando a história do Povo Terena (Castro, 2024).

Outro ponto que podemos destacar, são as Famílias Terena que nos anos 80 se lançaram em direção à cidade de Campo Grande/MS na condição naquela época de *Indígenas Desaldeados*². E com a união dessas famílias, conseguiram conquistar a edificação da Primeira Aldeia Urbana do Brasil, a Aldeia Urbana Marçal de Souza; saindo da condição de desaldeados e passando para um patamar de reconhecimento e superação cidadã, tanto do poder público como na visão de seus próprios patrícios. Fortalecendo, transformando e expandindo a sua cultura e marcando o seu espaço de uma maneira definitiva no meio urbano. E deixando claro que o Povo Terena, como qualquer outro Povo Indígena, pode e deve fazer a suas próprias escolhas e ocupar o seu espaço em qualquer lugar desse país (Mussi, 2006).

1.4 O MOVIMENTO DE URBANIZAÇÃO DO POVO TERENA

A Obra organizada pela Antropóloga luso-brasileira Manuela Carneiro da Cunha, *História dos Índios no Brasil*, o único animal terrestre que conseguiu acessar e se dispersar por todo o globo terrestre foi o homem, sua presença em todos os continentes até na Austrália é remota, com o aprimoramento das pesquisas e pela descoberta de sítios arqueológicos, se constatou que o homem já habitava o Continente Ilha Austrália, há pelo menos 50 mil anos antes do presente (AP) levando a considerar a possibilidade que o homem Pré-Histórico dominava algum tipo de manejo para navegação (Cunha, 1998).

Já a questão das origens e o consenso científico do processo de povoamento do Continente Americano, vem sendo discutido pela Antropologia Física (tendo como um dos seus precursores o Antropólogo Alemão Johann Friedrich Blumenach 1752/1840) naturalmente com o foco na Morfologia e nas características genéticas que se apresentam no nível da proteína ou do ADN (Ácido desoxirribonucleico material que possibilita o estudo genético); bem como a Arqueologia e a Antropologia Social (Cunha, 1998).

Segundo a obra *The Arawack Language of Guiana* do etnólogo e arqueólogo americano Daniel Garrison Brinton (1837/1899) o Povo Terena tem a sua origem genealógica com um

² Indígenas que saíam de suas aldeias de origem e se dirigiam para as cidades em busca de novas condições de trabalho e padrões sociais, e que ainda não haviam sido reconhecidos como cidadãos na área urbana, e nem pelos seus próprios patrícios (Mussi, 2006).

povo pré-colombiano, que habitou o vasto arquipélago da América Central que se estende pelo Mar do Caribe, passando pelo Golfo do México, Costa Noroeste de Cuba chegando até a Costa da Venezuela. Os *Lukkunu* (homens), como se intitulava ou apenas os Aruaks esse nome se originou do contato com os Europeus, que significa *comedores de farinha* (produto alimentício originário da junção da raiz da mandioca e da medula da palmeira) (Brinton, 2008).

Os Aruak estabelecem as suas origens e ligações com a América do Sul os primeiros relatos e registros desses povos, discorre que o Povo Aruak se concentrava nos rios da Guiana chegando até o sul do Equador. Foram encontradas tribos na margem direita do Rio Amazonas, no Rio Solimões, na região de Tabatinga município situado a oeste do estado do Amazonas que abrange a tríplice fronteira Brasil, Colômbia e Peru) passando pela Foz do Orinoco (Sudeste da Venezuela) até o Lago Maracaybo considerado o lago mais antigo do mundo, conectado ao Mar do Caribe se torna uma baía salobra no noroeste da Venezuela (Brinton, 2008).

A língua Terena naturalmente é oriunda das bases do idioma Aruak e o registro mais antigo desta língua, a qual se conhece é atribuído a Johannes de Laet um geógrafo Neerlandês por meio de sua obra *Novvs Orbis Descriptionis Indiae Occidentalis Libri* que foi obtido os registros e os dados do campo em 1598. A língua Aruak é reconhecida como a mais suave de todas as línguas indígenas, é vasta em vogais sem sons roucos ou graves acentuados, tendo muitas diferenças do Tupi e o Caribenho e apresenta locução verbal de tempo (Brinton, 2008).

Como o Povo Terena outro Povo Indígena teve a sua origem com o Povo Aruak oriundo do grupo do Delta do Orinoco na Venezuela sendo este o Povo Taíno; este Povo Indígena se desenvolveu em comunidades na Ilha Hispaniola na mesma região das Antilhas, suas aldeias eram formadas com uma grande população e bem organizadas seus membros tinham conhecimento aplicado em extrair o cianeto da mandioca vital (ácido cianídrico é uma substância tóxica) (Poole, 2023).

Produziam gás de pimenta para embates e ações de guerra, elaboraram uma farmacopeia abrangente com vários medicamentos e fórmulas para doenças variadas, domina a técnica de construção de canoas e embarcações para 100 pessoas e praticavam um esporte que usava uma bola de borracha feita da seiva de uma árvore. A maioria do Povo Taíno na atualidade reside em Porto Rico ilha da região do Caribe pertencente aos Estados Unidos (Poole, 2023).

Diferentemente dos Taíno que aparentemente permaneceram em sua grande maioria nas Antilhas os Aruaks adentraram na América do Sul e habitaram uma região de movimentação migratória, rastreada desde o período Holoceno (11 mil anos antes do tempo presente)

especificada como a região do *Chaco* território que abrangia o Paraguai, Brasil, Bolívia e Argentina classificada naquele período como um centro de dispersão ou convergência desses povos (Salzano, 1998).

Entretanto, é válido ressaltar que com base em Amado (2020) a história do Povo Terena não segue uma dinâmica historicista de fases ou etapas de tempo sequenciais e bem definidos, mas uma “descrição singularizante de um processo através de seus momentos no tempo”.

A história do Povo Terena se inicia com a narrativa de suas tradições pelos membros mais velhos das suas aldeias, segundo a tradição desse povo os Professores da aldeia Cachoeirinha narraram a história de como surgiu o Povo Terena:

A criação do Povo Terena:

Havia um homem chamado Oreka Yuvakae. Este homem ninguém sabia da sua origem, não tinha pai e nem mãe, era um homem que não era conhecido de ninguém. Ele andava caminhando no mundo. Andando num caminho, ouviu grito de passarinho olhando como que com medo para o chão. Este passarinho era o bem-te-vi. Este homem, por curiosidade, começou chegar perto. Viu um feixe de capim, e embaixo era um buraco e nele havia uma multidão, eram os povos terenas. Estes homens não se comunicavam e ficavam trêmulos. Aí Oreka Yuvakae, segurando em suas mãos tirou eles todos do buraco. Oreka Yuvakae, preocupado, queria comunicar-se com eles e ele não conseguia. Pensando, ele resolveu convocar vários animais para tentar fazer essas pessoas falarem e ele não conseguia. Finalmente ele convidou o sapo para fazer apresentação na sua frente, o sapo teve sucesso pois todos esses povos deram gargalhada, a partir daí eles começaram a se comunicar e falaram para Oreka Yuuakae que estavam com muito frio (Bittencourt, 2000, p. 22).

Quadro 2 - Histórico do povo terena

Tempos	Descrição analítica
I	Sociedade Terena no chaco e no Pantanal e sua relação com os Mbaya/Guaycuru
II	Sociedade Terena e sua relação com a coroa portuguesa
III	Tempo do Esparramo: o período da Guerra do Paraguai (1864-1875)
IV	O pós-guerra – ruptura com o modo de vida Terena, expropriação de seus territórios, primeiras retomadas Terena e período de escravidão
V	Confinamento – criação das reservas, política do SPI, assimilação
VI	Projetos de desenvolvimento que impactaram a vida das comunidades Terena (linha telegráfica, estrada de ferro e gasoduto)
VII	Período da ditadura militar – várias violações aconteceram no Ipegue
VIII	Período da Constituinte – participação Terena no movimento indígena nacional
IX	Década de 1990: a escola na sociedade Terena e processo decisório
X	Década de 2000 – da aldeia para a universidade
XI	O despertar do povo Terena para os seus direitos (2010-2017): movimento de retomada do território tradicional

Fonte: Revista Vukapanavo, 2018.

A região do *Chaco* apresenta dois aspectos gerais que são elementares: o *Chaco* é o subúrbio de vários países, pois está localizado em relação as capitais e as regiões com grande

densidade demográfica, Buenos Aires/Argentina, La Paz/Bolívia, Brasília/Brasil e Assunção/Paraguai. Simplesmente em grande medida o *Chaco* se constitui como um grande centro periférico. E o segundo ponto o *Chaco* se estende por uma grande faixa de fronteira internacional, região que apresenta em sua história o acometimento de guerras que envolveram os indígenas da região (Bittencourt, 2000).

Os Povos Terena e Kadiwéu são os principais que compõem a região do *Chaco* o Povo Terena ocupa na atualidade a região de transição do Cerrado e Pantanal do Mato Grosso do Sul. Fontes etnológicas classificaram os Terena como oriundos de um subgrupo linguístico Aruak os *Guaná Chané*³ que ocupava uma grande faixa territorial, que se estendia desde a periferia dos Andes até próximo de Assunção/Paraguai. A literatura histórica etnológica; bem como as crônicas de viajantes e de autoridades coloniais espanholas e portuguesas nos séculos XVII e XVIII narravam sobre o Povo Terena (Ferreira, 2022).

Já os antepassados do Povo Terena chamavam a região do *Chaco* de *Exiwa*, afirmação pertencente ao discurso indígena Terena, basicamente os membros mais velhos das aldeias retratavam um período de um território de residência dos antepassados, sendo uma civilização que se encontrava estruturada com ausência de um sistema social, sem Governo ou Estado com uma política independente (Ferreira, 2022).

A migração do Povo Terena de saírem do território *Exiwa* ocorreu devido aos interesses dos Europeus naquela região, que tinha em suas reservas naturais a existência de metais preciosos. Tal fato, gerou a guerra entre Espanhóis e Portugueses para definir a posse das terras daquela região (Bittencourt, 2000).

Os Terena fizeram alianças com os Portugueses, os Guarani com os Espanhóis para poderem fazer frente aos seus inimigos os Guaicuru, durante este período muitos indígenas foram mortos e aldeias destruídas; os Terena vieram seguindo os seus aliados os Mbayá Guaicuru para o Estado de Mato Grosso do Sul no século XVIII (Bittencourt, 2000).

Já na visão de outros autores, este foi o primeiro processo de luta pelo território dos Terena e de alguns outros Povos Indígenas que se iniciou no século XVIII. Essa guerra era das etnias indígenas, intitulado como Sistema Indígena Político Autônomo do *Chaco/Pantanal* contra a força do estado político de poder constituído, ora formado pelos impérios português e espanhol; esse território era conhecido pelos Espanhóis como *Chaco*, pelos Portugueses como Pantanaes e pelo Povo Terena como *Exiwa* (Ferreira, 2022).

³ O termo *Guaná Chané* foi um termo pejorativo dado pelo Povo Guarani.

Meu pai cresceu lá mesmo no Êxiva. Meu pai fugiu de lá porque lá havia os índios ('kopenoti') bravos. Eles atravessaram as morrarias atrás de Porto Esperança. Na água quando nadou, amarrou uma carandá seco na cintura como jangada. Relato de Antônio Muchacho - aldeia Cachoeirinha (Bittencourt, 2000, p. 39).

Outro fato que envolve a história do Povo Terena no período do *Chaco/Exiva* é a afirmação que querem inserir nos anais históricos do Povo Terena, que eles não são de nacionalidade brasileira, pois vieram da região das terras do Paraguai. Com base no documento intitulado como o *Tratado de Madri* essa afirmação se estabelece como uma inverdade, lavrado no ano de 1750 esse acordo oficializava entre as coroas ibéricas, em reconhecer os territórios coloniais já ocupados por ambas as partes, tendo como objetivo fim reconhecer e legalizar as margens marítimas e terrestres, declarando os limites de cada coroa sobre as colônias americanas (Del Priore; Venâncio, 2001).

Outro fato registrado nos anais históricos é que a ação desse tratado se traduziu para o território colonial brasileiro, em um extremo teor de usurpação e espoliação ao Povo Terena e demais Povos Indígenas que já estavam naquele território. E por ironia foi o próprio Povo Indígena por habitar aquele território há longos anos, naturalmente conheciam todas aquelas extensões de terras, sendo utilizados para os serviços demarcatórias, a trabalho escravo obrigatoriamente. E posteriormente cedendo suas terras habitadas e cultivadas aos colonizadores, alterando a cultura pré-existente daquela região (Del Priore; Venâncio, 2001).

É preciso refletir sobre a invenção das fronteiras nacionais, o estabelecimento de fronteiras internas, e também frisar que, antes mesmo dessas invenções estatais, os povos indígenas já ocupavam estes espaços. No caso dos Terena, tem-se um argumento específico adicional, pois, até o acontecimento da guerra com o Paraguai, parte do território que hoje pertence ao Brasil era paraguaio. E foram justamente os Terena que lutaram na guerra defendendo o que hoje se denomina território brasileiro. E, ainda, o levantamento dá conta de que o denominado “chaco” corresponde justamente à parte do território hoje reivindicado pelos Terena, território este que vai além das fronteiras nacionais, abrangendo Brasil, Paraguai, Bolívia e Argentina (Amado, 2020, p. 44).

Segundo registros oriundos da terra indígena Cachoeirinha por intermédio do Professor *Elvisclei Polidório Terena* que domina um vasto conhecimento da cultura e da história do Povo Terena, tendo como base os ensinamentos repassados por seu Avô *Alberto Polidório Terena* o mesmo afirma sobre o traslado dos Terena do Chaco:

[...] segundo me contava meu avô, tinha um grupo de Terena que já morava na Cachoeirinha, e tinha outros Chané que vieram do Chaco, conhecido como Êxiva, mas os Mbókotianos [referindo-se aos que moram em Mbókoti, ou seja, Cachoeirinha], já estavam aqui. As pessoas confundem nós, Terena, que já estávamos aqui e os parentes que vieram do chaco [...]. (Polidório apud Amado, 2020).

Com a chegada da Guerra do Paraguai os Soldados do Povo Terena foram incorporados à Guarda Nacional, sendo um total de 216, Kinikinau 39 e Laiana, 20 todos os Povos Indígenas oriundos das aldeias presentes nas proximidades da margem do Rio Aquidauana. A participação do Povo Terena se concretizou devido a alguns fatores, o primeiro é que a Guerra do Paraguai estava acontecendo dentro de seu território (conflito platino) e eles teriam que apoiar algum lado (Amado, 2020).

Outro ponto de se juntar ao Exército Brasileiro foi por acreditar que teriam o litígio de suas terras resolvido, Fazendeiros já estavam usurpando suas terras naquela época. Se não o Exército, mas talvez a Coroa Imperial Brasileira, considerando que neste período as fronteiras e limites se encontravam indefinidas, os Terena poderiam apoiar os paraguaios, enfraquecendo o exército brasileiro e hoje poderia o território poderia ser paraguaio (Amado, 2020).

Foto 5 - Soldados Terena na Força Expedicionária Brasileira II Guerra Mundial/ 9ª Batalha de Engenharia



Fonte: Campo Grande, 2025.

Foto 6 - Guerra do Paraguai Soldados Terena



Fonte: Campo Grande, 2025.

Dom Pedro II no período classificado como Segundo Reinado promulgou a Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850 essa lei foi chamada de a Lei da Terra foi a ação pioneira para se implementar a propriedade privada no Brasil, com o término da guerra em 1870 a paz não retornou para as aldeias Terena iniciou uma nova guerra, agora contra o homem branco (*Purutuyê*), pela disputa de suas terras (Brasil, 2020).

Essa iniciativa simplesmente gerou a criação do latifúndio no Brasil prejudicando os pequenos agricultores, trabalhadores rurais e os Povos Indígenas que tiveram as suas terras invadidas e sofreram violências de toda ordem. O estado de direito a favor de fazendeiros para o acesso das terras indígenas visando promover a plantação e criação de gado. Expulsaram o Povo Terena de suas terras e se iniciou o tempo da servidão e a criação das reservas indígenas (Ximenes, 2017).

Com a chegada do Engenheiro Militar Cândido Rondon responsável pela construção das linhas telegráficas em regiões interioranas do Brasil, esse período do começo do século XX tem como característica principal uma maior aproximação do Povo Terena com o homem branco (*Purutuyê*) e a sua sociedade, gerando mudanças em seus hábitos e costumes culturais e um desses aspectos é a inserção da mão de obra Terena para trabalharem nas fazendas (Bittencourt, 2000).

Algumas famílias Terena passaram a se agrupar e a residir provisoriamente próximo as fazendas, que cada vez mais estavam tomando toda a zona rural no estado de Mato Grosso, pois

naquele período ainda não havia ocorrido a divisão do estado. Com a chegada de Cândido Rondon em 1904 e a Comissão das linhas telegráficas os Terena também passaram a trabalhar nessas frentes de serviço (Bittencourt, 2000).

A proximidade com o Militar Cândido Rondon, devido às circunstâncias serviu para solicitar junto ao mesmo a devolução de suas terras; através desta ação e intermediado por Cândido Rondon o Governo Federal por meio de decretos foi cedido ao Povo Terena espaços denominados *Glebas de Terras* que eram terras que não possuía infraestrutura e sem regulamentação (Bittencourt, 2000).

Esse período também ficou conhecido como processo de *desterritorialização* que ocorreu no fim da Guerra do Paraguai e início do século XX, na qual o Sistema Indígena Político Autônomo do *Chaco/Pantanal* foi erradicado e se implementou uma política de expropriação territorial, esse momento ficou marcado por usurpações e violações de direitos severas promovendo a escravidão indígena e etnocídio (Ferreira, 2022).

Nesse período surgiu a ação dos grupos conhecidos como os *bugreiros* matadores, pistoleiros profissionais de indígenas, que eram contratados pelas agências para cometerem uma higienização humana para facilitar o acesso e a aquisição das terras indígenas pelos fazendeiros e demais pessoas interessadas (Bittencourt, 2000).

Entretanto, com a veiculação desses fatos chegou na opinião pública Nacional e Internacional forçando o Governo Federal no dia 20 de junho de 1910 criar o Serviço de Proteção aos Índios e Localização de Trabalhadores Nacionais (SPI/LTN), por meio do decreto nº 8.072 durante o mandato do chefe de estado *Nilo Peçanha* e implementar políticas para atender a questão indígena no Brasil o Militar Cândido Rondon por já ter trabalhado com várias etnias indígenas foi delegado para oficializar a criação e implementação das políticas do Serviço de Proteção aos Índios/SPI que tinha como objetivo:

1. Pacificar a população indígena visando assegurar o acesso do Governo Federal e de seus interesses e efetivar o processo de colonização
2. Demarcar os territórios e criar reservas indígenas com espaço reduzido com parâmetros de confinamento e limitação de movimentação física das etnias
3. Desenvolver o ensino de outra cultura e técnicas laborais para serem inseridos ao Mercado de Trabalho, como manejos para agricultura, mecânica e alfabetização básica
4. Proteção, auxílio e acompanhamento em quadros patológicos e enfermidades nas aldeias (Bittencourt, 2000).

O Povo Terena como os demais Povos Indígenas nunca se conformou com o período de servidão e a desterritorialização que lhe foram impostas pelo homem branco ou os *Purutuyé*, para serem empregados de suas fazendas, principalmente os membros mais velhos das aldeias que viveram livres no *Chaco/Exiwa* ou como nos primeiros anos na nova terra, ao cruzarem as margens orientais do Rio Paraguai após o seu primeiro assentamento na região conhecido hoje, como o município de Miranda/MS (Oliveira, 1976).

Essa reflexão e inconformismo dos membros mais velhos das aldeias Terena somado com fatores históricos e a politização de suas lideranças e de outras etnias, gerou o movimento da territorialização sendo marcada pela chamada *Retomada* que se efetiva no final do século XX, na qual os Povos Indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul organizam um levante que impactou como conflito territorial de grandes proporções muitas pessoas indígenas, entre elas grandes lideranças e personalidades foram assassinadas na guerra com os latifundiários pelas terras (Ferreira, 2022).

O processo de urbanização do Povo Terena se inicia a partir da ação da *desterritorialização*, o afastamento de suas terras e territórios impôs um maior contato com uma outra realidade social que se formava extra aldeias, obrigando os Terena a se adaptarem a outras formas de moradia, trabalho e acesso a subsistência; esse contato com uma outra cultural foi se ressignificando e se reordenando com a edificação e a estruturação das reservas indígenas Terena (Oliveira, 1976).

As aldeias Terena foram estruturadas e impulsionadas devido a vários fatores, na qual podemos relacionar o contato com Missionários e a influência religiosa e política das lideranças nas reservas; potencialidade ou a ausência de recursos naturais de cada aldeia; o controle do censo demográfico nas aldeias; a proximidade das aldeias das cidades e a interação socio urbana cultural municipal; o acesso e a inserção a outros postos de trabalho dentro dos municípios; o abastecimento e o contato com o comércio local e urbano; o casamento de mulheres ou homens Terena com outras etnias surgindo a presença de mestiços dentro das aldeias Terena (Oliveira, 1976).

A construção de escolas para crianças Terena e o acesso de crianças de outra etnia da cidade; a produção de produtos oriundos das aldeias Terena e a comercialização nas cidades próximas geraram na cultura Terena uma transformação naturalmente promovendo vários desdobramentos e canais favoráveis a urbanização mais acentuada ao Povo Terena (Oliveira, 1976).

As aldeias Terena sob a supervisão do Serviço de Proteção ao Índio/SPI/1954 eram a Cachoeirinha, Passarinho, Moreira, União e Lalima todas no Município de Miranda/MS; Bananal, Ipegue, Limão Verde, e Aldeinha do Município de Aquidauana/MS; Brejão Município de Nioaque/MS; Buriti no Município de Sidrolândia/MS e a aldeia de Francisco Horta no Município de Dourados/MS (Oliveira, 1976).

Inicialmente das 12 aldeias Terena por mais que evidentemente existissem elementos que padronizassem todas elas, cada uma tinha suas características próprias e singulares e naturalmente as aldeias mais próximas das cidades e da dinâmica de seus municípios, seus membros participavam da vida urbana do local, isso se refletia nas aldeias dos municípios de Miranda/MS e Aquidauana/MS (Oliveira, 1976).

O Povo Terena é historicamente reconhecido pelo seu conhecimento e domínio do manejo da agricultura, esse conhecimento foi usado entre as aldeias de outros Povos Indígenas para estimular o desenvolvimento daquele território, e as lavouras e a produção desses produtos era uma marca nas reservas Terena, fazendo na extensão de seus Ranchos ou mais afastadas do centro das aldeias devido a existência de animais de grande porte (Oliveira, 1976).

O domínio da atividade agrícola projetou financeiramente algumas famílias Terena promovendo um rompimento dessas famílias no trabalho nas fazendas. A dinâmica das mulheres Terena na vida urbana gerou uma mudança no mercado de trabalho local, devido a qualidade na prestação de seus serviços na área de serviços gerais e empregada domésticas, muitos moradores da cidade de Aquidauana/MS passaram a procurar essa mão de obra nas aldeias Terena próxima a cidade, na aldeia Limão Verde e na Aldeinha mais da metade das famílias Terena trabalhavam na cidade, com funções e renda oriunda de caráter urbano (Oliveira, 1976).

Atualmente com base nos dados da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura/SETESC o Povo Terena está em 10 municípios do Estado de Mato Grosso do Sul sendo eles Aquidauana/MS, Anastácio/MS, Campo Grande/MS, Dois Irmãos do Buriti/MS, Douradina/MS, Dourados/MS, Miranda/MS, Nioaque/MS, Rochedo/MS e Sidrolândia/MS e em dois outros estados de São Paulo/SP e Mato Grosso/MT (Ferreira, 2022).

Quadro 3 - Mapeamento das aldeias terenas e seus municípios

Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Aquidauana/MS	Aldeia Colônia Nova	Terena
	Aldeia Água Branca	Terena
	Aldeia Ipegue	Terena
	Aldeia Bananal	Terena

	Aldeia Lagoinha	Terena
	Aldeia Morrinho	Terena
	Aldeia Imbirussu	Terena
	Aldeia Limão Verde	Terena
	Aldeia Córrego Seco	Terena
	Aldeia Burutizinho	Terena
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Anastácio/MS	Aldeia Aldeinha	Terena
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
	Aldeia Marçal de Souza	Terena
Campo Grande/MS (área urbana)	Aldeia Tarsila do Amaral	
	Aldeia Água Bonita	
	Aldeia Darcy Ribeiro	
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Dois Irmãos do Buriti	Aldeia Água Azul	Terena
	Aldeia Barreirinho	Terena
	Aldeia Buriti	Terena
	Nova Buriti	Terena
	Aldeia Olho D'água	Terena
	Aldeia Oliveira	Terena
	Aldeia Recanto	Terena
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Douradina/MS	Aldeia Panambi	Guarani Kaiowá/Nhandeva Terena
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Dourados/MS	Aldeia Bororo	Guarani Kaiowá Guarani Nhandeva Terena
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Miranda/MS	Aldeia Argola	Terena
	Aldeia Morrinho	Terena
	Aldeia Cachoeirinha	Terena
	Aldeia Lagoinha	Terena
	Aldeia Babaçu	Terena
	Aldeia Moreira	Terena
	Aldeia Passarinho	Terena
	Aldeia Lalima	Terena/Kinikinau
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Nioaque	Aldeia Brejão	Terena
	Aldeia Taboquinha	Terena
	Aldeia Água Branca	Terena
	Aldeia Cabeceira	Terena/Atikum/Kinikina
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Rochedo	Aldeia Bálsamo	Terena
Município	Comunidade Indígena	Povo/Etnia
Sidrolândia	Aldeia 10 de Maio	Terena
	Aldeia Córrego do Meio	Terena
	Aldeia Lagoinha	Terena
	Aldeia Tereré	Terena

Elaborado pelo autor. Fonte: SETESC (2024).

Vários fatores no decorrer da história impulsionaram o movimento social de urbanização do Povo Terena, tanto a dinâmica dos desdobramentos mais globais como singularmente nos regionais, o contato com a sociedade regional gerou o exercício e a compreensão dos princípios políticos, econômicos, culturais e religiosos de uma outra cultura, promovendo a sua inserção neste mundo paralelo das aldeias Terena. Inseridos nas cidades, gravitam aparentemente como o homem branco, e demonstraram a sua capacidade de se auto realizarem sem deixar substancialmente de ser Terena. Azanha, em artigo intitulado Os Terena:

Os Terena não querem ser como a gente, apesar das aparências. Eles querem isso sim, ter o que temos, do ponto de vista material... Querem continuar sendo Terena”. E pergunta: “O que é ser Terena? – A resposta: ser Terena é simplesmente querer ser Terena – e, nesta condição, participar da solidariedade étnica que promovem nas situações mais adversas e de um passado comum de que se orgulham (Azanha, 2003, p. 2)

CAPÍTULO II – A MARÇAL DE SOUZA CAMPO GRANDE/MS A PRIMEIRA ALDEIA INDÍGENA URBANA DO BRASIL

Este segundo capítulo tem como objetivo apresentar um panorama da Aldeia Urbana Marçal de Souza a primeira Aldeia Indígena Urbana do Brasil, situada na cidade de Campo Grande/MS. Partindo de uma convergência para o que se caracteriza e representa este espaço urbano coletivo, iremos abordar inicialmente os aspectos do movimento migratório que antecederam a edificação deste bairro urbano, assentado na capital do Estado de Mato Grosso do Sul e desenvolvido pelo Povo Terena. Apresentar também, os dados produzidos pelo Trabalho de Campo realizado nos meses de setembro e outubro/2024, executado com o apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI por intermédio da Coordenação Regional de Campo Grande/MS e da liderança da Aldeia Urbana Marçal de Souza.

2.1 DAS ALDEIAS TERENA AO BAIRRO DO DESBARRANCADO EM CAMPO GRANDE/MS OS PRIMEIROS PASSOS

Ao se debruçar no propósito ou tentativa de sondar um fenômeno, primeiramente qual seria o ponto de partida do Antropólogo. Segundo Wagner (2010), a Antropologia estuda o homem seus processos e os despojos de sua existência e a dinâmica de sua construção social em sociedade, e a sua principal ferramenta é a cultura, ou seja, o seu ponto de partida. Quando o foco da pesquisa é a cultura propriamente, seu objeto de sondagem é o homem em si, quando o estudo é sobre uma cultura, o foco se desdobra em dados sobre estruturas geográficas e históricas específicas daquela região.

Ao propormos o estudo de uma outra cultura e ao abrirmos a primeira porta desse novo mundo, se torna inevitável a não observância de seus caracteres, marcas e sinais e ao atribuímos essa ideia ao nosso objeto de pesquisa, a Aldeia Urbana Marçal de Souza, encontramos um símbolo que reflete a mais pura história e marca da resistência, superação e luta de uma das maiores lideranças indígenas do Brasil o Senhor Marçal de Souza Tupã' I, a história de vida deste grande líder Guarani permanece viva e serve de referência para todos os Povos Indígenas e para todos os *Purutuyé* (homens brancos) do Brasil (Prado; Aguilera Urquiza, 2017).

Foto 7 – Marçal de Souza



Fonte: CIMI, 2021.

A primeira aldeia urbana indígena do Brasil foi nomeada Marçal de Souza para homenagear esse grande líder do Povo Guarani/Nhandevá; *Tupã' I*, seu nome de batismo Guarani, nasceu no dia 24 de dezembro de 1920 no município de Ponta Porã/MS em uma localidade chamada Rincão de Júlio bem próximo da fronteira com o Paraguai. Com uma tenra idade, passou por várias transições e provações complexas inicialmente por fatores de saúde, ainda na infância residiu em uma aldeia indígena no município de Caarapó/MS posteriormente em uma aldeia no município de Dourados/MS no ano de 1923 após alguns anos ficou órfão e passou a morar em um orfanato edificado pela Missão Evangélica Caiuá, em 1932 aos 12 anos foi adotado e veio morar na cidade de Campo Grande/MS junto a uma família de Militar e com formação religiosa Presbiteriana (Prado; Aguilera Urquiza, 2017).

No município de Campo Grande/MS teve a oportunidade de estudar no Colégio Oswaldo Cruz até 1938 pois se mudou para a cidade de Recife-PE retornando a Campo Grande somente em 1940 (Prado; Aguilera Urquiza, 2017).

Devido à influência de sua família, Marçal de Souza se tornou um homem religioso e um grande orador do evangelho cristão, e, após 3 anos no Instituto Bíblico Dr. Eduardo Lani em uma cidade do estado de Minas Gerais, mais propriamente no município de Patrocínio, se formou em Liderança Cristã e oratória. Nos anos de 1950, Marçal de Souza trabalhou como intérprete e interlocutor para os Antropólogos Roberto Cardoso de Oliveira, Darcy Ribeiro e Egon Schaden, contribuindo para a construção das pesquisas desses Antropólogos devido ao seu domínio muito claro do idioma Guarani e do Português (Prado; Aguilera Urquiza, 2017).

Sua visão de mundo tinha também algumas semelhanças com a visão fundamentalista da Bíblia. O teko porá (o bom modo de ser) e o teko marangatu (o modo de ser religioso) estão constantemente ameaçados pelo teko vai, que é a maldade, o pecado, as coisas ruins desta terra. Um dia, o mal triunfará, levando à destruição este nosso imperfeito mundo. Só no além – no Yvy Mara e' y, a Terra sem mal – é que se encontrará a felicidade (Prado; Aguilera Urquiza *apud* Prezia, 2017, p. 129).

No ano de 1959, através de um curso técnico promovido pela Organização Mundial da Saúde/OMS, se formou em Auxiliar de Enfermagem e constituiu família se casando com uma moça não indígena. E, nesse mesmo ano, se tornou Capitão da Reserva Indígena de Dourados-MS promovendo mudanças significativas na dinâmica da aldeia a promoção da atividade construção de um plantio de lavouras e práticas. Mas a postura crítica e politizada e o seu engajamento pelas causas indígenas passaram a incomodar os líderes de várias instâncias no Estado de Mato Grosso do Sul, sendo afastado de seu cargo na aldeia indígena, e a partir de 1974 começa a ser perseguido e sofre um atentado fisicamente (Prado; Aguilera; Urquiza, 2017).

Depoimento de Marçal de Souza ao documentário Terra de Índio (Zelito Viana/1978) “Eu queria que o povo brasileiro sentisse e visse, a situação real de uma parte do índio brasileiro. Precisamos conhecer não só os nossos irmãos do Amazonas, que ainda têm área maior, com a possibilidade de locomoverem numa área bem grande, o que é muito lindo. (...) Nós não temos nada disso. Nós índios, que vivemos aqui é que sentimos a injustiça, a pobreza, a perseguição, a fome, porque a área que ocupamos não oferece mais condições para nossa sobrevivência, não temos mais nada! É isso eu quero que chegue ao conhecimento do presidente da República” (Prado; Aguilera Urquiza *apud* Prezia, 2017, p. 133).

No ano de 1978 Marçal de Souza passou a ser um membro cooperador e posteriormente Assessor de Saúde do Conselho Indigenista Missionário/CIMI, entidade que tinha como objetivo apoiar as causas e pautas da luta indígena. Com um Colegiado ativo, direcionava um trabalho de denúncias por meio de registros e laudos técnicos, evidenciava a exploração da mão de obra indígena, os desmatamentos das reservas e todas as violações de direitos empregada contra as etnias indígenas. E Tupã I passou a ser convidado pelo Conselho Indigenista Missionário/CIMI e a fazer colóquios em vários eventos nacionais, e em 1980, realizou uma fala de saudação para o Papa João Paulo II na cidade de Manaus-AM que teve repercussão mundial (Prado; Aguilera Urquiza, 2017).

Fala de Marçal de Souza para o Papa João Paulo II (1980): Somos uma nação subjugada pelos potentes, uma nação espoliada, uma nação que está morrendo, porque aqueles que nos tomaram este chão não têm dado condições para a nossa sobrevivência, Santo Padre. Nossas terras são invadidas, nossas terras são tomadas, os nossos territórios são diminuídos, não temos mais condições de sobrevivência. Pesamos a Vossa Santidade a nossa miséria, a nossa tristeza pela morte dos nossos líderes assassinados friamente por aqueles que tomam nosso chão, aquilo que para nós representa nossa própria vida e a nossa sobrevivência nesse grande Brasil, chamado

um país cristão. Represento aqui o Centro-sul desse grande país, a nação Kaingang que recentemente perdeu o seu líder; foi assassinado Pankaré, no Nordeste porque quis lutar pela nossa nação (Prado; Aguilera Urquiza *apud* Porantim, 2017, p. 136).

Após se mudar no mesmo ano para a aldeia Campestre, no município de Antônio João-MS, Marçal de Souza Tupã I iria enfrentar a maior de suas lutas pelo seu povo: a região de fronteira no sul de Mato Grosso do Sul no município de Bela Vista/MS entraria na disputa pela demarcação do território do *Pirakuá* uma área de mata fechada em preservação na margem do Rio Apa, na qual viviam 30 famílias das etnias Guaraní e Kaiowá. Depois de ser perseguido por vários anos, no dia 25 de novembro de 1983 Marçal de Souza Tupã I foi assassinado com 5 tiros dentro da aldeia Campestre, sendo esta a sua própria aldeia; a sua morte teve repercussão Nacional e Internacional (Prado; Aguilera Urquiza, 2017).

A voz, a história e a concepção de Marçal de Souza Tupã I se encontram mais do que vivas dentro das aldeias indígenas, inclusive nos espaços urbanos. Um deles é a Aldeia Urbana Marçal de Souza, que além de expressar e renovar a defesa dos direitos das políticas indígenas, pela conquista de sua idealização, edificação e vanguarda (Prado; Aguilera Urquiza, 2017).

Se materializando como uma resposta para uma das questões social indígenas que Marçal de Souza Tupã I se engajou para humanizar, que era as condições da vida urbana das famílias indígenas desaldeadas, em dispersão pelas periferias das cidades do Estado de Mato Grosso do Sul em sua grande maioria, em favelas e sobrevivendo em condições desumanas. O início do movimento do Povo Terena para uma região específica da cidade de Campo Grande/MS foi o primeiro passo para se confrontar esse quadro social urbano de vários Povos Indígenas em Campo grande/MS (Prado; Aguilera; Urquiza, 2017).

Foto 8 – Marta Guaraní



Fonte: Campo Grande, 2016.

Foto 9 – Busto Marçal de Souza e Marta Guarani⁴

Fonte: Campo Grande, 2016.

Ao trazermos à tona a memória de um dos maiores líderes indígenas Guarani do Estado de Mato Grosso do Sul, que promoveu uma belíssima homenagem e bem merecida ao seu nome a Aldeia Urbana Marçal de Souza. Se torna fundamental abordarmos brevemente o nome de uma das maiores lideranças feminina indígena do Estado de Mato Grosso do Sul a Senhora *Marta Silva Vito* ou *Marta Guarani* também chamada de *Kunha Gevy*. Marta Guarani, foi uma guerreira incansável das causas indígenas e pela união dos povos e luta para ter garantido a defesa de seus direitos (CONAMI, 2006).

Em sua atuação na Política da mulher, Marta Guarani enfatizou a luta contra a violência e maus tratos as Mulheres Indígenas e denunciava os agressores que cometiam abusos e violências físicas em seus cônjuges, comportamento que atribuía ao convívio com outras culturas. Consciente do valor e da grande importância da cultura indígena, Marta Guarani estimou e adorou profundamente o seu Povo Guarani dedicando sua vida à luta pelo respeito aos povos indígenas (CONAMI, 2006).

Fez frente e denunciou todo o tipo de autoritarismo e maus tratos; em parceria com seu tio o grande líder Marçal de Souza, ao lado de quem militou pela recuperação e reconhecimento dos territórios do Povo Guarani. Contribuiu para o fortalecimento e o reconhecimento do movimento indígena nacional, sempre prezando para se obter melhorias para as aldeias e moradias urbanas, com mais atenção à saúde e a educação dos povos indígenas, principalmente

⁴ Programação da Semana Estadual dos Povos Indígenas 2016, foram inaugurados na manhã do dia 26/04/2016 os bustos de Marçal de Souza e Marta Guarani, no Parque das Nações Indígenas Campo Grande/MS- Fundação de Cultura de MS.

os que residiam no Mato Grosso do Sul, expulsos de suas terras para favorecer à prática de monoculturas e criação de gado (CONAMI, 2006).

Seu trabalho pela causa do Povo Guarani se iniciou aos 28 anos, na qual foi obrigada a deixar *Aldeia Jaguapiru*, sendo esta sua aldeia devido a perseguição por efetuar denúncia ao representante da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI na época, fato que gerou a destituição do Cacique e o Pajé de sua aldeia, promovendo em seu lugar um capitão e formando uma milícia no centro de sua comunidade indígena (CONAMI, 2006).

E desde então continuou seu trabalho no Município de Dourados/MS, no ano de 1975 em Campo Grande/MS, efetuou denúncias de abusos e maus tratos aos Povos Indígenas de todo o estado de Mato Grosso do Sul. Se deparou com barreiras e obstáculos enormes para lutar contra os latifundiários e encarou desavenças com seus próprios patrícios descomprometidos com a luta dos Povos Indígenas. Em nome da causa indígena Marta Guarani criou a Associação *Kaguateca* reunindo várias lideranças Kadiwéu, Guarani, Terena e Kaiowá (CONAMI, 2006).

No ano de 1986 mesmo com muitos entraves foi candidata a vereadora, mas apresentou alterações em seu quadro de saúde. Por iniciativa própria conseguiu a criação de uma unidade da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI no Município de Amambai/MS, região que reúne uma numerosa população de vários Povos Indígenas. Marta Guarani teve participação direta no reconhecimento do Povo Guató, que para muitos já estavam extintos, localizando no Município de Corumbá/MS anciãos do Povo Guató. Ainda atuou em estudos e levantamentos históricos da demarcação de Terras Indígenas do Povo Guató (CONAMI, 2006).

Na cidade de Campo Grande/MS, sob a sua orientação se fundou a Organização dos Índios Desaldeados, projeto que tinha como objetivo se estender a todo o Estado de Mato Grosso do Sul. Com a realização e o êxito desse projeto inovador, Marta Guarani consegue no ano de 2001, a realização da construção da Aldeia Urbana Água Bonita. No dia 6 de setembro de 2003 após apresentar problemas cardíacos Marta Silva Vito morre aos 61 anos, a Guerreira Marta Guarani jamais será esquecida pelos seus grandes feitos em nome dos Povos Indígenas de Mato Grosso do Sul.

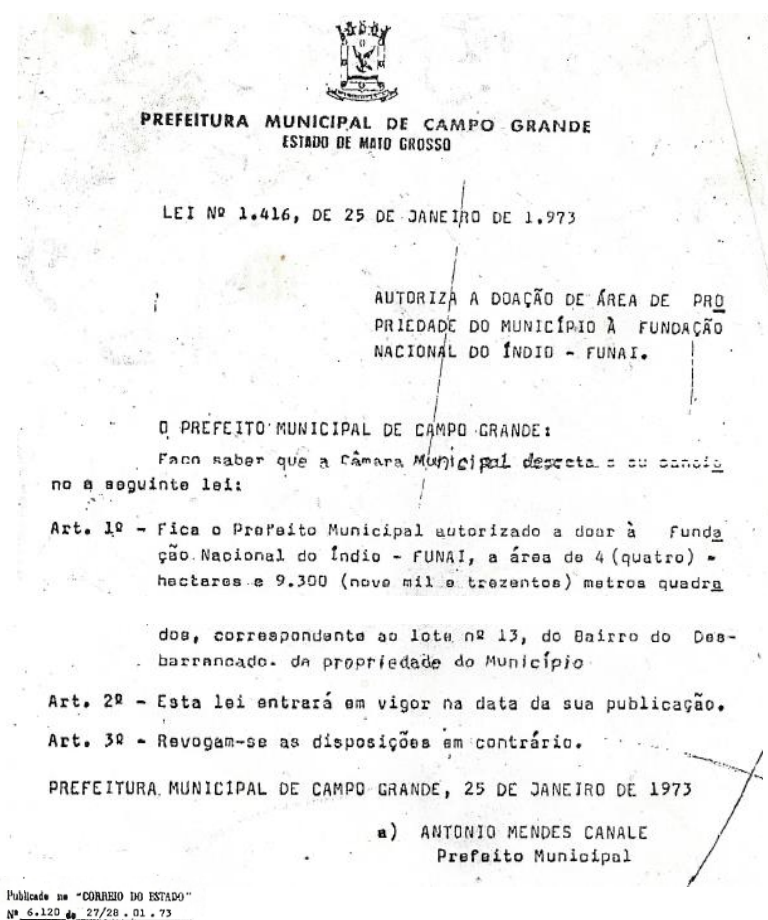
Naturalmente a cultura pode apresentar outras conotações se empregada de outra forma, contudo, para a ciência Antropológica, ela se tornou a lupa para podermos observar a realidade mais próxima do que é o homem e as possíveis transformações de sua vida em sociedade e no contato com outras culturas. Bem como as transformações que alguns indivíduos conseguem realizar, dentro da sua própria cultura, e como se tornar símbolos de superação e humanidade

para outras culturas também, entre os quais podemos atribuir ao líder Marçal de Souza e a Marta Guarani (Wagner, 2010).

O primeiro passo para a construção do Projeto Habitacional Urbano da Marçal de Souza foi dado a alguns anos atrás, mais propriamente em 1973 pelo Senhor *Antônio Mendes Canale* Prefeito da cidade de Campo Grande estado do Mato Grosso; pois não havia sido implementado a divisão do estado de Mato Grosso que ocorreu somente em 1977 na gestão do Chefe de Estado o Presidente Ernesto Geisel. Através da Lei nº 1.416, de 25 de janeiro de 1973 foi homologado a doação definitiva para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI do espaço que hoje se encontra a Aldeia Urbana Marçal de Souza (Campo Grande, 1973).

Apresentamos abaixo uma cópia original da lei que efetua e lavra de maneira oficial a transferência da área que hoje está alocado a Aldeia Urbana Marçal de Souza. Dados da história da edificação da primeira aldeia urbana de Campo Grande/MS.

Figura 1 - Lei n. 1.416, de janeiro de 1973



Fonte: Campo Grande, 1973

No dia 09 de junho de 1995 às 4h da manhã chegaram 20 Famílias Terena, vinda das Aldeias Cachoeirinha/MS e Bananal/Aquidauana/MS em um caminhão com seus poucos pertences no Lote nº 13 no Bairro do Desbarrancado periferia do Tiradentes ao lado do Conjunto Habitacional Flamboyant zona leste da cidade de Campo Grande/MS. Espaço doado pela Prefeitura para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI com o objetivo de se construir a *Casa do Índio* uma unidade de saúde voltada exclusivamente para atender a população indígena de Campo Grande/MS (Campo Grande, 1995).

Contudo esse projeto não foi edificado pelo Executivo Municipal e demais gestores do poder público, permanecendo aquela área em aberto e sem atenção no decorrer do ano de 1995 foi registrado a movimentação de posseiros e que provavelmente iriam invadir e ocupar aquela área e frente a este quadro e movidos pela liderança do Senhor *Calixto Francelino Terena* com o objetivo de proteger aquele espaço que era legítimo e devido a mais fatores sociais oriundos do processo de urbanização indígena as famílias Terena ocuparam o Lote nº 13 do Bairro Desbarrancado em Campo ⁵Grande/MS (Mussi, 2006; Campo Grande, 1995).

Figura 2 – Ata n. 01.

Aldeia urbana

O Estado do Mato Grosso do Sul detém hoje a segunda maior população de índios do país, situação que se reflete em Campo Grande, a sua capital. Uma das cidades de mais notória presença indígena no país – segundo lideranças locais, lá vivem entre sete e nove mil índios – Campo Grande destaca-se também pela implementação de políticas públicas pioneiras envolvendo índios urbanizados. Lá foi criado, no final da década passada, o Loteamento Social Marçal de Souza, hoje com cerca de 170 famílias da etnia terena. Com casas cujo telhado lembra o das ocas tradicionais deste povo, um memorial de cultura indígena, escola com projetos de resgate cultural e até mesmo uma rádio comunitária, Marçal de Souza é popularmente conhecida pela desafiadora qualificação de a "primeira aldeia urbana do Brasil".

O Loteamento Social Marçal de Souza, em Campo Grande, popularmente conhecido como a primeira aldeia urbana do Brasil, abriga cerca de 170 famílias indígenas

De acordo com Enir Bezerra, líder terena do movimento pela criação de Marçal de Souza, a história da comunidade remonta à década de 70, quando foi doado à Funai um terreno em Campo Grande para a construção de um hospital indígena. "Nada tinha sido feito, posseiros haviam entrado na terra e eventualmente iriam ganhá-la na justiça", conta ela. "Foi quando surgiu a idéia de invadir." Em 9 de junho de 1995, às 4 horas da manhã, 20 famílias terenas ocuparam o local, número que em poucos dias subiu para 70. Sem água ou estrutura, a área tornou-se uma verdadeira favela indígena.

Fonte: Campo Grande (1995).

⁵ Ata nº 01 registra que no dia 09 de junho de 1995 às 4h da manhã 20 Famílias Terena chegam ao Lote nº 13 do Bairro Desbarrancado na região do Tiradentes em Campo Grande/MS (Campo grande).

Foto 10 – Desbarrancado 1995.



Fonte: Mussi, 2006

Foto 11 - Desbarrancado 1995.



Fonte: Mussi, 2006

A liderança pioneira do Senhor *Calixto Francelino Terena* foi o grande diferencial no processo inicial dos Terena no Bairro do Desbarrancado, a sua presença efetiva e ações direcionadas acelerarão a reversão da escassez que as Famílias Terena enfrentaram nos primeiros anos naquele território, não havia nenhuma infraestrutura mínima para atender as

famílias instaladas no local rede de água, luz ou saneamento básico registros da época o lugar tinha uma conotação social habitacional de uma favela indígena (Campo Grande, 1995).

Uma das ações efetivas do Senhor *Calixto Francelino Terena* foi organizar os moradores em frentes de trabalho para atender minimamente as necessidades diárias do acampamento, e nos meses de julho e setembro de 1995 organizou a realização de um Levantamento Demográfico sobre o perfil dos primeiros moradores do Bairro Desbarrancado no Lote/13, com o objetivo de angariar recursos e apoio da prefeitura para qualificação de mão de obra e Políticas de Assistência Social (Mussi, 2006).

Iremos apresentar os dados da pesquisa realizado naquele período, uma análise referente aos dados obtidos pelo levantamento do perfil socioeconômico das Famílias Terena, presentes e residindo no Bairro Desbarrancado Lote nº 13 aferidos no ano de 1995, evidenciando uma maior clareza para podermos compreender a realidade social daquelas famílias no decorrer daquele período.

Quadro 4 - Levantamento Demográfico no Desbarrancado 1995

Primeiro levantamento feito no “Desbarrancado” - Atual Aldeia Indígena Urbana Marçal de Souza
Realizador pelo Senhor Calixto Francelino entre os meses de julho a setembro de 1995.
Lote 13, do Bairro do Desbarrancado.

Nome: Marido Esposa – Filhos	Saiu da aldeia Nome da aldeia	Aluguel	Situação profissional
Luiz Carlos Batista Solteiro	06 Meses	R\$ 40,00	Desempregado
Cícero Gomes Bezerra Iria de Oruellas Avila	21 anos/Aldeinha	R\$ 160,00	Empregada
Terrza de Oruellas Ávila Solteira – 1 filho	21 anos/Aldeinha	R\$ 95,00	Empregada
Daniel da Almeida Cândida Nimbu de Almeida	50 anos / Bananal	R\$ 50,00	Desempregado
Ezequiel de Almeida Vandise da Silva – 1 filho	05 anos Aldeia Moreira	R\$ 50,00	Empregado
Demir da Silva Alves Izabel Geronimo – 4 filhos	Reserva Indígena de Dourados	R\$ 160,00	Empregado
Crispim Ribas Nativida Espindola ribas – 3 filhos	Miranda - Desaldeado		Empregado
Ramão Apolinário Noreira Rosângela Candelário Belizário – 1 filho	04 anos Cachoeirinha	R\$ 80,00	Desempregado
Florinda Belizário Viúva – 4 filhos	20 anos Cachoeirinha	R\$ 70,00	Empregada
Terezinha de Souza oliveira – viúva	29 anos Murtinho	R\$ 80,00	Desempregada
Francisco da silva Vera Lucia Vitorino – 2 filhos	02 anos Moreira	R\$ 50,00	Empregada
Erminca Candelário – solteira	15 anos Cachoeirinha		Empregada
Jairo Vitorino augusto Nercia Augusto – 2 filhos	14 anos Cachoeirinha	R\$ 70,00	Empregado
Carlos Pedro Santo Genilda Pinto	05 anos Cachoeirinha		empregada

Joel Antonio Mirian Antonio da Silva	01 ano Cachoeirinha	R\$ 50,00	Empregado
Orlando Março Mauricia Antonio Martins – 3 filhos	06 meses Cachoeirinha	R\$ 80,00	Empregado
Ovideo Sebastião Dima Candelario sebastião – 2 filhos	07 meses Cachoeirinha	R\$ 70,00	Desempregado
Jose Antonio Martins Viúvo 2 filhos	35 anos Cachoeirinha		Aposentado
Demetrio Janobio Viúvo 1 filho	25 anos Bananal		Aposentado
Nario dos Santos Separado – 3 filhos	18 anos Bananal	R\$ 80,00	Aposentado
Agustinho da Silva – Amasiado Maria da Rosa – 2 filhos	03 anos Limão Verde	R\$ 80,00	Desempregado
Ramão Arce Salasar Ainda Trindade Salasar – 2 filhos	17 anos Aldeinha	R\$ 60,00	Desempregado
Nelsom Gonsalves Maurenice Xavier da Silva – 1 filho	05 anos Cachoeirinha	R\$ 55,00	Empregado
Edenilsom Gonsalves Maria Auxiliadora 2 filhos	06 anos Cachoeirinha	R\$ 60,00	Empregado
Valdemiro de Oliveira Andréia Amâncio de Oliveira – 1 filho	10 anos Cachoeirinha	R\$ 80,00	Desempregado
Jose Ricardo Pinto Neto – solteiro	02 anos Cachoeirinha	R\$ 90,00	Desempregado
Sebastião Francisco Camarte Luzia Proença de Oliveira – 2 filhos	26 anos Cachoeirinha	R\$ 70,00	Desempregado
Rhandall Uliam Francisco Canale – solteiro	26 anos Cachoeirinha		Desempregado
Arnaldo de Souza 5 filhos	06 anos Lagoinha	R\$ 150,00	Empregado
Gidione Chende			Desempregado
Lairce Juliao de Oliveira – 2 filhos	03 anos Cachoeirinha	R\$ 70,00	
Amizea Rege Solteira 4 filhos	13 anos Ipeque		Empregada
Adão Alves Gonzaga Marilze Lorenço Velasques	20 anos Ipeque	R\$ 50,00	Empregado
Galdino Candelario Aparecida Matias – 3 filhos	06 anos Cachoeirinha	R\$ 50,00	Empregado
Luzia dos Santos Amaros da Silva solteira – 1 filho	25 anos Morrinho	R\$ 50,00	Empregada
Eduardo Mambu de Almeida Cleonilda Pascoal de Almeida – 1 filho	Desaldecado	R\$ 100,00	Empregado
Rogério Santana solteiro	25 anos Cachoeirinha		
Oderir Antonio solteiro	15 anos Cachoeirinha		Desempregado
Felix da Silva Barbosa – solteiro	01 ano	R\$ 50,00	Desempregado

Maurílio Canale Juvelina Francisco Canale – 4 filhos	26 anos Cachoeirinha		Desempregado
Vanda Maria de Moraes	15 anos Limão Verde	R\$ 80,00	Empregada
Ceferina da Silva 4 filhos	05 anos Cachoeirinha		Desempregada
Juvencio da Silva Rosilene Martins	05 anos Cachoeirinha	R\$ 60,00	
Aparecido Valter Pinto Amelca Rodrigues – 2 filhos	Aldeinha Anastácio	R\$ 60,00	
Clementina Ramires dias solteira – 4 filhos	Desaldeado	R\$ 60,00	
Civaldo Vanilda Alves Vitorino – 1 filho	Desaldeado	R\$ 80,00	Empregado
Joaquim Vitorino Tereza Rodrigues – 3 filhos	08 anos Cachoeirinha	R\$ 70,00	Desempregado
Maria de Lurdes Balbino solteira – 2 filhos	24 anos Cachoeirinha	R\$ 50,00	Empregada
Sebastião Miguel Cleonice de oliveira Miguel – 2 filhos	01 ano Cachoeirinha	R\$ 50,00	Empregado
Valdinei Bueno da Rocha Claudety Batista	07 anos Cachoeirinha		Empregado
Francisco Ledeias Sebastiana Ramires 6 filhos	29 anos		Desempregado
Eder Cirilo Elizety Aparecida Alves da Silva – 3 filhos	18 anos Buriti	R\$ 50,00	Empregado
Eloy Vitorino Damiana augusto – 6 filhos	35 anos Cachoeirinha	R\$ 50,00	Empregado
Odir Moreira Gonsalves Nilda Candido dos santos – 2 filhos	14 anos Bananal	R\$ 80,00	Empregado
Verson da silva solteiro – 1 filho	32 anos Bananal	R\$ 59,00	Desempregado
Otavio Sessi Ruti Sessi 3 filhos	09 anos Bananal		Desempregado
Fausto de Souza Ana Cristina de Almeida – 1 filho	15 anos Aldeinha	R\$ 60,00	Desempregado
Alcides de Souza Solteiro – mãe Tereza da Silva	20 anos Aldeinha	R\$ 70,00	Desempregado
Demir dos Santos Márcia Silva Alves – 2 filhos	10 anos Buriti	R\$ 60,00	Desempregado
Salvador da Silva solteiro	04 meses Cachoeirinha	R\$ 50,00	Empregado
Elizeu Cadelario Tereza Santana – 8 filhos	02 anos Cchoerinha		Desempregado
Paulo Alves da Silva Ângela Maria Pereira da Silva – 4 filhos	20 anos Buriti	R\$ 50,00	Empregado
Fidel Bargas Florípedes Marques Ipoehima – 6 filhos	25 anos Ticuna – Amazonas		Empregado

	Cachoeirinha		
Antonio Victor Valdice de Oliveira – 3 filhos	06 anos Cachoeirinha		Desempregado
Suely Jorge Solteira – 3 filhos	09 anos Res.Ind.Dourados	R\$ 70,00	Empregada
Marli Jorge Solteira – 3 filhos	05 anos Bananal		Desempregada
Jorge Basiliana Oliveira Jorge – 9 filhos	05 anos Bananal		Aposentado
Nilva Barbosa – solteira	02 anos Cachoeirinha		Empregada
Bernardo Surubim Solteiro	42 anos Taunay	R\$ 70,00	Desempregado
Samoel Vasques Faviana Vasques	12 anos Taunay	R\$ 80,00	Empregado
Eugena vsques Solteira – 3 filhos	15 anos Taunay	R\$ 70,00	Empregada
Geonesio da Silva Adelina Soares da silva – 3 filhos	12 anos Caarapo	R\$ 50,00	Empregado
Antonio da Silva Nilo Antonio da silva – 6 filhos	02 anos Cachoeirinha	R\$ 50,00	Desempregado
Satorninho da silva Quezia Lembu de A. da Silva – 1 filho	Desaldeados	R\$ 50,00	Empregado
Oraudo Gabriel Maria Reis da Silva – 3 filhos	39 anos Bananal		Desempregado
Nilso Velasques Dominga Lorenzo	25 anos Ipeque	R\$ 60,00	Empregado
Odilho adão dias chimenes Márcia acunha – 3 filhos	Desaldeados	R\$ 70,00	Empregado
Cláudio Velasques Adenir Espindola Ribas – 1 filho	22 anos Ipeque	R\$ 100,00	Empregado
Tereza Eliza Machado Solteira – 2 filhos	32 anos Cachoeirinha	R\$ 40,00	
Manoel Messias da Conceição	Desaldeado	R\$ 80,00	Desempregado
Cristiana Balbino Machado	Cachoeirinha		
Gelson Balbino Joveli Vieira – 1 filho	01 ano Cachoeirinha		Desempregado
Evandir Oliveira Metelo Otaviana Moreira Anastácio – 3 filhos	10 anos Cachoeirinha	R\$ 50,00	Desempregado
Maria Aparecida de Oliveira – 3 filhos	08 anos Cachoeirinha	R\$ 85,00	Empregada
Antonio Machado 4 filhos	10 anos Cachoeirinha	R\$ 50,00	Desempregado
Arlindo Alves da Silva Vanuza Ferreira da conceição – 3 filhos	18 anos Buriti	R\$ 30,00	Desempregado
Doralice Barbosa Albuquerque Desquitada – 5 filhos	38 anos Cachoeirinha	R\$ 70,00	Desempregada
Natalício da Silva	30 anos		Desmpregada

Valdolice Manoel francelina – 2 filhos	Moreira		
Maria Auxiliadora Bezerra – solteira	39 anos Limão Verde	R\$ 60,00	Estudante
Mauro Sergio Bezerra – solteiro	32 anos Limão Verde		Estudante
Josué Vitor Nilza Santana	01 ano Cachoeirinha	R\$ 60,00	Desempregado
Yolanda Liambros Viúva – 3 filhos	Desaldeada	R\$ 50,00	
Valdemar Correa Valentino Cibeli Balbino Valentino – 3 filhos	10 anos Cachoeirinha	R\$ 60,00	Empregado
Clenivaldo Pires Xavier Ângela Aparecida Gregório – 1 filho	01 ano	R\$ 75,00	Empregado
Adaiuso Pires Xavier – solteiro	01 ano Cachoeirinha	R\$ 75,00	Empregado
Evanilza Augusto – solteira	05 anos Cachoeirinha	R\$ 50,00	Empregada
Cledival Pires Xavier – solteiro	02 anos Cachoeirinha	R\$ 75,00	Empregado
Nelso Metelo Ortiz Edna Gonsalves – 1 Filho	03 anos Moreira	R\$ 100,00	Empregada
Jorge Herrera Tacco Rosaria Herrera Gomes	26 anos Bananal	R\$ 100,00	Empregado
Marco Ferreira Matos Maria Aparecida pedra – 2 filhos	05 anos Taunay	R\$ 60,00	Desempregada

Fonte: Mussi, 2006.

Essa mostra de dados nos releva que no decorrer dos meses de julho até setembro de 1995, no Loteamento do Bairro Desbarrancado lote nº13 foram entrevistadas um total de *158 pessoas*, revelando que dentro deste computo tinham *60 famílias* e dessas, *45 famílias* tinham filhos e naturalmente *15 famílias* não tinham filhos, sendo uma média de *2 proles* por família (Mussi, 2006).

A família com o maior número de prole, tinham um total de *9 filhos* oriundos da Aldeia Bananal, e o progenitor estava em uma situação funcional de aposentado. Registramos um total de *6 pessoas* do sexo masculino solteiros, e *6 pessoas* do sexo feminino solteiras; *1 senhora* desquitada, *3 senhoras* viúvas e *2 senhores* viúvos (Mussi, 2006).

Das *158 pessoas* entrevistadas *30 homens* estavam empregados, *16 mulheres* se encontravam em uma situação funcional de emprega, *33 homens* estavam em uma situação funcional de desempregados, e *8 mulheres* desempregadas. *3 aposentados* e *2 estudantes* (Mussi, 2006).

A origem das pessoas entrevistadas classificando do maior para o menor são: 48 pessoas da Aldeia Cachoeirinha, 13 da Aldeia Bananal, 11 da Aldeinha, 8 da Aldeia Buriti, 7 da Aldeia Ipeque, 6 da Aldeia Taunay, 5 Aldeia Limão Verde, 5 da Aldeia Moreira, 3 Reserva Indígena Dourados, 1 Lagoinha, 1 Morrinho. 1 Indígena se declarou oriundo de da Aldeia Ticuna

(Amazonas), 1 registrou que veio do Município de Caarapó/MS e 1 de Anastácio/MS e 27 se declararam indígenas desaldeados sem fornecer a origem de suas aldeias (Mussi, 2006).

E o último dado observado foi o tempo de afastamento de suas aldeias indígenas e o período de convivência nos grandes centros como indígenas urbanizados. Registramos que o indígena que saiu mais recente de sua aldeia havia saído há 4 meses, oriundo da Aldeia Cachoeirinha e se encontrava empregado. E o que havia saído há mais tempo de sua aldeia já completava 50 anos era oriundo da Aldeia Bananal e estava desempregado (Mussi, 2006).

Ao analisarmos o perfil das famílias indígenas Terena pioneiras da Aldeia Urbana Marçal de Souza, podemos evidentemente observar alguns aspectos presentes no perfil dessas famílias. O primeiro ponto é que se analisarmos o tempo de afastamento de suas aldeias de origens, e computarmos o início da história de migração, de alguns Terena presentes somente nesse grupo que se dirigiu ao Loteamento do Bairro Desbarrancado lote nº13, podemos informalmente presumir com base nos dados obtidos naquele período, que já tínhamos Terena migrando e residindo em contexto urbano, nas cidades do estado de Mato Grosso do Sul desde 1945 (Mussi, 2006).

Outro aspecto a ser observado é que mesmo muitos Terena já estarem gravitando em contexto urbano, nenhuma família presente no grupo do Loteamento nº 13 do Bairro Desbarrancado obviamente tinham casa própria, todos pagavam aluguel evidenciando que mesmo há muito tempo residindo, trabalhando e convivendo no meio urbano esse grupo dos Terena permaneciam em uma faixa social e econômica de vulnerabilidade e ainda estavam atrás dessa segurança social, contudo a cultura e o vínculo cultural Terena não foi remissivo, permaneceu no movimento de urbanização desse grupo (Mussi, 2006).

Como dado complementar mais da metade das pessoas que se encontravam no grupo do Loteamento nº 13 do Bairro Desbarrancado naquele momento era de crianças e adolescentes, agravando consideravelmente a necessidade de se obter um assentamento digno para aquelas Famílias Terena esses dados subsidiaram para as reivindicações dos Terena junto ao Poder Público (Mussi, 2006).

2.2 O TRABALHO DE CAMPO NA ALDEIA INDÍGENA URBANA MARÇAL DE SOUZA

A Antropologia apresenta ao mundo o peso de sua cientificidade por intermédio do Método Etnográfico sendo uma tipificação que fundamenta a pesquisa na Ciência Antropológica, objetiva o estudo e levantamento de toda estrutura e tecido de um grupo social. Seu ponto principal é a ação de imersão dentro de uma estrutura social e cultural (Barreiros; Antonio, 2016).

Seus parâmetros tipificados se direcionam em efetuar a aplicação de métodos específicos de coleta, manipulação e registro de dados; objetividade científica e domínio do método da etnografia moderna; imersão no sistema social e cultural e independência total e logística sem a necessidade de apoio ou auxílio (Barreiros; Antonio, 2016)

No entanto, ao observarmos uma outra cultura reduzimos esse fenômeno em algo racional e básico para podermos racionalizar e compreender essas singularidades complexas e nesse sentido é primordial que o Antropólogo que se disponha a pesquisar uma outra cultura, se presumisse que o mesmo conheça a sua própria cultura que por não estar em evidência constante se torne invisível e relativizada, mais que irá servir de parâmetro para se analisar uma outra cultura; nesse ponto saindo do propósito de uma objetividade absoluta para uma realidade relativa (Wagner, 2010).

Essa relatividade cultural surge do entendimento que as culturas são equivalentes, ao se comparar a qualquer outra, partindo do ponto que não existe um método tecnicamente perfeito sem margens de erros para se classificar culturas distintas. O substrato desse encontro do Antropólogo com a observação e aprofundamento nas bases de uma outra cultura, se edifica na compreensão e aquisição de uma relação entre a realidade que se expressa em duas variáveis de fenômenos humanos; e o entendimento passivo de equivalência entre culturas distintas, que se apresenta como resposta a uma verdade absoluta (Wagner, 2010).

DIÁRIO DE CAMPO ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA

DATA:	10/09/2024
LOCAL:	SECRETARIA DE ESTADO DE CIDADANIA/SEC
SERVIÇO:	ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA INTERLOCUTOR: J. J. R

Em atenção a realização da pesquisa em andamento com o título A Aldeia Urbana Marçal de Souza: Uma Sistematização do Movimento de Urbanização do Povo Terena oriunda da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul/UFMS da Faculdade de Ciência Humanas do Programa de Pós Graduação em Antropologia Social.

A estrutura de execução metodológica para a realização do Trabalho de Campo, com vistas na abordagem de nosso objeto de pesquisa, dividimos as ações nas etapas: A entrevista técnica, etnografia de documentos, Levantamento do perímetro urbano e Visita em Setores Públicos para complementação de produção de dados.

Registramos que no dia 10 de setembro de 2024 na cidade de Campo Grande/MS, realizamos uma Visita Técnica na Secretaria de Estado de Cidadania/SEC Av. Ceará, nº 984 - Vila Antônio Vendas, Campo Grande/MS, CEP: 79003-010 com o objetivo de realizarmos uma entrevista com o Senhor J. J. R INTERLOCUTOR sendo este uma das lideranças da Aldeia Indígena Urbana Marçal de Souza.

Esse trabalho se iniciou por meio do apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI pela Coordenação Regional de Mato Grosso do Sul, que nos colocou em contato com o Senhor J. J. R INTERLOCUTOR de 37 anos sua origem é do município de Miranda/MS da Aldeia Taunay Ipeque.

A Secretaria de Estado de Cidadania/SEC foi designado pelo interlocutor supracitado por ser o seu local de trabalho, na qual ocupa o cargo de Diretor Intermediário/Assessoramento/CCA-13 e ter um ambiente adequado para a aplicabilidade deste trabalho. Com uma tipificação voltada e alicerçada no Método Etnográfico direcionado para as bases de uma Entrevista Semiestruturada, com um roteiro prévio iniciamos o trabalho de produção de dados com a pergunta:

1) O que moveu os Terena para saírem das suas Aldeias e chegarem no espaço que atualmente se encontra a Aldeia Urbana Marçal de Souza?

J. J. R INTERLOCUTOR: *Segundo as informações das histórias dos líderes mais antigos dos Terena, as famílias saíram das aldeias para poderem ter uma melhora na situação econômica financeira, acreditando que na zona urbana teriam mais condições e estrutura de oferecerem estudos para os seus filhos, ter uma oportunidade no mercado de trabalho e acesso a rede de saúde pública.*

E chegaram nesse espaço, com base em documentos oficiais e nos relatos dos líderes dos Terena na ocasião, este local era uma área da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI e que seria construído um Hospital, ou uma Unidade de Acolhimento Transitório para as famílias indígenas que vinham na cidade de Campo Grande/MS para receberem atendimento na Rede de Saúde e que não tinham um local para se alojarem temporariamente (Famílias do seu Agostinho Terena que reside atualmente no Bairro Guanandi foi uma das famílias na época). Era uma área que tinha 6.7 hectares e essa área foi doada da prefeitura para Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI e as famílias Terena na época tiveram conhecimento e retomou a área.

2) E de qual aldeia os Terena vieram para essa área em Campo Grande/MS?

J. J. R INTERLOCUTOR: *As famílias Terena saíram do município de Miranda/MS e a principal aldeia foi a Cachoerinha em direção a cidade de Campo Grande/MS tiveram algumas outras mais a principal foi a Cachoeirinha, e registra que as famílias Terena chegaram naquele espaço no ano de 1995.*

3) Como essas famílias foram acolhidas pelos serviços públicos municipais disponíveis na época?

J. J. R INTERLOCUTOR: *Na ocasião foi pouca assistência ou quase ausente inicialmente, com o passar do tempo a Rede Municipal passou a observar e acompanhar as famílias acampadas naquela região, e se começou a cogitar a construção de moradia adequada com saneamento básico para aquelas famílias, que estavam morando em barracos de lona.*

Eu com minha família morei em um barraco de lona, minha família é uma das pioneiras do Desbarrancado eu afirmo que sou da segunda geração do Desbarrancado e totalizou um período de 6 a 8 meses que moramos em barracos de lona junto com meus finados pais até a construção das casas, divisão de lotes e graças a deus hoje nós temos uma casa de alvenaria e uma construção digna, com esgoto, água encanada, rede de energia elétrica tudo certinho conforme a legislação manda.

4) Como ocorreu este processo de se iniciar um diálogo com o Executivo Municipal para promoverem a construção da Aldeia Urbana Marçal de Souza?

J. J. R INTERLOCUTOR: *Na época a liderança era o seu Calixto Terena (in memorian) e depois a Dona Enir Terena (in memorian) seu Daniel Terena (in memorian) que tiveram um papel fundamental, para que ocorresse essa construção da aldeia Marçal de Souza e eles*

mesmo se organizaram criaram uma comissão e foram atrás dos seus direitos, junto ao Executivo Municipal e Estadual da época que os Terena acampados naquele local precisavam de melhorias e aí se iniciou esse processo que se culminou na construção da primeira aldeia indígena urbana do Brasil.

5) Como foi o feito o deslocamento das famílias Terena para chegarem naquele local do Desbarrancado?

J. J. R INTERLOCUTOR: *Algumas famílias vieram de ônibus, outras vieram de caminhão e teve apoio da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI, nesse processo de deslocamento das famílias Terena. Contudo, ocorreu na ocasião resistência pois naquela época qual era a importância de famílias indígenas saírem de suas aldeias e vir para um grande centro urbano como a Capital de Campo Grande/MS.*

Então, as famílias sabiam que iriam receber preconceitos, que não iria ser fácil, que não teria água encanada, que não teríamos energia, que iriam residir em barraco de lona ou de tábua sabíamos que não seria fácil. Mais assim, os líderes na época sabiam que se os Terena não retomassem essa área, que nós já sabíamos que era destinados aos povos originários nós teríamos perdido essa área.

Hoje eu falo, que nós estamos em uma selva de pedra, em uma área nobre de Campo Grande/MS a Aldeia Marçal de Souza que são divididas em 4 (quatro) ruas e hoje é referência, nós temos o memorial, temos uma escola dentro da aldeia, temos um Centro de Aprendizado que está funcionando no antigo prédio da nossa Rádio que está se tornando um ponto de referência na formação de cursos para mulheres, informática e para crianças.

A geração atual tem a mentalidade aberta de ir buscar os recursos das políticas públicas voltadas, não somente para a Marçal de Souza, mais para a nossa aldeia se tornar uma potência e se tornar referência para as outras demais comunidades indígenas de Mato Grosso do Sul.

Mais não perdendo esta questão de se manter a cultura a tradição de se respeitar e consultar os membros Terena mais antigos. Ontem nós estávamos de luto perdemos um grande guerreiro Líder Terena o seu Maurílio Pacheco ou Kili-Kili (ex-cacique da Aldeia Água Branca da Terra Indígena (TI) Taunay/Ipegue e liderança das retomadas das terras indígenas; também foi um dos fundadores do Conselho do Povo Terena) eu faço parte hoje também do Conselho

Terena do Estado de Mato Grosso do Sul; sofreu aparentemente um infarto já tinha uma certa idade.

E estamos percebendo que os nossos anciãos estão indo embora e eu sempre digo, lá que esta as vivências, as experiências as histórias mesmas e se a gente não consultar eles, eu tenho 37anos mais a minha diretoria é composta por anciões, as mulheres os jovens são cabeças pensantes que planejam, olha vamos fazer isso ou aquilo. Nós somos bem tradicionais mesmo, pois eu morei na aldeia e trouxe muito essa tradicionalidade comigo, por questão de respeitar eles pedir a opinião deles e ouvir eles isso faz a diferença e a gente constrói uma diretoria forte um cacicado forte. Pois sem isso, sem essa base forte dos mais antigos nós não conseguimos evoluir, mais com a consulta deles eles puxam a nossa orelha, olha cacique não vai aí, porque aqui é perigoso, vai por aqui sempre tem essa observação deles.

A minha avó é viva e eles tinham essa noção de todo o aspecto do tempo em relação chuva o clima, hoje mudou muito, antigamente você plantava mandioca e em tal mês, você já tinha para consumo, arroz meu pai mesmo meu avô eram grandes produtores agrícolas tinham grandes plantações de mandioca faziam farinha, caldo de cano moía, rapadura e melado. Então nós tínhamos a noção do tempo não dá pra ir lá em tal período que vai estar frio.

Hoje não, eu falo que os meus filhos não irão entender isso, se eu não tenho no papel como eles irão ter acesso a essas informações para futuramente; porque assim eu penso em voltar para o meu território, eu tenho essa expectativa de vida de estar em aqui e ajudar o meu povo também. Eu sei que hoje falta água, falta saneamento falta políticas mais devagarzinho nós precisamos ter essa voz gritante aqui em Campo Grande/MS tem um povo, tem uma população uma etnia que precisa disso, vamos trabalhar com políticas alternativas, hoje não tem água, mais tem políticas alternativas tem projetos alternativos, que podem ser implementados nas comunidades indígenas respeitando a natureza.

Sempre minha avó dizia não assovia, não faz barulho não faz bagunça no mato respeita, lá tem a mãe da mata tem a mãe da água. Então, assim a gente está sofrendo esse impacto vendo que está tudo morrendo, tudo se acabando é uma dor no coração. Eu estava para a cidade de Brasília/DF em uma reunião sobre a adaptação do clima e uma participante da etnia Guarani e falou como nós vamos nos readaptar ao clima, vocês vem destroem tudo e nós que temos que se readaptar é vocês do agronegócio.

E nós vemos que os valores se inverteram a gente sabe que a economia o PIB precisa crescer e como nós vamos barrar nós ficamos de mãos atadas. Então a gente sabe que

precisamos de alternativas para melhorar, e as pessoas falam vocês estão dentro da cidade como vocês irão fazer manejo de produtos de alimentos abobora, mandioca, quiabo, maxixe.

Sei que hoje nós temos alternativas da horta transversal que é na parede tem várias outras coisas que nós podemos fazer e nós conseguimos fazer, assim eu falo para o pessoal passa fome quem quer, eu falo por isso porque você tem bastante alternativas para fazer chegar nas famílias e fazer chegar o sustento. Sendo uma comida saudável sem agrotóxico entendeu e ensinar essa criança que não pode perder o valor nosso que é a nossa língua, a nossa dança e a nossa comida típica então isso eu carrego muito.

Não é somente usar o Cocar os nossos colares no dia 19 de abril, ah é a Semana dos Povos Originários não; todo dia é um dia de luta é um dia de resistência precisa se colocar, eu ando no Centro da Cidade eu uso o meu Cocar, em momentos especiais ou não especiais eu falo estou demarcando o meu território, eu estou retomando aquilo que eles tomaram não foi nós que invadimos foi vocês que tomou de nós. Então eu tendo essa voz, essa visibilidade hoje que a internet dá esse é o papel fundamental que nós temos como sociedade, e como cidadão.

Nós somos cidadãos indígenas, é ter esse empoderamento de buscar alguma coisa para as comunidades seja aqui, hoje nós somos 24 comunidades indígenas em Campo Grande/MS 18.439 indígenas segundo o último levantamento assim, são comunidades que precisam entendeu. A exemplo na Marçal a Rádio Comunitária passou a ser o Centro de Aprendizado Aldeia Marçal de Souza esse projeto está sendo possível, devido ao Coletivo de Jovens da Aldeia Marçal que passou em um edital do Governo Federal, foi um chamamento público.

Nós estamos tentando a anos e foi a primeira vez que fomos contemplados, nós fomos aprovados em 2023, agora em 2024 caiu a verba, e agora estamos fazendo a execução do prédio, que era a antiga rádio e agora está se tornando o centro de referência; e rádio por enquanto não irá mais funcionar. Também destacamos o Memorial da Cultura Indígena de Mato Grosso do Sul que não é só Terena, tem várias peças Kinikinau, Kadiwéu, Guarani Kaiowá tem várias interfaces lá, e artesanatos dos outros povos do Estado de Mato Grosso do Sul.

A escola se chama Escola Municipal Sullivan Silvestre TUMUNÉ KALIVONÓ que significa “Criança do Futuro”, na língua Terena e o Sullivan foi um presidente da FUNAI que morreu em um acidente de avião, que vinha para Mato Grosso do Sul fazer a inauguração de uma aldeia na época do Marçal, aí colocaram o nome da escola em memória dele. Em resumo o surgimento da Aldeia Urbana Marçal de Souza foi não só para melhoria da qualidade de

vida e um futuro para as Família Terena, para também mantermos a preservação da nossa língua, que é muito importante e da nossa Cultura que eu carrego muito isso, eu falo muito para os mais novos, as crianças que a gente precisa mostrar mesmo.

Pois o Terena tem um potencial muito grande de ouvir, de prestar atenção de ser o articulador, e de entender que isso é importante pra nós hoje, dar esse retorno hoje nós temos uma Orquestra dentro da Marçal de Souza, que é uma parceria com a Fundação Ueze Zarhan que se chama Orquestra Indígena, que é formada por instrumentos de sopro e corda, violino e violoncelo; trabalho direcionado pelo Maestro Jardel.

A vida cotidiana do Terena vivendo na Aldeia Marçal de Souza aparentemente é normal saímos para trabalhar, a gente sabe que temos direitos deveres, que a gente quando a gente está na cidade, precisamos pagar água, luz, internet o modo de se viver do Terena é basicamente normal. Nós temos os rituais, que é a comemoração dos povos que a gente sabe que precisa ter as festas tradicionais, então a gente sabe o dia certo. A gente tinha uma parceria grande com a escola que faz também para promover a nossa cultura, e mostrar também que é importante essa valorização.

Eu entendo hoje, que se eu não mostrar a nossa cultura e não carregar isso, automaticamente a gente vai se perder dos nossos direitos e dos nossos deveres, a gente vai estar se perdendo. Então precisamos ter essa valorização para mostrar para as crianças a importância de manter e preservar a cultura Terena.

Hoje a gente sabe, que nós perdemos muito por estarmos dentro de uma cidade, de uma capital e ter os preconceitos, ter o bullying aquele olhar diferente, do cidadão não indígena, que olha meio torto né; o que esse índio está fazendo aqui? E eu percebi que devido a isso a alguns anos atrás a gente se camuflou, se escondeu ficamos isolados com medo que a sociedade julga se, e medo de se mostrar. Eu mesmo tinha vergonha de usar colar, meu Cocar tinha esse medo dos meus amigos, quando eu comecei a usar o meu Cocar. Hoje não, a minha visão mudou, cara os indígenas estão aqui eles estão passando por um momento difícil, por conta da mudança a COVID 19.

Eu tenho experiência que a minha vizinha ela é uma anciã ela que me tratou com remédio natural para me curar da COVID 19, eu contrái essa doença e morreram 4 pessoas da minha família; o impacto da COVID 19 foi muito grande no território tradicional, só na Aldeia Marçal de Souza morreram 9 pessoas do Povo Terena. E as pessoas falavam: mas vocês

não se isolaram, mas nós precisávamos trabalhar se não a luz seria cortada a água; como nós iríamos colocar alimento dentro das nossas mesas.

A pandemia deixou uma marca muito triste dentro da Aldeia Marçal de Souza, morreram pessoas acima dos 50 anos o seu Daniel Terena, minha mãe, meu tio, seu Odir Terena de uma família tradicional também. Assim, e fora outras pessoas que ficaram hospitalizadas (entubadas) por muito tempo, mas que retornaram com muito sofrimento. Eu contrai a COVID 19 e não tinha remédio, eu tratei com remédio medicinal tradicional do Povo Terena. Era um remédio a base de ervas como o fedegoso, eu perdi a sensibilidade para sentir cheiro, paladar e nesse processo quase perdi a minha esposa e quase perdi minha vida também.

Minha mãe contraiu e faleceu no mesmo mês que eu contrai também, isso foi em 2020 bem no começo da Pandemia, minha vizinha anciã que fez um chá tradicional, que graças a deus e a ela que estou vivo aqui. Eu tomei esse chá com um comprimido antigripal a noite e foi tirar com a mão e no outro dia eu já estava bom. Transpirei demais e no outro dia já estava ótimo. Mas a Marçal teve um grande impacto porque nós precisávamos trabalhar e precisava sair ir ao mercado, então foi isso que teve e foi a comunidade eu acho que mais perdeu Terena de todas assim.

Por que também nós estamos bem no centro, a Marçal de Souza está em uma área bem localizada, você está a 10 minutos do Shopping do Centro da cidade, no Bairro Tiradentes. No período da Pandemia as crianças sofreram também devido ao aprendizado, ficaram afastadas isoladas, e aquelas crianças que estavam aprendendo a ler até retomar a leitura aprendizado dentro da escola teve um impacto, a escrita percebemos um retrocesso.

Em relação aos serviços públicos nós temos a escola que fica dentro da Marçal, temos Posto de Saúde, não está dentro da Marçal, mas temos um posto de referência que fica no Conjunto Arnaldo Estevão de Figueiredo, é uma Unidade Básica da Família que atende especificamente a Marçal de Souza. Temos o serviço regular de coleta de lixo, pagamos taxa de iluminação pública, esgoto, água encanada, energia regular tem tudo.

O Posto de Saúde faz o serviço de 1 vez no mês testes de glicemia, aferimento de pressão, dentro da Oca na Marçal, no memorial uma equipe médica vai até lá. Na época da Pandemia não funcionou esse serviço devido ao isolamento, depois voltou ao normal. Em complementação as famílias Terena cadastradas recebem 1 cesta básica da CONAB/FUNAI (Companhia Nacional de abastecimento/CONAB)/MDS. Temos também o P.A um Projeto do

Governo do Estado que oferece Verduras, Hortaliças e Frutas e os demais projetos sociais que as famílias Terena fazem parte como o Mais Social e Bolsa Família.

Recebemos atendimentos também pelo Centro de Referência da Assistência Social/CRAS do Bairro Tiradentes. Existe também um auxílio financeiro aos acadêmicos que estudam no ensino superior, de R\$ 1.300 reais. A FUNAI fornece a questão de ajuda documentação, óleo diesel que são políticas voltadas para famílias que dependem da agricultura.

A maior dificuldade hoje que as famílias Terena enfrentam na Aldeia Urbana Marçal de Souza é a questão de espaço, moradia as famílias Terena aumentando, nós temos 145 casas hoje na Aldeia Marçal de Souza no cadastro nosso interno temos 233 famílias, 607 pessoas com base no último levantamento dado observado pelo IBGE me passaram. Tem casas na Marçal que residem de 2 a 3 famílias. Que é uma tradição Terena também o filho casou constrói um puxadinho para acolher esses novos membros da família.

A casa original entregue na Marçal era (1 quarto, 1 cozinha conjugada com a sala, 1 banheiro, 1 lavanderia e 1 varanda na frente) em um formato de Oca. Hoje mudou bastante, não tem mais esse formato de Oca a mudança ocorreu por vários motivos, um deles é devido aos materiais e o tempo de mais de 27 anos, e os materiais usados naquela época não era resistente, aí as famílias vieram mudando as casas colocando muro, derrubou a casa para fazer outra casa.

Não podia mudar a estética das casas mais na prática nós tivemos que mudar, conforme o conjunto dos moradores da Marçal, eles pediram foi aceito na época assinado em Ata tivemos que fazer essa mudança. Por que senão corria o risco de algumas casas cair na cabeça de alguém. Hoje o problema da Marçal é que as famílias estão crescendo cada vez mais e não tem espaço no terreno para construção de mais casas. Igual ao meu caso eu cheguei criança para morar na Marçal de Souza, e hoje casei constitui família e a minha família só vai crescendo.

Para onde nós vamos colocar essas pessoas? Por que elas não querem sair da Marçal os filhos das gerações das famílias Terena. Em relação ao que podemos fazer com os imóveis nós temos o TAC/termo de Ajuste de Conduta que direcionado pela Empresa Municipal de Habitação/EMHA para tentar proteger as pessoas de venderem para terceiros, a venda somente pode ser realizada se for para outra família indígena. Esta foi uma proposta em discutida e aceita naquela ocasião com lideranças na época em conjunto com a FUNAI e o Ministério Público Federal.

Hoje a Marçal de Souza é muito tranquila, tem algumas dificuldades tem muitas pessoas que transitam naquela região, mas temos muita paz ali, e os membros da aldeia respeita muito a questão da liderança do Cacique. No começo muita gente abordava os moradores oferecendo compra das casas, hoje não. No Mercado de Trabalho a maior área que emprega os trabalhadores Terena que residem na Marçal é a construção civil e o comércio em supermercados, padaria e outros. E a melhoria que eu gostaria de implementar na Marçal seria um espaço de convivência, lazer e esporte para as crianças, que hoje não tem; eles ficam lá na rua soltando pipa os pais ficam cuidando pois todos se conhecem, e o respeito é bem grande pra todos.

As famílias Terena mantém a ligação com suas aldeias elas são em tradicionais, no final do ano ou tendo uma oportunidade elas visitam as suas aldeias, eu mesmo vou quando sobra um tempo eu vou pra minha aldeia. Quando a gente começa a se sentir, que está muito nos costumes do homem branco a gente volta para nossas raízes. Essa ligação é muito forte com a nossa aldeia e o nosso povo que está lá. E eu falo que a gente não pode perder isso, nós temos parentes em Miranda/MS, Aquidauana/MS.

Os registros efetuados pelo interlocutor J.J.R se define como um depoimento muito claro, objetivo e elementar sobre a história e a formação da Aldeia Urbana Marçal de Souza, se aprofunda no meandro de tudo que está ligado a esta aldeia, e as questões de quem reside neste local; bem como a realidade do Povo Terena que fundou esta primeira aldeia urbana de Campo Grande/MS.

Ao finalizarmos a realização de uma produção de dados de uma realidade profunda e contundente que envolve tantas vidas em um quadrilátero histórico, como se tornou a Aldeia Urbana Marçal de Souza por intermédio do relato incrível de um de seus líderes Terena (J.J.R Interlocutor). Se evidencia que o trabalho de campo com a ferramenta do *Ouvir* gera uma verdadeira e única interação na construção de um diálogo superior, que reflete o valor do que conseguimos produzir e coletar a favor da Etnografia e do Trabalho de Campo (Oliveira Cardoso, 1996).

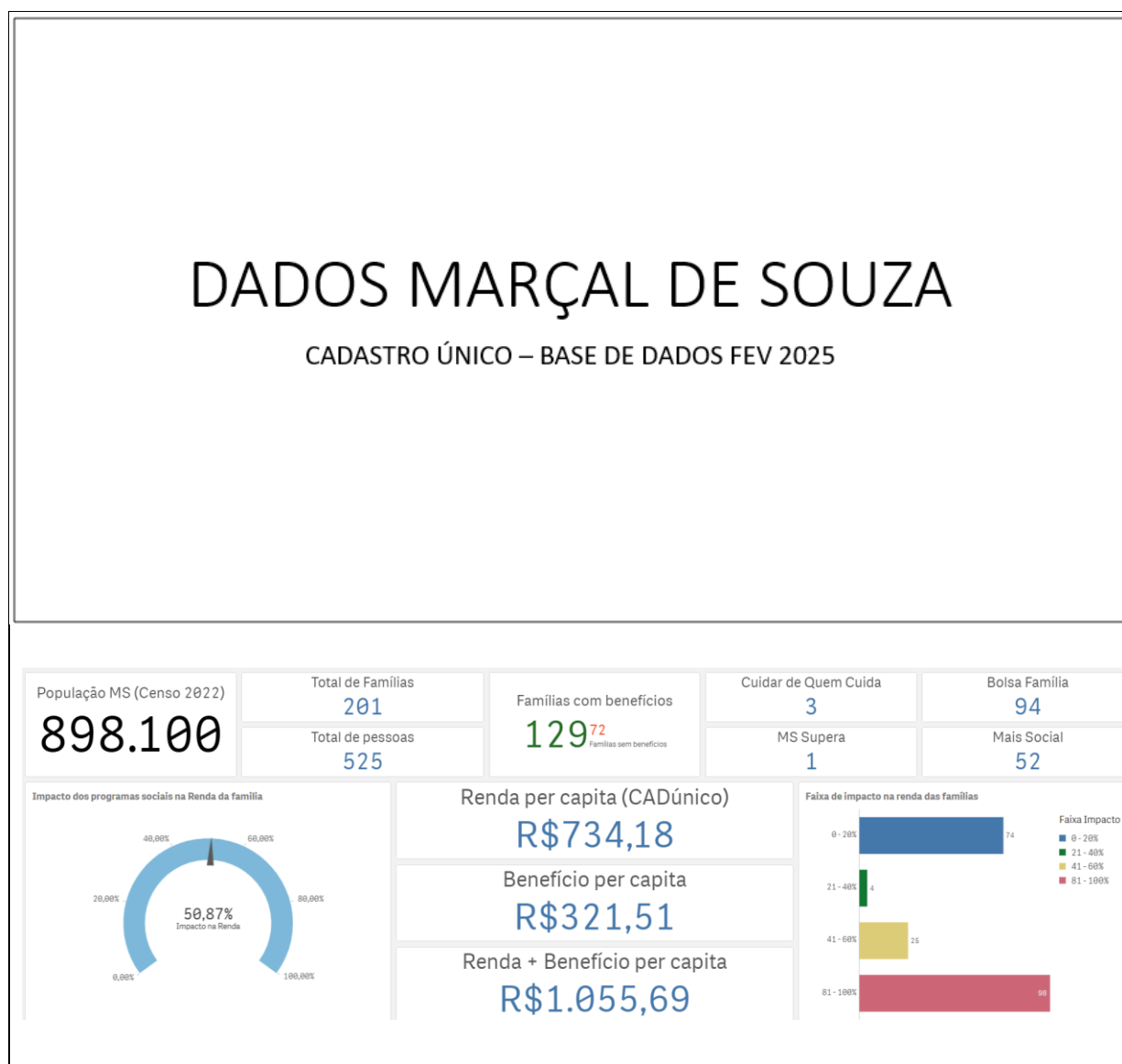
2.3 ETNOGRAFANDO DOCUMENTOS E REGISTRO DE DADOS COMPLEMENTARES

Partindo do pressuposto de que a etnografia é uma metodologia da ação de conhecimento distinto da antropologia social, o trabalho de etnografar documentos se

estabelece no estudo e análise de arquivos e documentos históricos, que regula ou fundamenta um objeto de pesquisa. Dentre vários aspectos, tem como objetivo analisar tecnicamente informações e registros; e a síntese de seu conteúdo evidenciando o impacto legal e temporal assegurando legalidade e veracidade ao contexto abordado (Lowenkron; Ferreira, 2020).

Em continuidade ao Trabalho de Campo direcionado a pesquisa na Aldeia Urbana Marçal de Souza, iniciamos o processo de etnografia de documentos que compõe e traduz a construção histórica de nosso objeto de pesquisa. Bem como realizamos Serviço de complementação de campo com o objetivo de aquisição de dados complementares. Fizemos um trabalho na rede pública, na qual obtivemos dados atuais das Famílias Terena e demais arquivos que retrata e compõe a formação histórica da Aldeia Marçal de Souza.

Quadro 5 - Perfil das Famílias Terena da Aldeia Urbana Marçal de Souza em 2025





Fonte: Secretaria de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos/SEADMS, 2025.

Os dados supracitados foram fornecidos pela Secretaria⁶ de Estado de Assistência Social e dos Direitos Humanos/SEADMS apresentam um rápido perfil das Famílias Terena da Aldeia Urbana Marçal de Souza. Dados gerados pelo sistema, no mês de fevereiro/2025 número de atendimentos pelos Programas Sociais do *Bolsa Família* e o *Mais Social*; bem como aspectos do perfil socio econômico. Essa Mostra de Dados registra que a população indígena do Estado de Mato Grosso do Sul é de 898.100 e na Aldeia Urbana Marçal de Souza são em 525 pessoas em um total de 201 Famílias Terena. 94 Famílias Terena recebem o Programa Federal Bolsa Família e 52 Famílias Terena recebem o Programa Estadual Mais Social.

É válido ressaltar, que os dados supracitados apresentam divergências com os dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE no que tange ao número discriminado de indígenas no Estado de Mato Grosso do Sul devido a metodologia e fontes técnicas distintas.

⁶ O **Mais Social** é um auxílio financeiro fornecido pelo Governo do Estado para segurança alimentar e a melhoria da qualidade de vida das famílias em situação de vulnerabilidade social.

Documento⁷ lavrado no dia 17 de outubro de 1997 retrata uma das primeiras reuniões do Prefeito de Campo Grande/MS naquele ano o Senhor *André Puccinelli* junto com o Presidente da Enersul o Senhor *Valter Pereira* com as Famílias Terena no Lote nº13 do Bairro Desbarrancado região do Tiradentes. Nesta reunião ficou firmado a regularização oficial daquele espaço em lotes físicos para cada Família Terena, com a cobrança do valor mensal de 10% do salário mínimo daquele ano. Contudo, isso seria firmado somente com as famílias presentes e não poderia entrar mais famílias no Lote Desbarrancado.

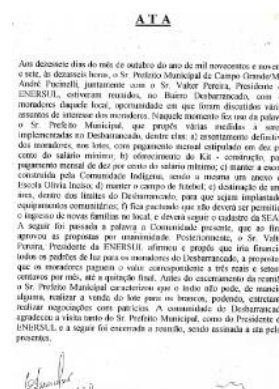


Imagem de caráter ilustrativo

Seriam oferecidos Kits de construção com a cobrança de uma taxa pelos materiais e a escola seria mantida e construída pela Comunidade Terena e seria transformada em uma escola anexo da Escola Oliva Enciso já existente e seria mantido o campo de futebol. O senhor *Valter Pereira* Presidente da Enersul pactuou que seria disponibilizado padrões de energia em cada lote para cada Família Terena e seria cobrado o valor de R\$ 3.70 (três reais e setenta centavos) por mês até a quitação final de cada padrão de luz.

O Senhor Prefeito *André Puccinelli* registrou que nenhuma Família Terena teria a permissão legal de vender o seu lote e que essa ação comercial, somente poderia ser concretizada com a autorização da Prefeitura se fosse para outro patrício. As prostras foram aprovadas por unanimidade por todas as Famílias Terena presentes e a reunião foi finalizada.

Arquivo⁸ oriundo da Secretaria Municipal de Controle Urbanístico lavrada como Certidão nº 080/96/DEAI que estabelece com base em um estudo inicial urbanístico da região e da tabela de mercado local, do Município de Campo Grande/MS estabelece o valor venal de cada lote do Bairro Desbarrancado Lote: 0013, Quadra: 00 Sito a rua: Dalva de Oliveira s/n inscrição municipal nº 663003001 e abre o sistema de cobrança com base no IPTU.



Imagem de caráter ilustrativo

⁷ Arquivo nº1. Fonte: Campo Grande/2024.

⁸ Arquivo nº 2. Fonte: Campo Grande/2024.

Arquivo⁹ que estabelece a história do loteamento que se originou a Aldeia Urbana Marçal de Souza, relata que recebeu o nome inicialmente de desbarrancado situado no Bairro Tiradentes ao lado do Conjunto Habitacional Flamboyant.

Registra que este quadrilátero foi doado pela Prefeitura Municipal de Campo Grande/MS para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI para a construção da *Casa do Índio* que não se concretizou, por empenho e não prioridade da gestão pública. Após anos surgiu um proprietário privado que gerou uma demanda judicial, pelo espaço do Desbarrancado entre a Prefeitura de Campo Grande, a Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI e o suposto proprietário.

Enquanto a questão judicial não de definia as Famílias Terena ocuparam o espaço, construíram barracos e passaram a residir no local, construíram uma pequena escolinha que teve apoio de uma Igreja local.

Em 1997 o Presidente da Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI na época o Senhor Sullivan Silvestre Oliveira e o Prefeito de Campo Grande/MS Senhor André Puccinelli resolveram o processo judicial e a Prefeitura iniciou o processo de empreendimento infraestrutura para moradias e benfeitorias públicas no local o que elevou o primeiro loteamento, a primeira aldeia urbana planejada do país.

Arquivo¹⁰ que regula as bases da propriedade de cada lote da Aldeia Urbana Marçal de Souza, devido a transferências de imóveis para terceiros que não são pertencentes a nenhuma etnia dos Povos Indígenas.

E pela Aldeia Urbana Marçal de Souza não possuir a proteção constitucional concedida as terras tradicionais indígenas, e não havendo assim qualquer impedimento legal da transferência para terceiros. Fica a partir deste ato a proibição de vendas ou demais transações comerciais para terceiros que não seja pertencente aos Povos indígenas.

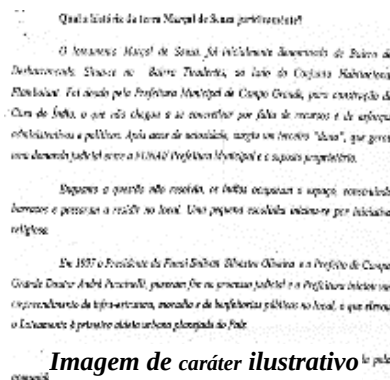


Imagem de caráter ilustrativo



Imagem de caráter ilustrativo

⁹ Arquivo nº 3. Fonte: Campo Grande/2024.

¹⁰ Arquivo nº 4. Fonte: Campo Grande/2024.

E ficou pactuado mediante aprovação dos líderes da Aldeia Urbana Marçal de Souza a permanência dessas famílias que adquiriram esses imóveis dentro da aldeia, vedando a continuidade de comercialização para terceiros da parte dos atuais proprietários para terceiros que não sejam oriundos dos Povos indígenas. Bem como respeite as tradições e a cultura mantidas no local.

Quadro 6 - Região, Bairro e Comunidade

REGIÃO	BAIRRO	COMUNIDADE
Segredo	Nova Lima	AGUA BONITA
Prosa	Noroeste	DARCY RIBEIRO
Imbirussu	Vila Romana	PARAVA
Bandeiras	Tiradentes	MARÇAL DE SOUZA
Prosa	Noroeste	ESTRELA DA MANHÃ
Imbirussu	Santa Mônica	NOVO DIA
Prosa	Noroeste	AGUA FUNDA
Centro	Vila Planalto	PEYO KAXE
Imbirussu	Jd. Inapolis	JD. INAPOLIS
Segredo	Tarsila do Amaral	TARSILA DO AMARAL
Bandeira	Vivenda Parque	VIVENDA DO PARQUE
Prosa	Nasheville	NOVA CANAÃ
Lagoa	Portal Caiobá	PORTAL CAIOBA
Imbirussu	Vila Bordon	INDUBRASIL
Prosa	Noroeste	CERAMISTA
Lagoa	São Conrado	INAMATI KOXONETI
Lagoa	Tijuca	KADWEU
Imbirussu	Imbirussu	RODA VELHA
Imbirussu	Bordon	BORDON
Prosa	Noroeste	ASSOCIAÇÃO NOROESTE
Segredo	Nova Lima	NOVA LIMA
Imbirussu	Jd. Aeroporto	JARDIM AEROPORTO
Segredo	Nova Lima	CORREDOR NOVA LIMA
Lagoa	Tijuca	COMUNIDADE TIJUCA
Bandeira	Tiradentes	DALVA DE OLIVEIRA
Anhanduizinho	Aerorrancho	FAMÍLIA POLIDÓRIO



Fonte: J. J. R. 2024.

Panorama das Aldeias Urbanas no município de Campo Grande/MS, o primeiro quadro retrata *Região, Bairro e Comunidade* na qual a aldeia se encontra, e está retratada no mapa totalizando com base nos dados apresentados um total de 26 comunidades indígenas dentro do Município de Campo Grande/MS.

CAPÍTULO III – AS MUDANÇAS FÍSICAS DA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA NO DECORRER DO TEMPO

Este último capítulo tem como objetivo retratar brevemente as mudanças físicas que alteraram os aspectos físicos e estéticos iniciais que marcaram a história da Aldeia Urbana Marçal de Souza. Devido ao formato e acabamento das casas remeterem a ideia de uma *oca indígena*, e essa intencionalidade de trazer à tona características de “aldeias” do Brasil.

Em continuidade, resgatando e evidenciando a história desta aldeia urbana, assinalamos as aldeias de origem dos Terena que vieram para o meio urbano e que formaram a Marçal de Souza; bem como finalizamos com a biografia e trajetória de dois líderes Terena que trabalharam em prol das conquistas e busca da cidadania para a realização do que é hoje a Aldeia Urbana Marçal de Souza.

A autonomia em ressignificar seu espaço, realizada de forma concomitante às articulações e demandas por políticas públicas, reafirmam as possibilidades de interação no espaço urbano, adaptando os elementos culturais dentro de uma realidade possível. A manutenção dos vínculos de parentesco, amizade, compadrio, bem como a incorporação de agentes outros, que não necessariamente Terena ou mesmo não indígenas, indicam uma conformação única de organização sociocultural.

3.1 O PERÍMETRO URBANO HABITACIONAL DA ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA

O olhar etnográfico ressaltado por Roberto Cardoso de Oliveira (1996), direciona a buscar na dita “domesticação” da apreensão da acuidade visual de pesquisador a transpormos o que de primeira mão nos parece real, mas que logo terá um movimento refracional, para nos dobrarmos para além do que formas, objetos e concreto podem nos mostrar rapidamente. O olhar devidamente calibrado e atento, irá dar vida às lentes do pesquisador para encontrar o cerne de seu objeto, que realmente irá alcançar o que se deve ser anotado, estudado e registrado em seu trabalho de campo.

Em outubro de 2024, com o apoio da liderança Terena da Aldeia Urbana Marçal de Souza (J.J.R, Interlocutor) realizamos as incursões no campo de estudo, análise e demais registros do que compõem e solidificam as disposições da configuração física atual desta aldeia

urbana. E podemos obter, assim, um levantamento inicial das bases que regulam todo esse quadrilátero habitacional, resultando as informações a seguir dos dados obtidos neste recorte de espaço e tempo.

Foto 12 – Aldeia Marçal de Souza Panorâmica



Fonte: J. J. R. Interlocutor, 2024.

Foto 13 – Rua da Serra.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Foto 14 – Avenida Marquês de Pombal.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Foto 15 – Rádio Comunitária Terena.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

A Aldeia Urbana Marçal de Souza se encontra na região municipal Bandeiras, a leste do centro urbano de Campo Grande, localizada dentro do perímetro de bairros conhecidos como Tiradentes, Flamboyant e Dalva de Oliveira. Os principais pontos de acesso são a Avenida

Ministro João Arinos, e pela Rua da Serra, onde podemos acessar pelos fundos esta aldeia. Ou pela Avenida Marquês de Pombal, que promove acesso pela sua frente.

Foto 16 - Memorial da Cultura Indígena de Mato Grosso do Sul.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Foto 17 - Escola Sullivan Silvestre Oliveira.



Fonte: Arquivo Pessoal, 2024.

Ela é formada por 145 casas, com um total de 607 moradores, sendo 605 do Povo Terena e 2 moradores do Povo Xavante, que constituíram união com pessoas do Povo Terena, num total de 233 Famílias. No ano de 2007, 5 famílias que não são indígenas compraram casas dentro da Marçal de Souza, e a partir de então foi implantado o *Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta/TAC* com o apoio do Ministério Público Federal, impossibilitando

essa prática. Outro ponto, é que não se pode implementar comércio dentro da aldeia, permanecendo somente os que já existem.

A Aldeia Urbana Marçal de Souza conta com 4 ruas que cobrem toda extensão principal do quadrilátero, sendo elas: Rua Ofaié Xavante, Rua Terena, Rua Galdino Pataxó e a Rua da Serra. Dentro da aldeia temos a *Escola Sullivan Silvestre de Oliveira Tumune Kalinovo*, o *Memorial da Cultura Indígena de Mato Grosso do Sul* e a *Rádio Comunitária* que passou também a ser o *Centro de Aprendizado Aldeia Marçal de Souza* direcionado para formação profissional dos moradores da aldeia.

A Rua Terena é a rua da escola, e a Aldeia Marçal de Souza faz divisa com o Condomínio Castelo Del Monte pela Rua da Serra. E na frente da aldeia fica um complexo de comércios e demais serviços em frente à Praça do Centro Comunitário Dalva de Oliveira.

Em relação aos serviços públicos o Posto de Saúde de referência fica no Conjunto Arnaldo Estevão de Figueiredo, é uma Unidade Básica da Família que atende especificamente a Marçal de Souza. Rede de transporte público, serviço regular de coleta de lixo, iluminação pública, esgoto, água encanada e energia regular.

O Posto de Saúde realiza 1 vez no mês testes de glicemia, aferimento de pressão, dentro da Oca na Marçal, no Memorial uma equipe Médica vai até o local. Na época da Pandemia não funcionou esse serviço devido ao isolamento, depois voltou ao normal. Em complementação as famílias Terena cadastradas recebem cesta básica da CONAB/FUNAI (Companhia Nacional de abastecimento/CONAB)/MDS.

O P.A, um Projeto do Governo do Estado oferece verduras, hortaliças e frutas e recebem acompanhamento pelo Centro de Referência da Assistência Social/CRAS do Bairro Tiradentes. Na aldeia tem 10 famílias com quadro de Autismo, 2 pessoas com Deficiência Auditiva e alguns casos de Dependência Química.

Quando foi oficializada a inauguração das Casas da Aldeia Urbana Marçal de Souza e entregue pela Prefeitura de Campo Grande no ano de 1998, essa grande realização e conquista do Povo Terena despertou a atenção nacional pelo fato de ser a primeira aldeia indígena urbana concebida e planejada em território nacional e refletindo a superação e a luta do Povo Terena em contexto urbano no Estado de Mato Grosso do Sul. Contudo, outro fato gerou uma marca

nessa aldeia urbana que foi o formato da frente das casas serem redondas em homenagem as ocas tradicionais.

Foto 18 - Casa Aldeia Urbana Marçal de Souza padrão original modelo de 1998.



Fonte: Campo Grande, 2025.

Todavia, ao adentrarmos na Aldeia Urbana Marçal de Souza na atualidade essa estética indígena não está mais presente em sua estrutura. Existem hoje somente 10 casas no formato original de quando foi realizada a inauguração em 1998. Contudo, a Liderança da Aldeia Marçal de Souza nos evidencia a necessidade das mudanças na estética das casas:

A casa original entregue na Marçal era: 1 quarto, 1 cozinha conjugada com a sala, 1 banheiro, 1 lavanderia e 1 varanda na frente, em um formato de Oca. Hoje mudou bastante, não tem mais esse formato de Oca a mudança ocorreu por vários motivos, um deles é devido aos materiais e o tempo de mais de 27 anos, e os materiais usados naquela época não era resistente, com uma qualidade baixa aí as famílias vieram mudando as casas colocando muro, derrubou a casa para fazer outra casa. Não podia mudar a estética das casas mais na prática nós tivemos que mudar, conforme o conjunto dos moradores da Marçal, eles pediram foi aceito na época assinado em Ata tivemos que fazer essa mudança. Por que se não corria o risco de algumas casas cair na cabeça de alguém (J. J. R INTERLOCUTOR, 2024).

O que podemos observar claramente e constatar e registrar é que entre as 10 casas que ainda mantém o formato tradicional a degradação das telhas é visível; bem como os arremates

do telhado e cumeeira inicial estão cedendo. Outro ponto a se considerar é pouca ventilação nas casas com escassez de janelas na parte lateral das casas (J. J. R. Interlocutor, 2024).

Foto 19 - Casa Aldeia Urbana Marçal de Souza padrão modificado 2024



Fonte: Campo Grande, 2025.

Outro aspecto ligado ao perímetro físico da aldeia, reflete nas readequações que a aldeia com o passar do tempo está apresentando. Uma delas vai ao encontro da tradição Terena, pois geralmente quando um filho se casa ele não vai embora com a sua família, ele passa a residir junto com os seus troncos paternos. E estão ficando pequenas as casas para acolher as novas gerações que estão surgindo. Registro da liderança Terena da Aldeia Marçal de Souza:

A maior dificuldade hoje que as famílias Terena enfrentam na Aldeia Urbana Marçal de Souza é a questão de espaço, moradia as famílias Terena aumentando, nós temos 145 casas hoje na Aldeia Marçal de Souza no cadastro nosso interno temos 233 famílias, 607 pessoas com base no último levantamento dado observado pelo IBGE me passaram. Tem casas na Marçal que residem de 2 a 3 famílias. Que é uma tradição Terena também o filho casou constrói um puxadinho para acolher esses novos membros da família (J. J. R INTERLOCUTOR, 2024).

Em relação ao Mercado de Trabalho a maior área que emprega os trabalhadores Terena que residem na Aldeia Urbana Marçal de Souza é a construção civil e o comércio em supermercados, padaria e outros. E a melhoria que a liderança da aldeia pretende implementar seria um espaço de convivência, lazer e esporte para as crianças, que hoje não tem; maioria das crianças da aldeia permanecem na rua soltando pipa, na companhia de seus os pais. E a sensação de segurança para as Famílias Terena existe pois é uma região bem familiar.

3.2 AS ALDEIAS TERENA QUE FORMARAM A ALDEIA URBANA MARÇAL DE SOUZA

No primeiro levantamento feito com as Famílias Terena no decorrer dos meses de julho até setembro de 1995, no Loteamento do Bairro Desbarrancado lote nº13 foram entrevistadas um total de 158 pessoas, e podemos constatar que a origem das pessoas entrevistadas, classificando no modo decrescente são: 48 pessoas da Aldeia Cachoeirinha, 13 da Aldeia Bananal, 11 da Aldeinha (Mussi, 2006).

Dentro deste processo também podemos citar a fala da Liderança Terena da Aldeia Urbana Marçal de Souza:

Segundo as informações das histórias dos líderes mais antigos dos Terena, as famílias saíram das aldeias para poderem ter uma melhora na situação econômica financeira, acreditando que na zona urbana teriam mais condições e estrutura de oferecerem estudos para os seus filhos, ter uma oportunidade no mercado de trabalho e acesso a rede de saúde pública. As famílias Terena saíram do município de Miranda/MS e a principal aldeia foi a Cachoeirinha em direção a cidade de Campo Grande/MS tiveram algumas outras mais a principal foi a Cachoeirinha, e registra que as famílias Terena chegaram naquele espaço no ano de 1995 (INTERLOCUTOR/2024).

O movimento migratório do Povo Terena para várias regiões de Campo Grande/MS foi oriundo das aldeias do município de Miranda/MS e Aquidauana/MS, mais principalmente da Cachoeirinha (Miranda/MS); essas famílias Terena se uniram com mais algumas outras famílias que já estavam residindo em Campo Grande/MS para juntos formarem o que hoje é a Aldeia Urbana Marçal de Souza (Mussi, 2006).

As primeiras Aldeias Indígenas oficialmente criadas no Estado de Mato Grosso do Sul/MS pelo Serviço de Proteção ao Índio/SPI nos anos de 1904 e 1905 foram as Reservas Indígenas Cachoeirinha, Bananal, Ipegue e Lalima e um detalhe surpreendente é que as reservas estavam dentro do perímetro urbano do Município de Miranda/MS (Amado, 2020).

Reconhecida também no idioma Terena como Mbokoti, a Aldeia Cachoeirinha é conjugada pelas seguintes aldeias: Argola, Babacu, Morrinho e Lagoinha; e cada aldeia indígena com a sua gestão administrativa, seu Cacique e o Conselho Tribal (Amado, 2020).

A aldeia indígena Cachoeirinha/Miranda/MS foi escriturada e regulamentada Ato de Reserva/1950 nº 217, no dia 06 de maio de 1904 permanecendo lavrado 3.200 hectares para a Aldeia Cachoeirinha/Miranda/MS (Ato de Reserva, M.A.- S.P.I.- I.R.6, confere com o original, em 19 de setembro de 1950). E 7.200 hectares para Aldeia de Taunay e Ipegue, a Aldeia

Bananal pertencente no mesmo quadrilátero atualmente tem um espaço de 6.461 hectares (Mussi, 2006).

Contudo posteriormente, com as readequações e reordenamentos do Estado de Mato Grosso do Sul e Mato Grosso somente a Aldeia Cachoeirinha continuou pertencendo ao Município de Miranda/MS as Aldeias do Bananal, Ipegue e Lalima ficaram pertencendo ao perímetro do Município de Aquidauana/MS (Mussi, 2006).

O general Cândido Rondon, que atuou pelo sul de Mato Grosso para edificação das linhas telegráficas, realizou em 1905 uma descrição da aldeia de Cachoeirinha para estabelecer as suas divisas. No memorando militar discorreu, segundo Vargas (2003, p. 84 apud Ximenes, 2017), *“para a Aldeia Cachoeirinha uma área de 2.658 hectares: respeitando-se os limites das terras que já haviam sido demarcadas para a formação das fazendas, as sobras dessas terras foram demarcadas para a sociedade Terena”* (Ximenes, 2017).

Quinze anos depois da demarcação, esses índios continuavam trabalhando fora da Reserva, já que suas terras constantemente eram invadidas pelos fazendeiros, que não respeitavam as cercas, e com o seu aumento populacional, tinham que sair fora de seus limites para ampliar as condições de sobrevivência (Ximenes, *apud* Vargas, 2003, 86).

A terra da Aldeia Cachoeirinha foi reservada em conjunto com a ação normativa da terra do Ipegue – por meio do Ato no 217/1904, do então Presidente do Estado do Mato Grosso: Dois quadrantes de terrenos devolutos do município de Miranda/MS, para aldear o Povo Terena, sendo uma de 7.200 hectares e outra de 3.200 hectares (Amado, 2020).

Nessa situação, Cachoeirinha foi reconstruída não só pelas reivindicações dos índios Terena, mas também pelos próprios interesses do governo brasileiro em definir, estabelecer o lugar dos índios, em pequenas extensões de terras, para que, dessa maneira, pudesse prosseguir com sua política de desenvolvimento da região do sul de Mato Grosso, que implicava, principalmente, na desterritorialização indígena para transformar suas terras em propriedades particulares (Ximenes, *apud* Vargas, 2003, p. 83-84).

A documentação do Serviço de Proteção aos Índios/SPI evidenciava as dificuldades do Povo Terena para obter a garantia definitiva e o livre exercício de viver em seu território e tomar posse da sua área reservada. No ano de 1964 pela 5ª Inspeção Regional do órgão indigenista, foi apresentada denuncia de venda de terras do Posto Indígena pelo então encarregado do Posto, Américo Antunes Siqueira.

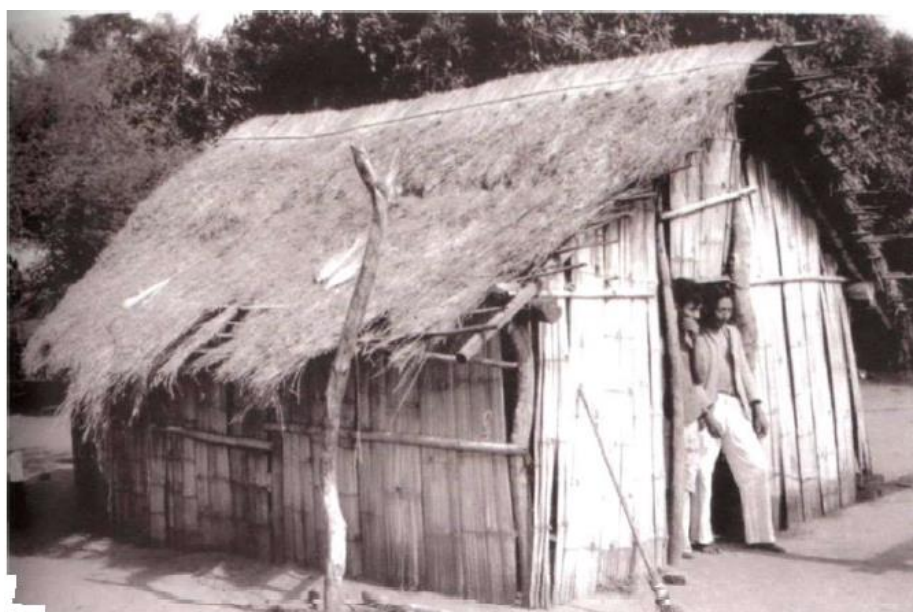
O Título Definitivo da Aldeia Cachoeirinha somente seria expedido pelo governo do Mato Grosso no ano de 1965, na ocasião da criação oficial da Aldeia Indígena Cachoeirinha consolidando 70 anos depois de sua demarcação” (Ximenes, *apud* Vargas, 2003, p. 87).

A vida do Povo Terena nas aldeias de seus troncos familiares e demais antepassados era naturalmente bem diferente dos padrões de como o Povo Terena, que se estabelece socialmente na atualidade, mesmo preservando a sua cultura e as suas tradições aspectos como estilo de roupas, modelo físico das casas e seus alimentos; evidentemente se padronizam de uma outra forma hoje (Bittencourt; Ladeira, 2000).

Bittencourt e Ladeira (2000) evidencia aspectos culturais do Povo Terena no período de sua história nas aldeias. O *xiripá* faz parte da história das mulheres Terena nas aldeias, que se seria um saiote de comprimento da cintura até os joelhos. O cabelo era adornado para cima atrás da cabeça e nos pés sapato de couro rústico sem pelos no corpo, tinha o hábito de se depilar. A pintura do corpo era um ritual para as danças e festas pintavam o corpo em branco e preto com o uso do jenipapo e do carvão vegetal. E tinham o hábito da limpeza frequente e diária mesmo em dias de chuva ou frio (Bittencourt; Ladeira, 2000).

O Povo Terena edificava suas casas que eram longas e de teto arqueado com telhados de duas águas; os quais se estendiam até próximo ao solo. Com paredes de cerca de 1/60 cm de altura; no centro e nos cantos três postes sustentavam a estrutura com uma viga central apoiando caibros e ripas. A cobertura era feita de folhas de sapé ou acuri. As casas eram de forma retangular, e as paredes da frente e dos fundos se apresentavam inclinadas para o interior, no alto. As portas eram simples aberturas sem demais proteções. As roças (*cované*) eram feitas nos fundos das casas (Bittencourt; Ladeira, 2000).

Foto 20 - Casa Terena Aldeia Cachoeirinha 1942



Fonte: Bittencourt; Ladeira, 2000.

Em uma casa gravitavam várias famílias tendo um chefe que era a maior referência de autoridade da família. Suas aldeias se distribuíam em círculo ao redor de uma praça central e não havia distinção especial em relação a casa do Chefe da Aldeia. A aldeia se regulava como uma unidade política, e a unidade econômica era a família com pais, filhos, genros e escravos. O Povo Terena como vários outros povos indígenas no passado tinha escravos (*Os Kauti*) significava apoio nos períodos de guerra e mão de obra no manejo das plantações (Bittencourt; Ladeira, 2000).

A cama do Povo Terena naturalmente era eles que construíam nos chamados *Jiraus* (armação de madeira usado como cama) a base era recoberta de bambu e acabamento de couro em peles de animais. Nas casas não existia mesas ou demais móveis em tempos remotos os membros se sentava em esteiras (*piri ou hituri*), ou Tapetes de pele (*panketi*). Os Terena dominavam a técnica de tecer algodão, mas não usavam redes inserindo em seu uso posteriormente (Bittencourt; Ladeira, 2000).

Os antigos do Povo Terena armazenavam peles de animais, armas como arco, flecha, lança, clava e o arco de duas cordas e o bodoque. Utensílios como foice, machado os primeiros fitos de pedra, bem como presas de guerra, enfeites de plumas e material para pintura tudo no interior de suas casas. O fogo era feito artesanalmente pela combustão do atrito na madeira e a maioria dos alimentos era cozida (Bittencourt; Ladeira, 2000).

Os alimentos eram presos do teto ou nas paredes seus utensílios era cabaças, potes de barro, trançados de fibras vegetais e cestaria; cabaças cortadas de vários tamanhos, em formato de panela ou ao meio, armazenava água e mel. O cultivo do milho, a mandioca, o fumo, a batata doce, o algodão, o cará e abóboras pertencia a sua cultura, principalmente diversas variedades de milho (Bittencourt; Ladeira, 2000).

Muito se registra sobre o grande conhecimento que se reflete na cultura e na história do Povo Terena de serem grandes agricultores e do profundo conhecimento no manejo de atividades na Agricultura contudo, o Povo Terena também apresenta na sua cultura grandes ceramistas. Atualmente percebemos a variedade das peças cerâmicas produzidas pelos Terena (Chaves; Alves; Mathias, 2019).

Os produtos no passado, eram direcionados basicamente para utensílios domésticos como vasos, potes, panelas e moringas que eram usados nas atividades diárias das famílias na aldeia. Na atualidade são produzidos objetos de decoração miniaturizados nas formas dos utensílios ancestrais igualmente miniaturizadas, de peças zoomorfas, fitomorfas e antropomorfas (Chaves; Alves; Mathias, 2019).

A Aldeia Cachoeirinha se tornou referência na produção de artesanato cerâmico e o número de artesãs tem crescido, com base em levantamentos recentes, foram identificadas 83 artesãs Terena; 45 artesãs permanecem em atividade todas na faixa etária de 26 a 50 anos. A cerâmica Terena mudou foram constatadas mudanças recentes fora dos padrões da pigmentação avermelhada característica desse povo, com algumas peças saindo com uma coloração preta, fonte de um mineral chamado *pedra canga* de cor escura e brilhosa (Chaves; Alves; Mathias, 2019).

A atividade produtiva da cerâmica é um trabalho realizado somente pelas mulheres e se tornou uma importante complementação de renda. Essa modalidade de artesanato da cerâmica terena estava em risco de extinção dos anos de 1950 e 1970; entretanto as atividades de turismo no Estado de Mato Grosso do Sul e políticas de valorização da produção e da cultura indígena fortaleceu o mercado de produtos artesanais e reverteu esse quadro (Chaves; Alves; Mathias, 2019).

Foto 21 - Cerâmica Terena



Fonte: Campo Grande, 2023

A Aldeia Cachoeirinha na atualidade produz artesãs de várias faixas etárias que atuam em grande produtividade para atender às demandas do mercado. O trabalho de produção da cerâmica Terena não apresenta mais sinais de retrocesso. Os números de produção são indicadores dessa regularidade, a força do Trabalho das artesãs Terena mantém essa cultura viva para as futuras gerações conhecerem esse patrimônio étnico histórico sul-mato-grossense a cerâmica Terena, a Aldeia Urbana Marçal de Souza a agricultura Terena reflete a força e a superação desse povo.

3.3 OS GRANDES LÍDERES E PIONEIROS DA MARÇAL DE SOUZA

Oriundos das Aldeias do Povo Terena dentro de seus territórios localizado antes de existir o Estado de Mato Grosso do Sul, em um passado remoto que em suas histórias de infância traduzem relatos de guerras, opressão, violência e escassez sofridas e acometidas pelo estado e pela sociedade, que tiraram suas terras atentaram contra os seus lares e tentaram reduzir a cultura e a sua história ao esquecimento (Amado, 2020).

Ainda assim, alguns membros dessas aldeias Terena superaram todas as suas histórias de violência e vieram para a selva de concreto dos *Purutuyé*¹¹ e como grandes líderes e bons articuladores, criaram as suas aldeias dentro da selva de concreto dos *Purutuyé* e a primeira dessas aldeias se chama Aldeia Urbana Marçal de Souza (Mussi, 2006).

Foto 22 - Calixto Terena



Fonte: Mussi, 2006.

¹¹ *Purutuyé* na língua Terena homem branco.

Um desses Terena que foi o grande líder e um dos pioneiros da Marçal de Souza foi o Senhor *Calixto*¹² *Francelino* ou Calixto Terena. Nasceu e passou os seus primeiros anos de vida na Aldeia Cachoeirinha há 15 Km do município de Miranda no Estado de Mato Grosso do Sul, e trazia em suas memórias as histórias de seus troncos familiares nesse local em que nasceu e foi criado (Almeida, 2013).

Em meio a Guerra do Paraguai seus avós vieram do Exivá para morar na região que atualmente é o Mbokoti/Aldeia Cachoeirinha. Entretanto, o Senhor Calixto Terena afirma que já havia moradores Terena mesmo antes da guerra. Registro do Senhor Calixto Terena:

Os paraguaios judiaram muito dos índios, mataram muito índio. (...) Agora os velhos, os antepassados, quem alcançou a Guerra do Paraguai, o meu avô pai do meu pai, (...) o nome dele era José Cipriano¹³, ele era pajé - os velhos antigos eram todos pajé, não tinha nenhum que não era pajé - e ele contava as passagens de quando começou Cachoeirinha (Almeida, 2013).

Seus avós paternos pertenciam ao Povo *Kinikinau* e seus avós maternos eram do Povo Terena; entretanto, ele próprio se considerava um Terena. Em 1930 segundo sua visão a preservação da cultura era grande, nas suas memórias do período de sua infância, somado a uma vida muito sofrida o depoimento do Senhor Calixto Terena sobre sua infância:

Eu nasci naquilo ali, não tem do que reclamar, ninguém sabia de nada. Eu me considerava como um bicho. Diante do meu espanto com a afirmação, repetiu para mim o mesmo que disse a certo pastor de São Paulo que também o contestou: Por que eu falo isso?! (...) Eu falo porque o senhor não sabe do jeito que eu nasci. Eu nasci do mato! Dessa perspectiva, não tinham “nada” - não tinham pão, manteiga, café, nem sal ou sabão, alegou ele - o que tinham era o que o mato dava; como carne de caça, mandioca, frutas e banho de rio (Almeida, 2013).

As memórias de sua infância na aldeia, não se tinha “nada” é repassada em sua descrição em outros aspectos da vida do passado, como no manejo da agricultura. Segundo registro do Senhor Calixto Terena, bem antes da implementação do Serviço de Proteção aos Índios/SPI – quando passaram a fornecer enxada, facão, foice, machado e demais ferramentas era muito difícil o trabalho no cultivo da roça: “Porque não tinha ferramenta, não tinha enxada, não tinha nada. (...) Não tinha semente! Onde é que a gente ia arranjar semente?!” (Almeida, 2013).

O Senhor Calixto Terena em seus depoimentos destaca o respeito que nas aldeias se direcionava aos membros mais velhos, sempre presente na cultura Terena “naquele tempo” o respeito aos troncos mais velhos da ladeia era muito grande. Em seus registros se os mais velhos

¹² Senhor Calixto Francelino liderança Terena da Aldeia Urbana Marçal de Souza foto com 82 anos em memória fonte (Almeida, 2013).

¹³ Jose Cipriano pajé Kinikinau avô foi paterno do Senhor Calixto Francelino Terena, seu pai era do Povo Kinikinau sua mãe era Terena (Almeida, 2013).

estavam reunidos em uma roda de mate, as crianças e os jovens não tinham permissão de chegarem, gritar ou interromper. Esses eram os troncos e o respeito era muito rígido (Almeida, 2013).

Seu avô paterno o Senhor José Cipriano faleceu aos 130 anos na ocasião o Senhor Calixto Terena tinha entorno de 16 anos, lutou na Guerra do Paraguai foi capturado e passou algum tempo como prisioneiro do Exército Paraguaio, posteriormente colocado em liberdade (Almeida, 2013).

Sua família é marcada por perdas e conflitos internos, seu Avô materno era naquela época o temido e poderoso *Pajé Xuri*, devido a choques de poder com seu Avô Pajé Xuri e pelo mesmo ser classificado pelo Senhor Calixto Terena como um homem perverso e cruel, sua irmã de 17 anos veio a falecer e posteriormente o seu pai por feitiçaria feita por seu Avô Materno, que posteriormente foi vingado por seu Tio Paterno naturalmente irmão de seu pai de apelido *Didi* que matou Pajé Xuri (Almeida, 2013).

Sua vida em contexto urbano se iniciou ainda na adolescência aos seus 16 anos de idade o Senhor Calixto Terena na companhia de mais 7 primos, tomaram a decisão de fugirem da Aldeia Cachoeirinha com o objetivo de trabalhar na colheita de cana de açúcar em uma fábrica de produção de cachaça no Município de Aquidauana/MS em seus registros o Senhor Calixto Terena disse: “A gente queria uma roupa bonita, um sapato. Antigamente usava aqueles chapéus panamá, aqueles de couro. Aquele chapéu, eu gostava, né?” (Almeida, 2013).

Ficando por pouco tempo trabalhando em Aquidauana-MS o Senhor Calixto Terena decidiu juntamente com o restante de seus primos, irem para a cidade de Campo Grande aos 16 anos, no ano de 1946. Assim relatou como era a cidade naquela época: “Era aquela Rua 14 de Julho, era toda cheia de buraco. Na Campo Grande de 1946 a região da rodoviária antiga era um brejo; as ruas eram lamacentas e esburacadas e os carros ficavam atolados” (Almeida, 2013).

Em 1947 após trabalhar em outros locais em Campo Grande, foi trabalhar na cidade de Rochedinho-MS, em uma Colônia Japonesa em plantações de café e arroz. Nesse período começou a praticar futebol e por ser um ótimo jogador ganhou fama na região jogando futebol em várias cidades do estado. Mas sua atividade de trabalho principal foi como *Changa* ou *Changueiro* caracterizado como um trabalho informal sem salário fixo com uma remuneração por cada serviço desenvolvido no dia ou na empreita (Almeida, 2013).

No ano de 1948 aos 18 anos retornou para a sua Aldeia Cachoeirinha devido à falta e pela distância de sua família; contudo, em 1949 aos 19 anos saiu novamente de sua aldeia para trabalhar em Porto Esperança na estrada de ferro que se dirigia para a cidade de Corumbá/MS

saindo desse trabalho para servir o Exército Brasileiro na cidade de Aquidauana/MS no ano de 1950 na qual atuou como barbeiro todo o período que permaneceu no Exército como soldado (Almeida, 2013).

No ano de 1951 foi para a cidade de Corumbá/MS para trabalhar no descarregamento de caminhões e trens com destino para a Bolívia permanecendo funcionário da Estrada de Ferro Noroeste do Brasil/NOB. No ano de 1966 após um acidente teve que amputar parte de seu dedo de uma das mãos. Registra que poderia ter sido aposentado, mas não conseguiu apoio para terminar o processo e não insistiu (Almeida, 2013).

Retornou para a sua aldeia e se tornou evangélico no ano de 1974 e no ano de 1978, se casou com a *Senhora Hilda* oriunda da Aldeia Akulea¹⁴, e filha caçula de um dos primeiros pastores e missionários evangélicos Terena da igreja UNIEDAS o Senhor Lindolfo Antônio da Silva, a Senhora Hilda tinha 19 anos e ele aos 45 anos. No ano de 1979 foi promovido a Cacique da Aldeia Akulea nesse período uma das suas ações foi criar a Polícia da aldeia ou a Polícia da Argola eram acionados por outras aldeias para cuidar de eventos sociais e não deixar os patrícios brigarem (Almeida, 2013).

O Senhor Calixto Terena inicialmente teve 3 filhas e posteriormente mais 1 filho em seu casamento com a Senhora Hilda e residiu no estado de São Paulo/SP na cidade de Itaquapecetuba pelo período de 3 anos trabalhou em um Hospital e sofreu vários preconceitos e discriminação por ser um indígena, chegou nesta cidade para saber notícias de uma sobrinha com o passar do tempo se instalou na cidade e levou sua família para residir naquele centro urbano, mas com as perseguições e com o adoecimento dos seus sogros retornou para aldeia em Mato Grosso do Sul (Almeida, 2013).

O Senhor Calixto Terena chegou definitivamente para residir em Campo Grande/MS aos 62 anos no ano de 1995 e saiu da Aldeia Akulea fugindo de um indígena de má índole, que atacou a sua casa com tiros de arma de fogo, após a recusa por parte do Senhor Calixto Terena, em casar esse indígena com a sua filha mais velha de 16 anos. Para evitar danos maiores a sua família o Senhor Calixto Terena optou em mudar de Campo Grande/MS suas duas filhas mais velhas vieram para trabalhar e estudar morando temporariamente na casa de um parente no local onde hoje se encontra a Aldeia Urbana Marçal de Souza, O Senhor Calixto Terena relata o que viu pela primeira vez no Lote nº 13 no Desbarrancado: Só havia umas barraquinhas de lona e tendo vindo deixá-las voltou pensando: “Não está certo (...)” (Almeida, 2013).

¹⁴ Aldeia Akulea como era chamada a Aldeia Argola no Município de Miranda/MS.

Quando retornaram novamente para Campo Grande/MS no Lote nº 13 no Desbarrancado vieram de maneira muito precária trouxeram um pouquinho de roupas pessoais, cobertas e algumas reservas financeiras. De carona vieram em um caminhão de transporte de laranja, sua outra filha mais nova permaneceu em sua companhia contudo, deixou na aldeia o seu filho caçula. Inicialmente um parente falou de uma casa abandonada e passaram a residir neste local (Almeida, 2013).

O Senhor Calixto Terena passou a trabalhar como Guarda Noturno a Senhora Hilda como ajudante informal e posteriormente como empregada doméstica e foram sobrevivendo no meio urbano, logo voltaram para buscar o filho mais novo na aldeia. Esse período de sua mudança para Campo Grande/MS com sua família foi o momento bem no início da chegada das Famílias Terena na ocupação da área do Lote nº 13 no Desbarrancado o Senhor Calixto Terena já havia exercido liderança política e religiosa reconhecidamente pelo Povo Terena e logo foi eleito Cacique da aldeia urbana (Almeida, 2013).

Com o seu trabalho e gestão na liderança em seu mandato, conseguiu realizar muitos serviços coletivos e articulações com a Rede Pública e Política regente naquela época, organizando as Famílias Terena dando visibilidade pela causa daquele grupo ali instalados de maneira precária, mas conseguiram criar as ruas (Os nomes nas ruas foram de sua autoria), numerar as casas e implementar o CEP nos endereços, acesso a água, energia elétrica e demais serviços públicos (Almeida, 2013).

Entretanto também enfrentou problemas devido à dificuldade de as famílias quitarem a dívida de suas casas e a aquisição da obtenção da legalização das casas, pois pagavam o empréstimo e não obtinham as devidas escrituras, sendo uma de suas metas a quitação da dívida e a regularização dos imóveis (Almeida, 2013).

A burocracia em se obter a legalização das casas era devido às dificuldades em se enquadrar legalmente aquela área como um território indígena, questão que no futuro foi sanada como tantas outras demandas da Aldeia Urbana Marçal de Souza. O Senhor Calixto Terena a Senhora Hilda nesse período, em Campo Grande/MS, tivera mais 2 filhas (Almeida, 2013).

A contribuição e o trabalho do líder Terena o Senhor Calixto Francelino a frente das Famílias Terenas assentadas no Desbarrancado a partir de 1995, foi de extrema relevância e ajuda para a construção do projeto habitacional Marçal de Souza. Calixto Francelino foi cacique e constituiu-se em uma liderança destacada por suas iniciativas junto aos indígenas urbanos, participando de todas as lutas por melhores condições de vida de seu povo (Mussi, 2006).

Destacam-se entre as suas iniciativas: a fundação de várias associações indígenas, dentre elas a *Associação de Moradores Indígenas Desaldeados do Bairro Desbarrancado*; a conquista

da área da atual comunidade Marçal de Souza, bem como a busca de melhorias para esta comunidade, como a construção da primeira escola local (1997), os convênios firmados com os Poderes Públicos para urbanização da área e a construção das primeiras casas/1998 (Mussi, 2006).

Quanto à escola, era composta de duas salas, uma diretoria e dois sanitários (masculino e feminino), sua construção era em alvenaria, cobertura com tela francesa e piso de vermelhão, sendo realizada graças a ajuda do Centro Espírita Esperança (Mussi, 2006).

Além dessas iniciativas, o senhor Calixto empreendeu outras como é o caso, por exemplo, dos estudos para a instalação da primeira rádio comunitária da Aldeia Urbana Marçal de Souza/2002 e a aproximação das Associações Indígenas com Universidades locais, no sentido de atrair pesquisadores para o estudo de questões relativas às populações indígenas urbanas desde 1995 (Mussi, 2006).

O Senhor Calixto Terena faleceu no dia 10 de novembro de 2017 na cidade de Campo Grande/MS e estava residindo em sua mesma casa na Aldeia Urbana Marçal de Souza junto com a Senhora Hilda e seus filhos (Francelino, 2025).

Foto 23 – Enir Terena



Fonte: Campo Grande, 2016.

A liderança mais representativa ou emblemática dos Povos indígenas do Estado de Mato Grosso do Sul se reflete na grande líder Terena, a Senhora *Enir Bezerra da Silva* ou a *Cacique*

Enir Terena a primeira mulher a se tornar eleita Cacique no Estado de Mato Grosso do Sul; pela Aldeia Urbana Marçal de Souza no dia 30 de novembro de 2008 aos 54 anos sendo Cacique da também primeira aldeia indígena em contexto urbano do Brasil (Sebastião, 2012).

Oriunda do Povo Terena, nasceu na Aldeia Limão Verde no Município de Aquidauana/MS no dia 8 de março de 1955 aos 5 anos passou a ter contato com a cidade de Campo Grande/MS por intermédio de parentes de sua família, e logo na adolescência se mudou em definitivo para a Cidade Morena por decisão de sua família para ser inserida ao mercado de trabalho remunerado e durante muitos anos, trabalhou no comércio com produtos de origem das aldeias na Feira das índias, em frente ao Mercadão Municipal (Sebastião, 2012)

A Senhora Enir Terena precocemente demonstrou interesse humanitário pelas vulnerabilidades social dos Povos Indígenas, que migravam de suas aldeias no interior do estado sem recursos ou estrutura para residirem em contexto urbano nas periferias de Campo Grande/MS (Campo Grande, 2022).

No ano de 1985 passou a atuar na *Associação Indígena “Kaguatêca”* fundada por uma outra grande líder indígena do Estado de Mato Grosso do Sul *Marta Guarani* dando início ao trabalho sociopolítico que iria envolver toda a sua história de vida em prol dos Povos Indígenas migrantes (Campo Grande, 2022).

A partir de 1995 sua luta se iniciou no Lote nº 13 no Desbarrancado na região do Tiradentes sendo umas pioneiras naquele local, a Senhora Enir Terena passou a militar pela causa de todas as famílias Terena que se estalaram naquele local, buscando dignidade e cidadania que no ano de 1998 se tornou oficialmente a Aldeia Urbana Marçal de Souza (Campo Grande, 2022).

Foram várias as suas conquistas durante a sua gestão à frente da Marçal de Souza como a Construção da Escola Municipal Silvestre Sullivan de Oliveira TUKUME KALINOVO e o Memorial da Cultura Indígena; retirou famílias indígenas que residiam em favelas nas periferias de Campo Grande/MS. Sua articulação com o Prefeito de Campo Grande naquele período, promoveu a atenção que a Marçal de Souza sempre precisou (Campo Grande, 2022).

No ano de 2012 foi reeleita Cacique da Marçal de Souza a Senhora Enir Terena teve 7 filhos (5 homens e 2 mulheres) em seus últimos anos passou a apresentar complicações graves em sua saúde devido a quadros de cardiopatia e diabetes e passou por uma cirurgia na qual implantou um marca-passos (Campo Grande, 2022).

A Senhora Enir Terena faleceu no dia 06 de junho de 2016 aos 61 anos residia na Aldeia Urbana Marçal de Souza junto com seus filhos e 12 netos. No ano de 2018, o prefeito sancionou a Lei nº 6.006/2018 que homenageia a Senhora Enir Terena no *Memorial da Cultura Indígena Cacique Enir Terena* a grande líder mulher do Povo Terena (Campo Grande, 2022).

Estas são apenas algumas das trajetórias de pessoas que, dentro de circunstâncias exigidas pela sobrevivência em um contexto de grandes dificuldades materiais, mas também dificuldades da existência cultural e social tradicional, teceram sua resistência em um espaço urbano tão singular. As gerações seguintes constroem suas vivências em outros desafios contemporâneos: acesso ao estudo, permanência no ensino superior, acesso às políticas públicas, pleno emprego e moradia, e de alguma maneira continuam um legado de luta e pertencimento.

A Aldeia Urbana Marçal de Souza representa um marco histórico na resistência e resiliência do povo Terena, simbolizando a luta pela preservação cultural e pelo direito à territorialidade mesmo em contextos urbanos adversos. A trajetória de líderes como Calixto Terena e Enir Terena evidencia a capacidade de organização e articulação política desse povo, que, mesmo diante de um passado marcado por violências, deslocamentos forçados e marginalização, conseguiu construir um espaço de pertencimento e identidade dentro da “capital interiorana” que é Campo Grande.

Calixto Terena, com sua visão estratégica e experiência de vida entre o rural e o urbano, foi fundamental na consolidação da Aldeia Marçal de Souza, garantindo infraestrutura básica, reconhecimento institucional e a manutenção das tradições Terena entre uma comunidade envolvente nem sempre solidária ou receptiva. Sua liderança pavimentou o caminho para que outras figuras emblemáticas, como a cacique Enir Terena, continuassem a fortalecer a comunidade, promovendo educação, cultura e políticas públicas voltadas aos indígenas urbanos.

A história da Aldeia Urbana Marçal de Souza não é apenas a narrativa de um assentamento indígena em meio à cidade, mas um testemunho de resistência ativa contra o apagamento histórico imposto pelo Estado e pela sociedade não indígena. Ela demonstra que, mesmo em contextos de migração e urbanização forçada, os Terena reinventaram suas formas de existência coletiva, transformando um espaço de precariedade inicial em um território de afirmação étnica e política.

Assim, a sistematização desse movimento de urbanização revela que a Aldeia Marçal de Souza não é um mero aglomerado habitacional, mas um símbolo de luta, memória e futuro para o povo Terena. Sua existência desafia estereótipos sobre indígenas e urbanização, mostrando que a identidade Terena persiste e se renova, mesmo longe das terras ancestrais. A continuidade dessa história dependerá não apenas da resistência interna, mas também do reconhecimento e do apoio efetivo do poder público e da sociedade em geral, para que as futuras gerações possam viver com dignidade, preservando sua cultura e reescrevendo sua própria história.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dos 9 (*nove*) povos presentes no Estado de Mato Grosso do Sul o Povo Terena é o que mais apresenta um estado de resiliência e de readaptação social. Diante de todas as violações de direitos sofridas no decorrer de sua história, culminando em tantas perdas de toda ordem, sendo apenas uma delas a de suas terras, buscaram a migração e a urbanização para o seu povo, e conseguiram se manter vivos biologicamente e culturalmente.

Com coragem e empenho se tornaram um grupo fortemente politizado, e estão ressignificando as possibilidades dessa conexão Cidade/Aldeia e Aldeia/Cidade; e se reinventando e se projetando nos contextos urbanos, aprendendo a explorar as oportunidades surgidas oriundas do contato com a sociedade envolvente, promovendo melhorias nas suas condições de vida.

A Aldeia Urbana Marçal de Souza, sendo a primeira aldeia urbana do Brasil, é um feito exclusivo do Povo Terena, promovido dentro da maior Cidade e Capital do Estado de Mato Grosso do Sul e atualmente se materializa como o reflexo desse sucesso, da superação e transformação desse povo. Da condição de desaldeados, no ano de 1995, sem uma residência própria, residindo nas periferias de Campo Grande em condições precárias, ou na incerteza e escassez na vida nas aldeias, para a conclusão e acesso de uma aldeia urbana planejada uma casa própria e mais cidadania.

Hoje, a aldeia é um exemplo concreto que Políticas Públicas articuladas com lideranças indígenas podem promover reconfigurações socioeconômicas sem apagar identidades culturais. As famílias Terena, que outrora buscavam na cidade apenas sobrevivência, hoje ocupam esse espaço sem perder seus vínculos comunitários e tradicionais.

Atualmente as Famílias Terena têm uma cobertura e apoio social que visivelmente reordenou e promoveu crescimento no seu perfil demográfico e socioeconômico. A questão do porque as famílias Terena vieram para cidade de Campo Grande nos anos 90; bem como de quais aldeias elas se deslocaram. Como conseguiram aquele espaço, quem contribuiu para ajudar aquelas famílias e como surgiu a construção da aldeia. Foram algumas hipóteses que com a realização desta pesquisa tivemos as respostas, e com a qualidade na produção dos dados obtivemos mais dados complementares.

A pesquisa revelou que a migração Terena para Campo Grande nos anos 1990 foi motivada pela busca de melhores condições de vida, especialmente educação para os filhos e acesso a serviços básicos. As famílias vieram principalmente de aldeias como Cachoeirinha, Bananal e Aldeinha, em Miranda-MS, e encontraram na capital um espaço que, graças a uma

doação de terras homologada em 1973, pôde ser transformado em lar. A articulação política de lideranças como Calixto Terena e Enir Terena foi fundamental para consolidar a aldeia, garantindo desde infraestrutura básica até reconhecimento institucional. A ajuda inicial de moradores locais, instituições religiosas e empregadores informais também foi importante, mostrando que a construção da Marçal de Souza foi um esforço coletivo.

Com a Antropologia Social e a aplicabilidade metodológica do método etnográfico e da etnografia de documentos e por intermédio dos contatos com as lideranças Terena, segundo as informações das histórias dos líderes mais antigos, as famílias saíram das aldeias em 1995, para poderem ter uma melhora na situação econômica financeira, acreditando que na zona urbana teriam mais condições e estrutura de oferecerem estudos para os seus filhos, ter uma oportunidade no mercado de trabalho e acesso a rede de saúde pública.

As famílias Terena saíram do município de Miranda e a principal aldeia foi a Cachoeirinha em direção a cidade de Campo Grande/MS tiveram algumas outras como a Bananal e a Aldeinha com expressivo número de famílias Terena também; mas a principal foi a Cachoeirinha, e registra que as famílias Terena chegaram naquele espaço no ano de 1995.

O primeiro passo para a construção do Projeto Habitacional Urbano da Marçal de Souza foi dado a alguns anos atrás, mais propriamente em 1973 pelo Senhor Antônio Mendes Canale Prefeito da cidade de Campo Grande, estado do Mato Grosso; pois não havia sido implementada a divisão do estado de Mato Grosso que ocorreu somente em 1977 na gestão do Chefe de Estado o Presidente Ernesto Geisel. Com a Lei nº 1.416, de 25 de janeiro de 1973 foi homologado a doação definitiva para a Fundação Nacional dos Povos Indígenas/FUNAI do espaço que hoje se encontra a Aldeia Urbana Marçal de Souza (Campo Grande, 1973).

A ajuda inicial veio por meio dos moradores locais e instituições religiosas, bem como empreendedores informais que passaram a empregar as Famílias Terena daquele local com o primeiro trabalho da Aldeia Urbana Marçal de Souza o Cacique Calixto Francelino o Senhor Calixto Terena fez uma articulação com o Prefeito da época iniciaram as conciliações para poderem estruturar aquele espaço e gerar dignidade e atenção as Famílias Terena.

A realização desta pesquisa gerou um contexto inédito parcial, pois temos muitos registros de pesquisas na área, que se debruçam para estudar o fenômeno da urbanização indígena, ou as aldeias urbanas em geral. Mais uma linha de pesquisa direcionada especificamente para uma única aldeia, acreditamos que é uma contribuição ímpar. E nesse aspecto, dados mais aprofundados são escassos, a dificuldade para se efetivar essa pesquisa como trabalho de campo, etnografar documentos, dentre outros foi o fator tempo sendo uma característica comum dos Cursos de Pós Graduação em Mestrado.

Dentro de todo trabalho realizado percebemos que poderíamos nos direcionar para produzirmos dados nas aldeias que formaram a Aldeia Urbana Marçal de Souza e registrar como estão na atualidade essas aldeias, e quais foram os impactos e mudanças geradas nessas aldeias com a ausência das Famílias Terena que vieram para Campo Grande/MS.

Em um segundo momento, seria relevante analisar como a migração impactou as aldeias de origem, verificando quais transformações ocorreram com a saída de famílias Terena. Além disso, há uma urgência em registrar as memórias dos troncos familiares mais antigos, já que muitas lideranças históricas, como Calixto Terena, Enir Terena e Daniel Terena já faleceram, levando consigo parte dessa narrativa. A escassez de material didático sobre as linhagens Terena reforça a necessidade de pesquisas que preservem essa história antes que ela se perca.

Outro fator é que os troncos familiares dos Terena estão falecendo e muito da história está se apagando a título de exemplo podemos citar o falecimento do Senhor Calixto Terena, em 2017 Senhora Enir Terena falecida em 2016 e o senhor Daniel Terena em 2020 todos da Aldeia Urbana Marçal de Souza. Nessa continuidade poderíamos focar para registrar as memórias dos troncos familiares presentes nas aldeias Terena pois material didático que discorre sobre os troncos Terena é escasso e limitado.

É fundamental reconhecer o quanto a convivência com o Povo Terena transformou a própria perspectiva como pesquisador. No aprendizado que sua história não é apenas de luta, mas de reinvenção contínua, espiritualidade e força coletiva. A Aldeia Urbana Marçal de Souza não é apenas um caso de estudo; é um legado de resistência e esperança. Que esta pesquisa sirva não apenas como registro acadêmico, mas como inspiração para futuras ações que fortaleçam os direitos e a cultura dos povos indígenas no Brasil.

Conclui-se que, ao finalizar esse trabalho, resta percepção de se compreender como um pesquisador diferente, naturalmente, de quando iniciada essa pesquisa. A oportunidade de se realizar esse estudo e se aproximar da história e da cultura do Povo Terena é no mínimo transformadora; a troca, a admiração pela persistência, coragem, determinação e espiritualidade que existe nesse povo é um exemplo de aprendizado fica o agradecimento à Aldeia Urbana Marçal de Souza e o agradecimento ao Povo Terena.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Carolina Perini de. Os troncos, suas raízes e sementes - Dinâmicas familiares, fluxos de pessoas e história em aldeias Terena. 2013. Dissertação de mestrado. Pós-Graduação em Antropologia Social. Universidade de Brasília.
- AMADO, L. H. E. **Vukápanavo**: o despertar do povo terena para os seus direitos - movimento indígena e confronto político. Rio de Janeiro: E-papers, 2020.
- AZANHA, Gilberto. Os Terena. Centro de Trabalho Indigenista - Brasília, 2003.
- BARREIROS, E. ANTONIO, M. C. A. **Antropologia social e cultural**. Londrina: Editora e Distribuidora Educacional S.A., 2016.
- BARTH, F. (org.). **Los grupos étnicos y sus fronteras**. México: Fondo de Cultura Económica. pp. 9-49.
- BATISTOTI, A. F.; LATOSINSKI, K. T. O indígena e a cidade: panorama das aldeias urbanas de Campo Grande/ MS. **RUA**, Campinas, SP, v. 25, n. 1, 2019. DOI: 10.20396/rua.v25i1.8655545. Disponível em <<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8655545>> Acesso em: 01 jan. 2022.
- BITTENCOURT, C. M; LADEIRA, M. E. **A História do povo Terena**. Livro didático. MEC: Brasília. 2000.
- BRINTON, Daniel Garrison. The Arawack Language of Guiana. EBook-No. 31273, 2008.
- BUTLER, Nancy Evelyn; EKDAHL, Elizabeth Muriel. **Aprenda Terena** Vol. 1. Anápolis, GO: Associação Internacional de Linguística – SIL Brasil, 1979.
- CAMPO GRANDE. Lei n. 1.416, de janeiro de 1973.
- CAMPO GRANDE. Memorial descritivo. FUNAI, 1995.
- CASTRO, I. Q. Decolonialidade e tessituras indígenas. Albuquerque (online), v. 16, n. 31, p. 82-100, 13 ago. 2024.
- CASTRO, C. **Evolucionismo Cultural**: Textos de Morgan, Tylor e Frazer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- CHAVES, Francelina Albuquerque; ALVES, Gilberto Luiz; MATIAS, Rosemary. A Produção da Cerâmica Terena na Aldeia Cachoeirinha em Miranda, MS. **Revista de Ensino**, Educação e Ciências Humanas, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 73–80, 2019. DOI: 10.17921/2447-8733.2019v20n1p73-80. Disponível em <<https://revistaensinoeducacao.pgsscogna.com.br/ensino/article/view/6806>> Acesso em: 18 mar. 2025.

CHAVES, L. G. Mendes. MINORIAS E SEU ESTUDO NO BRASIL. REV. C. SOCIAIS. VOL. II N.0 1 p. 149-168. 1971.

CONAMI. Conselho Nacional de Mulheres Indígenas (org.). **Natyseño**: trajetória, luta e conquista das mulheres indígenas. Belo Horizonte: FALE/UFMG, 2006.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO. **A violência contra os povos indígenas no Brasil**. Relatório 2020. Brasília: CIMI, 2020. Disponível em: <<https://cimi.org.br/wp-content/uploads/2021/11/relatorio-violencia-povos-indigenas-2020-cimi.pdf>> Acesso em: dez. 2021.

CUNHA, M. C. **Índios no Brasil**: história, direitos e cidadania. 1ª ed. São Paulo: ClaroEnigma, 2012.

CUNHA, Manuela Carneiro DA (Org.) **História dos índios no Brasil**. Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura: FAFESP São Paulo, 1998, 2ª edição.

DAMATTA, Roberto. **Relativizando**: uma introdução à antropologia social. 6. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2000.

DEL PRIORE, Mary; VENÂNCIO, Renato Pinto. **O Livro de Ouro da História do Brasil**. 2 ed. Rio de Janeiro: Ediouro. 2001. 397 páginas. ISBN 9788500008061. Consultado em 24 de janeiro de 2013.

ESTEBAN GUITART, Moisés; RIVAS DAMIAN, María Jane; PEREZ DANIEL, Myriam Rebeca. Identidad étnica y autoestima en jóvenes indígenas y mestizos de san cristóbal de las casas (CHIAPAS, MÉXICO). Act.Colom.Psicol., Bogotá , v. 14, n. 1, p. 99-108, jun. 2011. Disponível em <http://www.scielo.org.co/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0123-91552011000100009&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 17 abr. 2025.

FERREIRA, Andrey Cordeiro. As Sociedades indígenas “contra” e “no” Estado - de Exiwa às Retomadas Território, autonomia e hierarquia na história dos povos indígenas do Chaco-Pantanal. In OLIVEIRA, João Pacheco de (Org.). **A reconquista do território**: etnografias do protagonismo indígena contemporâneo. Rio de Janeiro: E-papers, 2022.

FERREIRA, Leticia; LOWENKRON, Laura (org.). **Etnografia de documentos**: pesquisas antropológicas entre papéis, carimbos e burocracias. Rio de Janeiro: E-papers. pp. 17-52.

GEERTZ, Clifford. **A Interpretação das Culturas**. Rio de Janeiro:LTC,1989.

GLUCKMAN, Max. Análise de uma situação social na Zululândia moderna. In: FELDMAN-BIANCO, Bela (org.). **Antropologia das sociedades contemporâneas**. 2. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010. p. 237-265.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico de 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **O Brasil Indígena**. Disponível em: <<https://indigenas.ibge.gov.br/>> Acesso em: dez. 2021.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: Indígenas** primeiros resultados do universo. Rio de Janeiro, 2023.

INSTITUTO HUMANITAS UNISINOS. Há 38 anos Marçal de Souza, líder indígena Guarani, foi covardemente assassinado. 26 de novembro de 2021. Disponível em<<https://www.ihu.unisinos.br/categorias/614793-ha-38-anos-marcal-de-souza-lider-indigena-guarani-foi-covardemente-assassinado>> FOTO DE MARÇAL DE SOUZA CIMI 2021. Acesso em: 01 de out. 2024.

IPHAN. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. 2009. Disponível em<<http://portal.iphan.gov.br/>> Acesso em: 01 de out. 2024.

ISQUERDO, Aparecida Negri. Toponímia ATEMS: caminhos metodológicos. MS: Ed. UFMS, 2019.

KELLY, P. (et al.). **O livro da política**. São Paulo: Globo, 2013.

MEC/SECAD; LACED/ Museu Nacional, 2006.

MUSSI, Vanderléia Paes Leite. **As estratégias de inserção dos índios Terena: da aldeia ao espaço urbano (1990-2005)**. 2006. 330 f. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Assis, 2006.

NAVARRO, Eduardo de Almeida (2013). **Dicionário de tupi antigo: a língua indígena clássica do Brasil** 1.^a ed. São Paulo: Global. 624 páginas. ISBN 9788526019331

OLIVEIRA, João Pacheco de; FREIRE, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. 268 p. ISBN 978-85-60731-17-6.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Do índio ao bugre: O processo de assimilação dos Terena**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves editora S.A., 1976.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **Urbanização e tribalismo: a integração dos terenas numa sociedade de classes**. Rio de Janeiro: Zahar editora, 1968.

POOLE, Robert M.. Quem eram os Taínos, os habitantes originais das colônias das ilhas de Colombo? **Revista Smithsonian** 5 de outubro de 2023. acessado em 07 de novembro 2024. Disponível em<<https://www.smithsonianmag.com/history/who-were-taino-original-inhabitants-columbus-island-73824867/>> Acesso em: 28 out. 2024.

PRADO, José Henrique; AGUILERA URQUIZA, Antônio Hilário. “Temos o dever sagrado de defender o que é nosso”: a trajetória e a luta política de Marçal de Souza Tupã’i. **Movimentação**, [S. l.], v. 4, n. 06, p. 125–143, 2017. DOI: 10.30612/mvt.v4i06.7639. Disponível em: <https://ojs.ufgd.edu.br/movimentacao/article/view/7639>. Acesso em: 28 out. 2024.

REINHARDT, Bruno. Poder, história e coetaneidade: os lugares do colonialismo na antropologia sobre a África. **Revista de Antropologia**, São Paulo, Brasil, v. 57, n. 2, p. 329–

375, 2014. DOI: 10.11606/2179-0892.ra.2014.89116. Disponível em: <<https://www.revistas.usp.br/ra/article/view/89116>> Acesso em: 01 out. 2024.

SALZANO, F. M. O velho e o novo: Antropologia física e história indígena. In CARNEIRO DA CUNHA, M. (Org.) **História dos índios no Brasil**. Companhia das letras Secretaria Municipal de Cultura: FAFESP. São Paulo, 1998, 2ª edição.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Ed. Hucitec, 1993. 157 p.

SEBASTIÃO, L. L. **O protagonismo das *seno têrenoe*** – Mulheres Terena. Tese de Doutorado (Ciências Sociais: Antropologia) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP). São Paulo, 2018. 240p.

SENADO. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios**. 2020. Disponível em: <<https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>> Acesso em: 01 out. 2024.

SETESC. Secretaria de Estado de Turismo, Esporte e Cultura. **Comunidades Indígenas**. Disponível em: <<https://www.setesc.ms.gov.br/comunidades-indigenas-2/>> Acesso em: 01 out. 2024.

SILVA, Genivaldo Flores da; SOUZA, Antônio Carlos Santana de. **Topônimos de origem indígena da etnia terena do estado de Mato Grosso do Sul**. Revista Philologus, v. 28 n. 84 Supl. 2022.

SOUZA, Eder Gomes de. Contexto Urbano: o que pensam os alunos indígenas sobre sua identidade. In URQUIZA, A. H. A.; PRADO, J. H.; FERNANDES, S. C. **Antropologias em Mato Grosso do Sul: povos tradicionais na contemporaneidade**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018.

URQUIZA, A. H. A.; PRADO, J. H.; FERNANDES, S. C. **Antropologias em Mato Grosso do Sul: povos tradicionais na contemporaneidade**. Campo Grande: Ed. UFMS, 2018.

VIVEIROS DE CASTRO, E. (2006). “No Brasil todo mundo é índio, exceto quem não é”. ISA [online]. Disponível em: <chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcglclefindmkaj/https://pib.socioambiental.org/files/file/PIB_institucional/No_Brasil_todo_mundo_%C3%A9_%C3%ADndio.pdf>. Acesso em: 18 mar. 2025.

WAGNER, Roy. **A invenção da cultura**. São Paulo, Cosac Naify, 2010.

XIMENES, Lenir Gomes. **A Retomada terena em Mato Grosso do Sul: oscilação pendular entre os tempos e espaços da acomodação em reservas, promoção da invisibilidade étnica e despertar guerreiro**. 2017. 289f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, MS, 2017.